





INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

## REQUISIÇÃO DE COMPRAS

REQUISIÇÃO DE COMPRAS								
Referência: CORCR-009/2024-RC		Processo SEI: 01340.005305/2024-03		Versão: 1				
Coordenação: CGIP		Unidade: CORCR		Sigla EDT: ATCGIP				
Requisitante: Yasuo Kono		Ramal: 6355		SIAPE: 1154643				
Resp/Fiscal do Contrato: Yasuo Kono		Ramal: 6355		SIAPE: 1154643				
Gerente Téc:		Ramal:		SIAPE:				
Resp/Fiscal do Contrato Substituto: Jose Elio Martins		Ramal: 6414		SIAPE: 0664482				
DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor Total Estimado		PTRES	PI	Fonte	Natureza da Despesa	Item de despesa		
R\$ 324.455,86		233441	956435-PO01	1000	339030	355		
Item	Código	Descrição do Material			Subitem	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)
1	23283	FEED (ALIMENTADOR) PARA SISTEMAS DE ANTENAS DE RECEPÇÃO DE DADOS DE			26	UN	1.00	R\$ 193.095,96

		SATÉLITES.				
2	23284	DEMODULADOR PARA SISTEMAS DE ANTENAS DE RECEPÇÃO DE DADOS DE SATÉLITES.	26	UN	1.00	R\$ 131.359,90
<b>Possíveis Fornecedores</b>  Fornecedor Exclusivo: EEC (Enterprise Electronics Corporation).		<b>Finalidade</b>  Aquisição das “Peças Sobressalentes” (em inglês: Spare Parts) para a estação terrena GOES-R.	<b>Observações</b>  Processo de importação para aquisição das “Peças Sobressalentes” para a estação terrena GOES-R.			

<b>ASSINATURAS ELETRÔNICAS</b>	
<b>Aprovação - Titular Imediato:</b> Mauricio Goncalves Vieira Ferreira  <b>SIAPE:</b> 0664283	<b>Aprovação - Titular Nível A:</b> Geilson Loureiro  <b>SIAPE:</b> 0664258
<b>Autorização - Responsável pelo Plano Orçamentário:</b> Mauricio Goncalves Vieira Ferreira  <b>SIAPE:</b> 0664283	<b>Há Disponibilidade Orçamentária - SEPOR</b>  (Vide assinatura eletrônica)
O conteúdo deste documento foi gerado no SIPLAN em 10/09/2024 às 11:14:32	

	Documento assinado eletronicamente por <b>Mauricio Goncalves Vieira Ferreira, Coordenador de Rastreio, Controle e Recepção de Satélites</b> , em 10/09/2024, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <a href="#">Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>Geilson Loureiro, Coordenador-Geral de Infraestrutura e Pesquisas Aplicadas</b> , em 10/09/2024, às 15:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <a href="#">Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</a> .
	Documento assinado eletronicamente por <b>João Paulo Barros Machado, Chefe do Serviço de Programação e Acompanhamento Orçamentário substituto</b> , em 10/09/2024, às 15:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <a href="#">Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</a> .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12056856** e o código CRC **A474DF4C**.

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI nº 12056856



# ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION

P.O. Box 311270, Enterprise, Alabama 36331-1270  
128 South Industrial Blvd., Enterprise, Alabama 36330, U.S.A.  
Telephone: 334-347-3478 Fax: 334-393-4556

Invoice No. **PROFORMA**

**Bill To:** INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
CCS (Centro de Controle de Satélites) - INPE - São José dos Campos/SP  
Av. dos Astronautas, 1758 - Jardim da Granja - São José dos Campos/SP  
CEP: 12227-010  
CNPJ: 01.263.896/0005-98

**Date:** JUNE 12, 2024

**EEC Job No.:** TBD

**Offer No.:** T021-22 Rev 2

**Order No.:**

ITEM	QUANTITY	DESCRIPTION	UNIT PRICE	TOTAL PRICE
1.	1	EEC Capella - GRB Feed HS code 9015.80.90 18.5 cm (7.3") diameter x 38.1 cm (15") long Mounting Ring Diameter 10 inches Weight 16 lbs	US\$31,800.00	US\$31,800.00
2.	1	EEC100-RN GRB Demodulator HS code 9015.90.90 19" rack standard, 1W, 10 inch deep, 10 lbs	US\$21,390.00	US\$21,390.00
3.	1	Handling	US\$243.00	US\$243.00
TOTAL				<b>\$53,433.00</b>
<p>"The delivery period for the goods is up to 120 (one hundred twenty) days, counting from the date of signing the contract, in a single shipment, under the conditions established in this document and in the proposal."</p> <p>"The good must be delivered to the address of the contractor's factory (origin) in the United States (Incoterms Ex Works), and INPE, through its import/export agent, must remove the material."</p> <p><b>PAYMENT TERMS:</b></p> <p><b>NET 30 DAYS</b></p> <p>These commodities, technology or software were exported from the United States in accordance with the Export Administration Regulations. Diversion contrary to U.S. law prohibited.</p>				

Shipped Via: EXWORKS

**TOTAL AMOUNT DUE** US\$53,433.00

Ship To:

Authorizing Signature: \_\_\_\_\_

*Lisa Francis*

Shipping Report No.:

Authorizing Signature: \_\_\_\_\_

*[Signature]*

Date Shipped:

ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION

**REMIT TO: -- WIRE TRANSFERS --**

PNC Bank  
Credit: Enterprise Electronics Corporation  
Account Number: 3162566756  
Domestic Wire Routing Transit Number: (RTN)-083000108  
International SWIFT BIC Routing Number: PNCCUS33

Enterprise Electronics Corporation  
P.O. Box 311270  
Enterprise, AL 36331

SELLER REPRESENTS THAT WITH RESPECT TO THE PRODUCTION OF THE ARTICLES AND/OR THE PERFORMANCE OF THE SERVICES COVERED BY THIS INVOICE, IT HAS FULLY COMPLIED WITH THE FAIR LABOR STANDARDS ACT OF 1938, AS AMENDED.

**ORIGINAL COMMERCIAL INVOICE**



**ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION**

P.O. Box 311270, Enterprise, Alabama 36331-1270  
128 South Industrial Blvd., Enterprise, Alabama 36330, U.S.A.  
Telephone: 334-347-3478 Fax: 334-393-4556

Cobrança para: INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
CCS (Centro de Controle de Satélites) - INPE - São José dos Campos/SP  
Av. dos Astronautas, 1758 - Jardim da Granja - São José dos Campos/SP  
CEP: 12227-010  
CNPJ: 01.263.869/0005-98

Invoice No. **PROFORMA**  
Data: 12 de Junho de 2024  
EEC Job No.: ASD  
Proposta No.: T021-22 Rev 2

Pedido No.:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.	1	EEC Capella - GRB Feed HS code 9015.80.90 18,5 cm (7,3") diâmetro x 38,1 cm (15") comprimento Diâmetro do anel de montagem: 10 polegadas Peso 16 lbs	US\$31,800.00	US\$31,800.00
2.	1	EEC 100-RN GRB Demodulator HS code 9015.90.90 Rack padrão 19", 1W, 10 polegadas de comprimento, 10 libras	US\$21,390.00	US\$21,390.00
3.	1	Taxa de Manuseio	US\$243,00	US\$243,00
TOTAL				<b>US\$53,433.00</b>
<p>"O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato, em remessa única, nas condições estabelecidas neste documento e na proposta."</p> <p>"O bem deverá ser entregue no endereço da fábrica da contratada (origem) nos Estados Unidos (Incoterms Ex Works), devendo o INPE, por meio de seu agente importador/exportador, retirar o material."</p> <p><b>TERMOS DE PAGAMENTO:</b></p> <p><b>30 dias</b></p> <p>Essas mercadorias, tecnologias ou software foram exportados dos Estados Unidos de acordo com regulamento de administração de exportação. É proibido desvio contrário as leis dos EUA.</p>				

Enviado via: EXWORKS VALOR TOTAL DEVIDO US\$53,433.00

Enviado para: Assinatura de Autorização: \_\_\_\_\_  
Assinatura de Autorização: \_\_\_\_\_

ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION

Relatório de Envio No.:  
Data de Envio:

REMETER PARA: --TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA --  
PNC BANK  
Crédito: Enterprise Electronics Corporation  
Número da Conta: 3162566756  
Código de Identificação Bancária Doméstica: (RTN)-083000108  
Número de roteamento internacional SWIFT BIC: PNCCUS33

Enterprise Electronics Corporation  
P.O. Box 311270  
Enterprise, AL 36331

O VENDEDOR DECLARA QUE, COM RELAÇÃO À PRODUÇÃO DOS ARTIGOS E/OU À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS COBERTOS POR ESTA FATURA,

CUMPRIU TOTALMENTE A LEI DE PADRÕES DE TRABALHO JUSTO DE 1938, CONFORME ALTERADA.

**INVOICE COMERCIAL ORIGINAL**

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**  
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Pesquisas Aplicadas  
Coordenação de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites

Memorando nº 9364/2024/INPE

São José dos Campos, 05 de julho de 2024

Ao Senhor José Aristeu de Souza Ruas - Chefe do SECRI

Assunto: **Estimativa de Custos de Importação**

1. Informo a Vossa Senhoria que o processo SEI nº **01340.005305/2024-03**, tem como finalidade se adquirir, via importação, peças sobressalentes ("spare parts") para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), unidade do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Cachoeira Paulista, São Paulo, Brasil;

2. Solicito, por gentileza, a estimava de custo das peças sobressalentes a serem adquiridas que são respectivamente: **EEC Capella-GBR Feed** e **EEC100-RN GRB Demodulator**;

3. Os valores para tal aquisição junto ao fabricante estão devidamente detalhados na **Proforma Invoice [12079552]** (conforme documento original em inglês), bem como, na sua tradução simples **[12079561]**;

4. **Dados Orçamentários:**

PTRE's: **233441**

Item PPD: **355**

P.I.: **956435-P001**

F.R.: **1000**

P.O.: **21AI.0001**

Responsável pelo Plano Orçamentário: **Maurício Gonçalves Vieira Ferreira**

Atenciosamente,

**Maurício Gonçalves Vieira Ferreira**  
**SIAPE: 664283**  
**Coordenador de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites**



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Goncalves Vieira Ferreira, Coordenador de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites**, em 08/07/2024, às 14:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no §



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12079566** e o código CRC **4C3BD8EB**.

## Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12079566



INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS  
Av. dos Astronautas, 1758, - Bairro Jardim da Granja,  
CEP 12227-010, São José dos Campos - SP - <http://www.inpe.br/>

## ANEXO

### ESTIMATIVA DE CUSTOS DE IMPORTAÇÃO

A “**Estimativa de Custos de Importação**” foi calculada conforme as informações expressas na tabela a seguir, a qual foi baseada em dados publicados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em seu site oficial.

Estimativa de Custos de importação		
Taxa USD PTAX (Venda) + 8% em:	03/09/2024	R\$ 6,0722
Valor FCA da Mercadoria em USD		USD 53.433,00
Valor FCA da Mercadoria em REAIS		R\$ 324.487,92
Peso Total Líquido		26 lbs (11,79 kg)
Peso Total Bruto Estimado		33,07 lbs (15,00 kg)
EMITIR RC no valor de:		R\$ 324.455,86
ESTIMATIVA DOS CUSTOS INDIRETOS DE IMPORTAÇÃO		R\$ 14.470,73
TOTAL DE CUSTOS INDIRETOS DE IMPORTAÇÃO + VALOR FCA DA MERCADORIA EM R\$:		R\$ 338.926,59

### CUSTO UNITÁRIO DE CADA ITEM:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário
01	EEC Capella - GRB Feed	UN	01	R\$ 193.095,96
02	EEC 100-RN GRB Demodulator	UN	01	R\$ 131.359,90

### FONTE DE COLETA DOS DADOS:

- I. <https://www.bcb.gov.br/>
- II. <https://www.bcb.gov.br/estabilidade financeira/historicocotacoes>

Atenciosamente,

(Assinado Eletronicamente)

**Yasuo Kono**  
**SIAPE: 1154643**

**Técnico - Coordenação de Rastreo Controle e Recepção de Satélites**



Documento assinado eletronicamente por **Yasuo Kono, Técnico**, em 09/09/2024, às 09:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12222624** e o código CRC **C00D55C3**.

01340.005305/2024-03

12222624v6

Cotações e boletins

https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes

gov.br

ACESSO À INFORMAÇÃOPARTICIPELEGISLAÇÃOÓRGÃOS DO GOVERNO

ACESSIBILIDADEALTO CONTRASTEENGLISH

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Acesso à informação

Política monetária

Estabilidade financeira

Estadísticas

Cédulas e moedas

Publicações e pesquisa

Home > Estabilidade financeira > Câmbio e Capitais internacionais > Cotação de moedas > Consulta de cotações e boletins

Cotações e boletins

Cotações de Fechamento Ptax<sup>4/</sup> do DOLAR DOS EUA, Código da Moeda: 220, Símbolo da Moeda: USD, Tipo da Moeda: A, período de 04/08/2024 a 03/09/2024.

Clique para obter a tabela completa ( CSV - 2 KB )

Data	Tipo	Cotações em Real <sup>1/</sup>	
		Compra	Venda
05/08/2024	A	5,7640	5,7646
06/08/2024	A	5,6522	5,6528
07/08/2024	A	5,6087	5,6093
08/08/2024	A	5,6166	5,6172
09/08/2024	A	5,5109	5,5115
12/08/2024	A	5,4905	5,4911
13/08/2024	A	5,4869	5,4875
14/08/2024	A	5,4496	5,4502
15/08/2024	A	5,4645	5,4651
16/08/2024	A	5,4626	5,4632
19/08/2024	A	5,4231	5,4237
20/08/2024	A	5,4541	5,4547
21/08/2024	A	5,4701	5,4707
22/08/2024	A	5,5518	5,5524
23/08/2024	A	5,5257	5,5263
26/08/2024	A	5,4915	5,4921
27/08/2024	A	5,4963	5,4969
28/08/2024	A	5,5309	5,5315
29/08/2024	A	5,6352	5,6358
30/08/2024	A	5,6556	5,6562
02/09/2024	A	5,6224	5,6230
03/09/2024	A	5,6218	5,6224

<sup>1/</sup> - Moeda contra Real

<sup>4/</sup> - Fechamento Ptax = A partir de 1/7/2011, é a média aritmética das taxas de compra e das taxas de venda dos boletins do dia, conforme Circulares 3506, de 23/9/10, e 3537, de 25/5/11. Até 30/6/2011, é a taxa média ponderada dos negócios realizados no mercado interbancário de câmbio com liquidação em dois dias úteis, calculada pelo Banco Central do Brasil, conforme Comunicado N. 6815/99.

Fonte: Refinitiv.

Notícias

30 Agosto 15:34

LiveBC: Conheça o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (RIS) do BC

LIVEBC

Documento dá mais visibilidade à atuação do BC em relação às questões climáticas e aos impactos econômicos e financeiros relacionados à sua missão. RIS 2024 apresenta o Panorama Econômico, com estudos e análises sobre possíveis impactos dos riscos sociais, ambientais e climáticos na política monetária. A LiveBC será transmitida na segunda-feira (2), às 14h, no canal do BC no YouTube.

30 Agosto 11:56

BC pretende acelerar a introdução de IA nos processos de negócio da instituição

Órgão terá caráter consultivo e propositivo e será constituído como uma comunidade de boas práticas.

29 Agosto 11:16

Pesquisar

32°C Ensolarado

POR PTB

14:59

03/09/2024

Boletim do Banco Central do Brasil (BACEN) (12222660)

SEI 01340.005305/2024-03 / pg. 10

# Estudo Técnico Preliminar 96/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 01340.005305/2024-03

## 2. Introdução

2.1. A **Coordenação de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites (CORCR)** busca constantemente aprimorar seu padrão de excelência quanto às atividades desempenhadas pelo setor, de modo a atender à crescente demanda por serviços especializados, decorrente dos projetos desenvolvidos pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em seus diferentes campus e instalações espalhadas pelo território brasileiro.

2.2. No tocante ao complexo de estações terrenas que integram a **CORCR**, encontra-se localizada no campus do INPE de Cachoeira Paulista/SP, a **Estação Terrena da série GOES-R**, que tem por objetivo realizar estudos sobre a previsão do tempo e pesquisas científicas, buscando uma melhor compreensão das interações entre a terra, atmosfera, oceanos e clima, bem como para outros projetos nacionais ou internacionais que são realizados com a cooperação do INPE.

2.3. As atividades desenvolvidas pela **Estação Terrena da série GOES-R**, contribuem de forma significativa para o desenvolvimento científico em diferentes áreas de atuação, trazendo avanços e benefícios para diversas camadas da sociedade.

2.4. Consta que a **Estação Terrena da série GOES-R**, encontra-se devidamente instala no prédio do CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), no campus do INPE de Cachoeira Paulista /SP, faz parte de um conjunto maior denominado de Sistema GOES (em inglês: **Geostationary Operational Environmental Satellite**), nomenclatura utilizada para se referir a um grupo de satélites e instalações terrenas, que tem como a sua missão principal fornecer um conjunto contínuo de dados que são pertinentes para a operação e para o monitoramento das condições climáticas, permitindo estudos sobre a previsão do tempo e a realização de pesquisas científicas.

2.5. A estação localizada em Cachoeira Paulista é caracterizada por ser uma estação que opera em Banda-L, e é voltada para recepção de dados e imagens provindos de satélites ambientais /meteorológicos, pertencentes à série GOES-R.

2.6. O sistema de comunicação entre antena-satélite necessita de componentes que garantam e certifiquem a compatibilidade adequada para tal comunicação, portanto, prevê-se que ao longo do tempo e com o constante uso do sistema, alguns de seus componentes apresentem defeitos ou mau funcionamento, necessitando serem substituídos por novos, a fim de se manter a integridade física e técnica do sistema operante, assim, a denominação destes componentes as ser substituídos é conhecida como **Peças Sobressalentes** (em inglês: **Spare Parts**), devendo ser substituídos o mais rápido possível, a fim de se assegurar a manutenção dos estudos e pesquisas realizadas.

## 3. Descrição da necessidade

3.1. Como entendimento aos requisitos técnicos de compatibilidade das pesquisas e dos projetos desenvolvidos pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a respeito à recepção, gravação,

processamento e visualização dos sinais e de dados de imagem de satélites geoestacionários, é de fundamental importância a aquisição dos componentes: **EEC Capella-GBR Feed** e **EEC100-RN GRB Demodulator**, sendo estes componentes de extrema importância para que a Estação Terrena GOES-R esteja otimizada e operacional, mantendo a transparência e confiabilidade das pesquisas realizada por este sistema.

3.2. O **Termo de Abertura de Projeto (TAP)**, relacionado ao processo administrativo nº 01340.007054 /2022-21, estabelece nos itens 22 e 23, respectivamente, o **“Objetivo Geral”** e os **“Objetivos Específicos”**, tal qual, ao item 24, que discorre sobre as **“Metas do projeto e critérios de sucesso relacionados”**, onde está devidamente explicitada a importância da aquisição dos equipamentos em questão para que haja **“Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cachoeira Paulista”**, conforme inicialmente previsto durante o processo de elaboração de dado documento oficial.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites - CORCR	Mauricio Gonçalves Vieira Ferreira

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Para atender à necessidade atual que é possibilitar a manutenção da realização das pesquisas e estudos sobre previsão do tempo e científicas, é necessário 01 (um) **EEC Capella-GBR Feed**, bem como, **EEC100-RN GRB Demodulator**, para instalação na **Estação Terrena da série GOES-R**, visto que é um equipamento de fundamental importância para se estabelecer a confiabilidade de todo o sistema.

5.2. **EEC Capella-GBR Feed** deve possuir as seguintes especificações técnicas mínimas, listadas os tópicos a seguir:

5.2.1. Especificações para a captação dos sinais **RF (Rádio Frequência)**:

- **Feed Structure:** *Phased dipole cavity feed*;
- **Center Frequency:** 1686.6 MHz;
- **Cross Polarity Isolation:** > 27 db typical;
- **RF Filtering:** *Multi-pole Hi Q cavity filter (pre LNA) 0.6 dB insertion loss*;
- **RF Converted Bandwidth:** 20 MHz;
- **LNA(s):** 25 K noise temperature (0.4 dB noise figure) 34 dB gain;
- **Typical G/T (4.5m / 3.7m):** >14 dB/K / >12.2 dB/K.

5.2.2. Especificações para os **Conversores (Dowconverters)**:

- **LO Frequency:** 1546.6 MHz;
- **Image Rejection:** > 100 dB;
- **Output Frequency (dual channel):** 140 MHz;
- **Overall Conversion Gain:** 60 dB typical;
- **LO Phase Noise:** -95 dBc/Hz @ 10 KHz typical;
- **TOIP:** +36 dBm.



### 5.2.3. Especificações Elétricas/Mecânicas (Electrical/Mechanical):

- **Supply Voltage / Power:** +18 to +24 VDC supplied from GRB Demodulator;
- **Current:** 360 mA typical @ 24 VDC (8.6 watts);
- **IF Output Connectors (2):** Type N female;
- **Power / Control Connector:** PT02E-12-10P or 24 VDC on IF coax with indoor bias-t;
- **Size:** 18.5 cm (7.3") diameter x 38.1 cm (15") long Mounting ring diameter 25.4 cm (10");
- **Weight:** Approx 7.3 Kg (16 lbs);
- **Housing:** Powder coated aluminum.

### 5.2.4. Especificações de Ambientação (Environmental):

- **Temperature:** -40 to +60 C ( -40 to +140 F);
- **Humidity:** 0 to 100%.

5.2.5. O **EEC Capella-GBR Feed** a ser adquirido é um componente voltado para o utilização em estações terrenas meteorológicas e que possui características técnicas específicas, sendo fornecido exclusivamente pelo fabricante **EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace**. Sendo assim, o **EEC Capella-GBR Feed** fabricado pela **EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace** é o único que possui compatibilidade total com o sistema da Estação Terrena da série GOES-R instalada no INPE de Cachoeira Paulista/SP, consta que tal estação e todos os seus componentes foram fornecidos integralmente pela empresa **EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace**.

5.3. **EEC100-RN GRB Demodulator** deve possuir as seguintes especificações técnicas mínimas, listadas os tópicos a seguir:

#### 5.3.1. Especificações para a captação dos sinais RF (Rádio Frequência):

- **Inputs:** 2 - Simultaneous LHCP & RHCP;
- **Input:** Frequency 140 MHz;
- **Input:** Dynamic Range -60 to -20 dBm;
- **Image Rejection:** > 100 dB;
- **Input Impedance:** 50 ohms;
- **Input Return Loss:** > 15 dB;
- **Input to Input Isolation:** > 70 dB;
- **Input Filter(s):** SAW Filter;
- **Input Bandwidth:** 14 MHz @ 3 dB, 17 MHz @ 40 dB;
- **LO Frequency:** 140 MHz in quadrature;
- **IF Frequency:** 0 IF quadrature I and Q, digital demodulation.

#### 5.3.2. Especificações para o Demodulador (Demodulator):

- **Basic Demodulator Structure:** Advanced ASIC based digital demodulation, DVB-S2 standard compliant;
- **GRB Modes / Decoding Supported:** QPSK 9/10 symbol rate 8.665938 Msps 8PSK 2/3 symbol rate 7.825768 Msps;
- **FEC Supported:** LDPC / BCH;
- **GRB Coding and Modulation:** CCM (Constant Coding and Modulation);
- **Implementation Loss:** Near Shannon-limit;
- **Typical Eb/No for QEF Performance (QEF = PER better than 1E-6):** 4.1 dB (QPSK 9/10) 3.9 dB (8PSK 2/3);
- **Transport Stream Support:** Generic Transport Stream For Space Data Packets;
- **Matched Filtering:** 0.25 roll-off factor;
- **Data / Status Interface:** GB Ethernet, CADU packets via UDP;

- **Receive Signal Strength Indicator (RSSI):** DC voltage output for remote antenna alignment.

#### 5.3.3. Especificações Elétricas/Mecânicas (Electrical/Mechanical):

- **Supply Voltage / Power:** Universal 100-240 VAC, 47 to 63 Hz, <40W;
- **GRB Feed Support:** +24 VDC @500mA to power feed RS-485 to monitor feed status;
- **Size:** 19" rack standard, 1U high, 10" deep;
- **Weight:** 10 lbs;
- **Operating Temperature:** 0 – 50 °C (32 to 122 °F).

5.3.4. O **EEC100-RN GRB Demodulator** a ser adquirido é um componente voltado para o utilização em estações terrenas meteorológicas e que possui características técnicas específicas, sendo fornecido exclusivamente pelo fabricante **EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace**. Sendo assim, o **EEC100-RN GRB Demodulator** fabricado pela **EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace** é o único que possui compatibilidade total com o sistema da Estação Terrena da série GOES-R instalada no INPE de Cachoeira Paulista/SP, consta que tal estação e todos os seus componentes foram fornecidos integralmente pela empresa **EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace**.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1 Os itens especificados nesta Contratação consistem em equipamentos para a recepção de dados satélites por meio de um conjunto de antenas, não disponíveis no mercado nacional;

6.2 Para a aquisição dos equipamentos foi considerado um fornecedor exclusivo que disponibiliza no mercado os equipamentos com as especificações necessárias requeridas neste estudo técnico;

6.3 Os equipamentos a serem adquiridos, respectivamente: EEC Capella-GBR Feed e o EEC100-RN GRB Demodulator são dispositivos que funcionam em conjunto, sendo componentes da Estação Terrena da série GOES-R. A aquisição de qualquer equipamento para este sistema deve atender totalmente as exigências de compatibilidade com os demais componentes. Desta forma, a única opção disponível para se obter a compatibilidade operacional entre os equipamentos, é realizar a aquisição do destes equipamentos através do mesmo fabricante da Estação Terrena da série GOES-R. Neste caso, o tal equipamento é fabricado pela empresa estadunidense, EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace.

6.4 Pelo motivo apresentado no item anterior não foram realizadas pesquisas no site de compras Painel de Preço em busca de contratações similares aos itens demandados. Pois, diante do exposto, é caracterizada a inviabilidade de competição, sendo que o fornecimento integral dos equipamentos seja contratado diretamente da empresa fabricante, conforme mencionado anteriormente, e com base na legislação brasileira, garantindo desta forma que os equipamentos possam ser conectados e operados em conjunto com o sistema já existente no INPE. Sendo uma importação (compra internacional) que deverá ser efetuado junto a EEC, passando por sua representante técnica e comercial em território brasileiro, a empresa: Simtech Representações LTDA.

**Valor Total:** R\$ 324.455,86

**Valor Unitário - EEC Capella-GBR Feed:** R\$ 193.095,96

**Valor Unitário - EEC100-RN GRB Demodulator:** R\$ 131.359,90

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1. A aquisição dos componentes (itens) aqui listados visa atender o fornecimento de um conjunto contínuo de dados que são pertinentes para a operação e para o monitoramento das condições climáticas, permitindo estudos sobre a previsão do tempo e a realização de pesquisas científicas e uma correta operação para a Estação Terrena da série GOES-R, instalada no campus do INPE de Cachoeira Paulista/SP.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Quantidade: 01 (uma) unidade do EEC Capella-GBR Feed, fabricado pela empresa EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace.

8.2. Quantidade: 01 (uma) unidade do EEC100-RN GRB Demodulator, fabricado pela empresa EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 324.455,86

9.1. O fornecedor do equipamento, EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace, apresentou uma proposta comercial oficial no valor total de **R\$ 324.455,86** para fornecer 01 (uma) unidade do EEC Capella-GBR Feed, 01 (uma) unidade do EEC100-RN GRB Demodulator de acordo com as especificações técnicas apresentadas pelo INPE.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. O parcelamento do objeto não é aplicável neste caso.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. A presente contratação ocorre de forma independente, não dependendo de qualquer outro processo licitatório para que possa surtir seus efeitos.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. O **Plano Diretor 2022-2026 do INPE** tem como ação doze objetivos estratégicos do Instituto para cumprimento de sua missão. O **Objetivo Estratégico nº 8 (OE-8) especifica a necessidade de “Atualizar e expandir a infraestrutura técnica e de pesquisa, e a capacidade operacional do INPE”**.

12.2. A demanda solicitada consta no Planejamento Anual de Contratações (PCA) do INPE, ano de 2024, por meio do **Documento de Formalização de Demanda (DFD) 851/2023 – Item Nº1, Classe: Antenas, guias de onda e itens correlatos;**

12.3. A aquisição de tais componentes (itens) irá prover a CORCR, a capacidade para manter a Estação Terrena da série GOES-R operacional e com compatibilidade técnica entre os sistemas que a compõem, integrando de forma satisfatória estações terrenas e satélites, permitindo a realização de estudos sobre a previsão do tempo e pesquisas científicas.

### **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1. Fornecer um conjunto contínuo de dados que são pertinentes para a operação e para o monitoramento das condições climáticas, permitindo estudos sobre a previsão do tempo e a realização de pesquisas científicas, provendo avanços tecnológicos e benefícios para diferentes áreas da sociedade, mantendo a Estação Terrena da série GOES-R, instalada no campus do INPE de Cachoeira Paulista/SP totalmente operacional.

### **14. Providências a serem Adotadas**

14.1. Não foram identificadas providências a serem adotadas pelo INPE anteriormente à celebração do contrato, tais como necessidade de treinamento ou capacitação de servidores ou de empregados ou adequação do ambiente da organização.

### **15. Possíveis Impactos Ambientais**

15.1. Visto que o Objeto a ser contratado é composto pelo fornecimento de bens e a fim de nortear os critérios de sustentabilidade que deverão ser observados, destaca-se o Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01/2010, bem como o decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

### **16. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### **16.1. Justificativa da Viabilidade**

Declaro viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

### **17. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**YASUO KONO**

Técnico



*Assinou eletronicamente em 06/09/2024 às 10:33:50.*

**MAURICIO GONCALVES VIEIRA FERREIRA**

Coordenador CORCR



*Assinou eletronicamente em 09/09/2024 às 08:39:18.*

Termo de Referência 107/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
107/2024	240106-INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT	YASUO KONO	10/09/2024 13:47 (v 3.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		01340.005305/2024-03

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.Aquisição das “Peças Sobressalentes” (em inglês: Spare Parts): EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), unidade do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Cachoeira Paulista, São Paulo, Brasil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EEC Capella - GRB Feed	UN	01	R\$ 193.095,96	R\$ 193.095,96
02	EEC 100-RN GRB Demodulator	UN	01	R\$ 131.359,90	R\$ 131.359,90

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 O custo estimado total da contratação é de R\$ 324.455,86, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 01263896000164-0-000004/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;
- III) Id do item no PCA: 684;
- IV) Classe/Grupo: 5985 – Antenas, Guias de Onda e itens correlatos;
- V) Identificador da Futura Contratação: 240106-07/2024.

### 3. Descrição da solução como um todo

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A Coordenação de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites (CORCR) busca constantemente aprimorar seu padrão de excelência quanto às atividades desempenhadas pelo setor, de modo a atender à crescente demanda por serviços especializados, decorrente dos projetos desenvolvidos pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em seus diferentes campus e instalações espalhadas pelo território brasileiro.

3.2. No tocante ao complexo de estações terrenas que integram a CORCR, encontra-se localizada no campus do INPE de Cachoeira Paulista/SP, a Estação Terrena da série GOES-R, que tem por objetivo realizar estudos sobre a previsão do tempo e pesquisas científicas, buscando uma melhor compreensão das interações entre a terra, atmosfera, oceanos e clima, bem como para outros projetos nacionais ou internacionais que são realizados com a cooperação do INPE.

3.3. As atividades desenvolvidas pela Estação Terrena da série GOES-R, contribuem de forma significativa para o desenvolvimento científico em diferentes áreas de atuação, trazendo avanços e benefícios para diversas camadas da sociedade.

3.4. Consta que a Estação Terrena da série GOES-R, encontra-se devidamente instalada no prédio do CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), no campus do INPE de Cachoeira Paulista/SP, faz parte de um conjunto maior denominado de Sistema GOES (em inglês: Geostationary Operational Environmental Satellite), nomenclatura utilizada para se referir a um grupo de satélites e instalações terrenas, que tem como a sua missão principal fornecer um conjunto contínuo de dados que são pertinentes para a operação e para o monitoramento das condições climáticas, permitindo estudos sobre a previsão do tempo e a realização de pesquisas científicas.

3.5. A estação localizada em Cachoeira Paulista é caracterizada por ser uma estação que opera em Banda-L, e é voltada para recepção de dados e imagens providos de satélites ambientais/meteorológicos, pertencentes à série GOES-R.

3.6. O sistema de comunicação entre antena-satélite necessita de componentes que garantam e certifiquem a compatibilidade adequada para tal comunicação, portanto, prevê-se que ao longo do tempo e com o constante uso do sistema, alguns de seus componentes apresentem defeitos ou mau funcionamento, necessitando serem substituídos por novos, a fim de se manter a integridade física e técnica do sistema operante, assim, a denominação destes componentes a serem substituídos é conhecida como Peças Sobressalentes (em inglês: Spare Parts), devendo ser substituídos o mais rápido possível, a fim de se assegurar a manutenção dos estudos e pesquisas realizadas.

3.7. Os equipamentos a serem adquiridos são o **EEC Capella-GBR Feed**, bem como, o **EEC100-RN GRB Demodulator**, que não podem ser classificados como bens comuns, porque são componentes voltados para a utilização em estações terrenas meteorológicas e que possuem características técnicas específicas, possuindo uma alta vida útil e gerando pouco impacto ao meio ambiente, sendo equipamentos voltados para a aplicação de pesquisas de longo prazo, sendo fornecidos exclusivamente pelo fabricante **EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace**.

### 4. Requisitos da contratação

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1 Em atenção ao **Guia de Contratações Sustentáveis** - 6a Edição, setembro de 2023, elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU), e em observância ao **Tema 6 do Plano de Logística Sustentável (PLS)** de 2022 deste Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, são enumerados abaixo critérios e práticas que devem nortear a contratada no sentido de mitigar os impactos ambientais negativos decorrentes da aquisição pretendida. Os insumos utilizados na fabricação dos produtos a serem ofertados devem:

4.1.1.1.1 Ser acondicionados em embalagem segura e adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.1.1.2 Adotar quando possível, o modelo da economia circular onde os recursos são valorizados e projetados para serem reutilizados ou reciclados;

4.1.1.1.3 Causar baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.1.1.1.4 Ter maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.1.1.1.5 Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem sustentável.

#### **Indicação de marcas ou modelos:**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: Sendo que, o item 01: EEC Capella-GBR Feed, e o item 02: EEC100-RN GRB Demodulator, uma vez que, as nomenclaturas dizem a respeito dos respectivos modelos, fabricados e ofertados pela empresa: EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace, como os únicos que possuem compatibilidade técnica total com o sistema da Estação Terrena da série GOES-R instalada no INPE de Cachoeira Paulista/SP, consta que tal estação e todos os seus componentes foram fornecidos integralmente pela empresa EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace, enquanto a sua representante brasileira, a empresa: Simtech Representações LTDA, foi a responsável pela instalação em solo brasileiro.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto:**

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo nº **01340.005305/2024-03**, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas que não sejam de fabricação exclusiva da EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace, devido ao requisito de compatibilidade de todo o sistema já instalado.

#### **Da exigência de carta de solidariedade:**

4.4. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### **Subcontratação:**

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação:**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de entrega:**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da data da assinatura do contrato, em remessa única, nas condições estabelecidas neste documento e na proposta.



5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço da fábrica da contratada nos Estados Unidos (*Incoterms Ex Works*), devendo o INPE, por meio de seu agente importador/exportador, retirar o material. Nessa etapa, será dado o recebimento provisório, no prazo de até **10 (dez) dias**, mediante a checagem dos dados de embarque, identificação do material, peso, volume e tamanho.

5.4. Os bens serão transportados sob a responsabilidade do agente importador/exportador que deverá entregar o equipamento no INPE. O referido transporte está segurado por contrato de seguro internacional mantido pelo INPE especificamente para a necessidade de acionamento nesses casos de importação/exportação.

5.5. Os bens deverão ser entregues pela contratada de importação do INPE no seguinte endereço: **Avenida dos Astronautas, 1758, Jardim da Granja – CEP: 12227-010 – São José dos Campos, São Paulo, Brasil.**

5.5.1 - Entregue no INPE o bem por sua contratada de importação, será dado o recebimento definitivo, após a verificação da qualidade e aceitabilidade dos bens, mediante Avaliação Técnica, devendo este ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório.

5.5.1.1 - A Avaliação Técnica, mediante a qual será dado o Recebimento Definitivo, consistirá na realização de operações, medições e análise de desempenho que comprovem o seu correto funcionamento. Somente depois de comprovada a plena operação é que se dará o aceite final.

5.5.1.2 - Na hipótese de a verificação definitiva não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5.2 - O bem poderá ser rejeitado quando em desacordo com as especificações constantes neste documento, no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **Garantia manutenção e assistência técnica:**

5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica:

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa:**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato:**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento:**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, na forma prevista no subitem 5.3. deste Termo de Referência, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, nos termos do subitem 5.5.1. deste Termo de Referência, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação:**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. O prazo de validade;

7.10.2. A data da emissão;

7.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. Período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. O valor a pagar;

7.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de

pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento:**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**Forma de pagamento:**

7.19. O pagamento será realizado na condição NET30, por transferência bancária (*wire transfer*), em dólar dos Estados Unidos, por meio do Banco do Brasil S.A., ou seu correspondente.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Forma e critérios de seleção e regime

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do **art. 75, IV, alínea "c"**, da Lei nº 14.133/2021.

**Forma de fornecimento:**

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

**Exigências de habilitação:**

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF (para empresas estrangeiras).

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### Habilitação jurídica:

8.13. No presente caso aplica-se o disposto no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que a respeito da documentação de habilitação dispõe:

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

[...]

III - **dispensada, total** ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas **contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**. Valor **atualizado para R\$ 359.436,08** (trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos) **pelo Decreto nº 11.871**, de 29 de dezembro de 2023..

## 9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 324.455,86

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1.O custo estimado total da contratação é de **R\$ 324.455,86**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **CGIP/CORCR**;

II) Fonte de Recursos: **1000**;

III) Programa de Trabalho: **233441 / ATCGIP**;

IV) Elemento de Despesa: **355**;

V) Plano Interno: **956435-P001**.

São José dos Campos, 10 de setembro de 2024.

**Requisitante:**

*(Assinado Eletronicamente)*

**Yasuo Kono**

**SIAPE: 1154643**

**Técnico - Coordenação de Rastreo Controle e Recepção de Satélites**

**De acordo, pelo Responsável da Área Solicitante:**

*(Assinado Eletronicamente)*

**Maurício Gonçalves Vieira Ferreira**

**SIAPE: 664283**

**Coordenador de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites**

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**YASUO KONO**

Técnico



Assinou eletronicamente em 10/09/2024 às 13:05:33.

**MAURICIO GONCALVES VIEIRA FERREIRA**

Coordenador CORCR



Assinou eletronicamente em 10/09/2024 às 11:57:20.







INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

## JUSTIFICATIVA

### SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A **Coordenação de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites (CORCR)** busca constantemente aprimorar seu padrão de excelência quanto às atividades de rastreo, controle e recepção de sinais enviados por satélites geoestacionários de modo a atender à crescente demanda por serviços especializados, decorrente dos programas espaciais desenvolvidos. O **Plano Diretor 2022-2026 do INPE** tem como ação dezenove objetivos estratégicos do Instituto para cumprimento de sua missão. O Objetivo Estratégico nº 8 especifica a necessidade de **“Atualizar e expandir a infraestrutura técnica e de pesquisa, e a capacidade operacional do INPE”**, onde se destaca o plano de atualização das infraestruturas relacionadas a pesquisas realizadas pelo instituto. Para atender aos requisitos técnicos das pesquisas, mantendo compatibilidade entre componentes das infraestruturas dos projetos que o INPE desenvolve é fundamental a aquisição de peças sobressalentes (em inglês: spare parts), que mantenham e certifiquem a qualidade dos dados voltados para a realização de pesquisas aeroespaciais no país, mais especificamente, no tocante a operação e ao monitoramento das condições climáticas, permitindo estudos sobre a previsão do tempo e a realização de pesquisas científicas buscando uma melhor compreensão das interações entre a terra, atmosfera, oceanos e clima, bem como para outros projetos nacionais ou internacionais que são realizados com a cooperação do INPE, onde o mesmo destaca-se como um importante “player” neste ramo de atuação. Considerando todo este contexto, o **EEC Capella-GBR Feed**, conjuntamente com o **EEC100-RN GRB Demodulator**, são equipamentos que constituem a denominada **Estação Terrena da série GOES-R**, instalada no prédio do CPTEC, no campus do INPE de Cachoeira Paulista/SP, assim a aquisição destes equipamentos destacados deve ser efetuada em total compatibilidade técnica com a estrutura da estação terrena já existente e instalada no campus do instituto. Sendo assim, a única opção disponível para se obter tal compatibilidade técnica e operacional entre os equipamentos já existentes, é realizar a aquisição dos equipamentos citados (EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator) através do mesmo fabricante da Estação Terrena da série GOES-R. Neste caso, a empresa que foi responsável por tal fabricação, trata-se da empresa estadunidense **EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace**. Diante do exposto, é caracterizada a inviabilidade de competição, solicitamos que o fornecimento integral do EEC Capella-GBR Feed, bem como, do EEC100-RN GRB Demodulator seja contratado diretamente da empresa fabricante EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace, mediante **Dispensa de Licitação, com base no art. 75, IV, alínea "c", da 14.133/2021**, garantindo dessa forma que estes componentes possam ser usados em conjunto a Estação Terrena da série GOES-R de forma satisfatória.

Nesse contexto, o **Termo de Abertura de Projeto (TAP) [12231335]**, relacionado ao processo administrativo nº **01340.007054/2022-21**, estabelece nos **itens 22 e 23**, respectivamente, o **“Objetivo Geral”** e os **“Objetivos Específicos”**, tal qual, ao **item 24**, que discorre sobre as **“Metas do projeto e critérios de sucesso relacionados”**, onde está devidamente explicitada a importância da aquisição dos equipamentos em questão para que haja **“Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cachoeira Paulista”**, conforme inicialmente previsto durante o processo de elaboração de dado documento oficial.

São José dos Campos, 11 de setembro de 2024.

(Assinado Eletronicamente)

**Yasuo Kono**  
**SIAPE: 1154643**

**Técnico - Coordenação de Rastreamento, Controle e Recepção de Satélites**



Documento assinado eletronicamente por **Yasuo Kono, Técnico**, em 11/09/2024, às 15:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12240500** e o código CRC **D3DE9A5F**.

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI nº 12240500



INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS  
Av. dos Astronautas, 1758, - Bairro Jardim da Granja,  
CEP 12227-010, São José dos Campos - SP - <http://www.inpe.br/>

## ANEXO

### JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

Trata-se de justificar o preço praticado e estimado para a compra do serviço objeto do presente processo nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, em seu art. 7º:

*Art. 7º Nas contratações diretas por **inexigibilidade ou por dispensa de licitação**, aplica-se o disposto no art. 5º.*

*§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.*

*§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.*

Neste caso especificamente, os itens a serem adquiridos são pertencentes a equipamento importado, exclusivo, não encontrado no mercado nacional, e com isso, as exigências impostas no **§ 1º da Instrução Normativa 65/2021** em questão, tornam-se inaplicáveis, quando as atenções estão voltadas para a pauta imposta, uma vez que, conforme devidamente exposto na **Declaração Oficial [12223654]**, a **empresa Enterprise Electronics Corporation TeleSpace (EEC)** afirma que não efetuou a comercialização de objetos idênticos aos que INPE pretende adquirir, no período de até 1 (um) ano à data da contratação pela Administração, ou por outro meio igualmente idôneo, que possa fundamentar uma possível contratação nesses moldes.

**Portanto, seguimos para o § 2º da Instrução Normativa 65/2021**, onde é apresentada a seguinte situação: Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço *poderá ser*

realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, desta forma, os **Comprovantes de Vendas de Objetos [12223682; 12223699]**, atestam que a empresa EEC comercializou objetos semelhantes de mesma natureza, se comparados com itens pretendidos pelo INPE, vale ressaltar que tal situação está devidamente comprovada e tecnicamente atestada, de acordo com conteúdo exposto no **Atestado de Similaridade Técnica [12223724]**, elaborado de maneira oficial e formal pela empresa a ser contratada. Desta forma, a utilização do **§2º** se faz justificada, aderindo à modalidade de **Dispensa de Licitação** para o devido processo de importação.

São José dos Campos, 04 de setembro de 2024.

(Assinado Eletronicamente)

**Yasuo Kono**  
**SIAPE: 1154643**

**Técnico - Coordenação de Rastreo Controle e Recepção de Satélites**



Documento assinado eletronicamente por **Yasuo Kono, Técnico**, em 09/09/2024, às 10:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12223531** e o código CRC **48C72363**.



# STATE OF ALABAMA

## OFFICE OF THE SECRETARY OF STATE

The attached document has been signed by an Alabama public official. This Apostille certifies the signature of that official and does not certify the content of the public document to which it is attached.

### APOSTILLE

(Convention de La Haye du 5 octobre 1961)

1. Country: *United States of America*

*This public document*

2. has been signed by

Denise Rivera

3. acting in the capacity of

Notary Public

4. bears the seal/stamp of

Denise Rivera

State of Alabama

### CERTIFIED

5. at Montgomery, Alabama

6. the 4th day of June 2024

7. by Secretary of State, State of Alabama

8. No. 2024-07294

9. Seal/Stamp



10. Signature:

Wes Allen

Secretary of State



PROTECTING PEOPLE AND ASSETS

## POWER OF ATTORNEY

To **SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ: 40.190.753/0001-21, located at Praça Pio X, Nº 55, Sala 903, Centro, Rio de Janeiro, Brazil, CEP: 20.040-020.

The undersigned **Enterprise Electronics Corporation (EEC)**, an Alabama Corporation with its principal place of business in the city of Enterprise, State of Alabama, USA, through its COO, Nicole McDurmont, hereby grants to its representative in Brazil, **SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA**, full power and authority:

- To represent **Enterprise Electronics Corporation (EEC)** in any action connected to a tender, acquisition and installation of any doppler weather radar system and spare parts or any equipment supplied by EEC and for this purpose to receive, service, process and respond administratively and judicially related to any contract or bid process on behalf of the EEC within the jurisdiction of country, Brazil;
- To initial and sign proposals, qualifications documents and statements; and
- To manifest verbally or in writing, to submit protests, to forsake or to give up protest terms.

This Power of Attorney is valid until December 31, 2024.

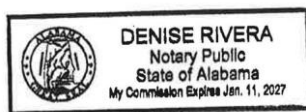
---

Nicole McDurmont, COO  
Enterprise Electronics Corporation

Signed before me, a notary public for the State of Alabama at large in Coffee County, Enterprise, Alabama, this 4th day of June, 2024.

---

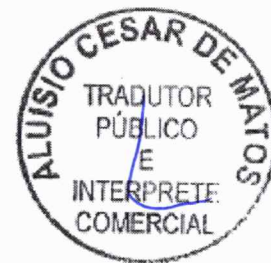
Denise Rivera



Enterprise Electronics Corporation  
128 S. Industrial Blvd., Enterprise, AL 36330, USA  
p: +1 334.347.3478 | f: +1 334.393.4556  
[eecweathertech.com](http://eecweathertech.com)



**ALUISIO CESAR DE MATOS**  
**Tradutor Público e Intérprete Comercial do Idioma Inglês**  
**Matrícula Nº 253 - JUCERJA**  
**CPF/MF 186.041.296-34**



Av. Almirante Barroso, 63/203 – Centro – RJ – CEP: 20031-913

**12-47232**

**1**

Eu, abaixo assinado, Tradutor Público e Intérprete Comercial, com fé pública em todo o Território Nacional, nomeado pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e nela matriculado sob o nº 253, CERTIFICO e DOU FÉ que me foi apresentado um documento em língua inglesa a fim de ser por mim traduzido para o português, o que cumpro, em razão do meu ofício, como segue:-----

*[Constava Grande Selo do Alabama]*

ESTADO DO ALABAMA

OFÍCIO DO SECRETÁRIO DE ESTADO

O documento em anexo foi assinado por um funcionário público do Alabama. Esta Apostila certifica a assinatura desse funcionário e não certifica o conteúdo do documento público ao qual está anexada.

APOSTILA

(Convention de La Haye du 5 octobre 1961)

1. País: Estados Unidos da América

Este documento público

2. Foi assinado por: Denise Rivera

3. Atuando na capacidade de: Tabeliã

4. Contém o selo/carimbo de: Denise Rivera, Estado do Alabama

CERTIFICADO

5. Em: Montgomery, Alabama

6. No dia: 04 de junho de 2024

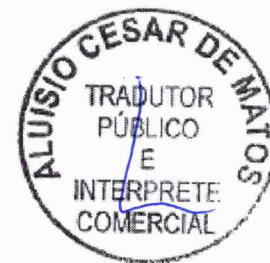
7. Por: Secretário de Estado, Estado do Alabama

8. Nº: 2024-07294

9. Selo/Carimbo: *[Constava Grande Selo do Alabama]*

**ALUISIO CESAR DE MATOS**  
**Tradutor Público e Intérprete Comercial do Idioma Inglês**  
**Matrícula Nº 253 - JUCERJA**  
**CPF/MF 186.041.296-34**

Av. Almirante Barroso, 63/203 – Centro – RJ – CEP: 20031-913



**12-47232**

**2**

10. Assinatura: *[Constava assinatura de Wes Allen, Secretário de Estado]*

-----  
*[Constava de Enterprise Electronics Corporation (EEC)]*

**PROCURAÇÃO**

Para SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ: 40.190.753/0001-21, localizada na Praça Pio X, Nº 55, Sala 903, Centro, Rio de Janeiro, Brasil, CEP: 20.040-020.

A abaixo assinada Enterprise Electronics Corporation (EEC), uma corporação do Alabama com sede na cidade de Enterprise, Estado do Alabama, EUA, através de sua COO (Diretora de Operações), Nicole McDurmont, concede ao seu representante no Brasil, SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA, plenos poderes e autoridade:

- Representar a Enterprise Electronics Corporation (EEC) em qualquer ação relacionada a uma licitação, aquisição e instalação de qualquer sistema de radar meteorológico doppler e peças sobressalentes ou qualquer equipamento fornecido pela EEC e para este fim receber, atender, processar e responder administrativamente e judicialmente relacionado a qualquer contrato ou processo de licitação em nome da EEC dentro da jurisdição do país, Brasil;
- Rubricar e assinar propostas, documentos de habilitação e declarações; e
- Manifestar-se verbalmente ou por escrito, apresentar protestos, desistir ou renunciar a termos de protesto.

Esta procuração é válida até 31 de dezembro de 2024.



**ALUISIO CESAR DE MATOS**  
**Tradutor Público e Intérprete Comercial do Idioma Inglês**  
**Matrícula Nº 253 - JUCERJA**  
**CPF/MF 186.041.296-34**

Av. Almirante Barroso, 63/203 – Centro – RJ – CEP: 20031-913



12-47232

3

[Constava assinatura de Nicole McDurmont, a Diretora de Operações]

Assinado perante mim, tabeliã do Estado do Alabama, em Coffee County, Enterprise, Alabama, em 04 de junho de 2024.

[Constava assinatura e carimbo de Denise Rivera, a tabeliã]

Enterprise Electronics Corporation

128 S. Industrial Blvd., Enterprise, AL 36330, EUA

Telefone: +1 334.347.3478 | +1 334.393.4556

eecweathertech.com

Por Tradução Conforme, feita em 11 de julho de 2024. -----



*Quaty*



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### **Certificado de Registro Cadastral - CRC**

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

País: **Estados Unidos**  
Identificador: **USMQNFD8CZA8H3**  
Nome da Empresa: **Enterprise Electronics Corporation**

Endereço:

**128 S. Industrial Blvd., Enterprise, AL, Estados Unidos**

#### Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.  
Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Emitido em: 21/06/2024 09:20

1 de 1



PROTECTING PEOPLE AND ASSETS

July 08<sup>h</sup>, 2024

Julho 08, 2024

Statement – To Whom It May Concern

Declaração – A Quem Interessar Possa:

Proposal: T021-22 Rev 2

Proposta: T021-22 Rev 2

Enterprise Electronics Corporation (EEC) declares for all due purposes that the price offered through its aforementioned proposal is consistent with the values practiced in the international market, especially regarding the supply of the CAPELLA-GR reception system. We also declare that this year, we did not have similar supplies so that we can demonstrate the compatibility and reasonableness of the prices offered.

A Enterprise Electronics Corporation (EEC), declara para os devidos fins que o preço ofertado por meio de sua proposta em epígrafe está condizente com os valores praticado junto ao mercado internacional, especialmente no relativo ao fornecimento de sistema de recepção CAPELLA-GR. Declaramos ainda que no corrente ano, não tivemos fornecimentos similares de forma que possamos demonstrar a compatibilidade e razoabilidade dos preços ofertados.

*Eric Baptiste*

Eric Baptiste  
Business Development Manager  
Enterprise Electronics Corporation  
Email: [eric.baptiste@eecweathertech.com](mailto:eric.baptiste@eecweathertech.com)

Enterprise Electronics Corporation  
128 S. Industrial Blvd., Enterprise, AL 36330, USA  
p: +1 334.347.3478 | f: +1 334.393.4556  
[eecweathertech.com](http://eecweathertech.com)

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 1 of 27  
08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	****ALL INVOICES MUST BE FORWARDED TO THE BUYER FOR APPROVAL**** FAILURE TO DO THIS MAY DELAY PAYMENT. INVOICES SHOULD INCLUDED PO NUMBER AND INDIVIDUAL LINE ITEMS WITH AMOUNTS****  ***REFERENCE QUOTE MT50600 FOR PRICING, EQUIPMENT AND SERVICES TO BE PROVIDED***  ****PLEASE NOTIFY BUYER 30 DAYS IN ADVANCE OF NEEDING FUNDS FOR LINES 16, 17 & 18 ****  ***MILESTONE PAYMENT SCHEDULE:*** 20% INVOICED AT PO PLACEMENT 60% WHEN HARDWARE SHIPS 20% AT SAT							
1	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station CAPELLA-GR pedestal QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order. Current revision status is the version on this web site.		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	36,661.6000	\$36,661.60

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**

Page 2 of 27

08/16/16

<b>Order To:</b>	ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION 128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD ENTERPRISE, AL 36330	VND000011132	<b>Ship To:</b>	TELEDYNE BROWN ENGINEERING 300 Sparkman Drive Cummings Research Park HUNTSVILLE, AL 35805
Contact: ERIC	Ph: 334-470-6512		<b>Trans Currency:</b>	USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To					
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD						
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost			
	***** ***** BUY AMERICAN ***** COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement. ***** *****NON-FLIGHT HARDWARE***** Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02									\$9,165.40	\$45,827.00
2	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station 6.0m parabolic antenna reflector QC Insp Required		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	24,440.8000	\$24,440.80			

Order To: ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

Ship To: TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency:    USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	<p>***** QUALITY REQUIREMENTS *****</p> <p>Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order.</p> <p>Current revision status is the version on this web site.</p> <p>*****</p> <p>***** BUY AMERICAN *****</p> <p>COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.</p> <p>COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.</p> <p>* If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement.</p> <p>*****</p> <p>*****NON-FLIGHT HARDWARE*****</p> <p>Additional Charges: MISC MISCELLANEOUS Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02</p>							
							\$6,110.20	
							\$30,551.00	

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**

Page 4 of 27

08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
3	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station Motorized Antenna Control Unit QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order. Current revision status is the version on this web site. ***** ***** BUY AMERICAN ***** COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement.		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	31,773.6000	\$31,773.60

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**

Page 5 of 27

08/16/16

<b>Order To:</b>	ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION 128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD ENTERPRISE, AL 36330	VND000011132	<b>Ship To:</b>	TELEDYNE BROWN ENGINEERING 300 Sparkman Drive Cummings Research Park HUNTSVILLE, AL 35805
Contact: ERIC	Ph: 334-470-6512		<b>Trans Currency:</b>	USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To					
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD						
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost			
	***** *****NON-FLIGHT HARDWARE***** Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02							\$7,943.40			
								\$39,717.00			
4	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station Dual Channel L-Band feed/LNA/Dual Channel downconverter QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order. Current revision status is the version on this web site. ***** ***** BUY AMERICAN ***** COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egvpt, Finland, France,					11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	34,828.8000	\$34,828.80



TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**

Page 6 of 27

08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement. ***** *****NON-FLIGHT HARDWARE***** Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02							\$8,707.20
								\$43,536.00
5	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station EEC100-R DVB-S2 based GRB receiver set QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order. Current revision status is the version on this web site. *****		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	21,996.8000	\$21,996.80

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 7 of 27  
08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To				
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD					
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost		
	***** BUY AMERICAN ***** COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement. ***** *****NON-FLIGHT HARDWARE***** Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02									\$5,499.20
								\$27,496.00		
6	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station Acquisition workstation QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01,		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	4,640.0000	\$4,640.00		

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 8 of 27  
08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	<p>10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order.</p> <p>Current revision status is the version on this web site.</p> <p>*****</p> <p>***** BUY AMERICAN *****</p> <p>COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.</p> <p>COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.</p> <p>* If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement.</p> <p>*****</p> <p>*****NON-FLIGHT HARDWARE*****</p> <p>Additional Charges: MP Milestone Payment  Prime Contract #: NNM13AA35C  100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02</p>							
								\$1,160.00
								\$5,800.00
7	CAPELLA-GR GOES-R		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	21,137.6000	\$21,137.60

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 9 of 27  
08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	<p>GOES-R Ground Station High Speed Processing workstation QC Insp Required</p> <p>***** QUALITY REQUIREMENTS *****</p> <p>Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order.</p> <p>Current revision status is the version on this web site.</p> <p>*****</p> <p>***** BUY AMERICAN *****</p> <p>COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.</p> <p>COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.</p> <p>* If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement.</p> <p>*****</p> <p>*****NON-FLIGHT HARDWARE*****</p> <p>Additional Charges: MP Milestone Payment</p>							
								\$5,284.40

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 10 of 27  
08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02							\$26,422.00
8	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station Visualization Workstation includes PROTEUS Visualization and Analysis Software (perpetual license), UPS and 32inch LCD Monitor QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to http://www.tbe.com/ and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order. Current revision status is the version on this web site. ***** ***** BUY AMERICAN ***** COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	9,436.8000	\$9,436.80

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 11 of 27  
08/16/16

<b>Order To:</b>	ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION 128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD ENTERPRISE, AL 36330	VND000011132	<b>Ship To:</b>	TELEDYNE BROWN ENGINEERING 300 Sparkman Drive Cummings Research Park HUNTSVILLE, AL 35805
Contact: ERIC	Ph: 334-470-6512		<b>Trans Currency:</b>	USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To					
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD						
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost			
	<p>* If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement.</p> <p>*****</p> <p>*****NON-FLIGHT HARDWARE*****</p> <p>Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02</p>							\$2,359.20			
								\$11,796.00			
9	<p>CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station CAPELLA-GR Processing Software Suite (perpetual license) QC Insp Required</p> <p>***** QUALITY REQUIREMENTS *****</p> <p>Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order.</p> <p>Current revision status is the version on this web site.</p> <p>*****</p> <p>***** BUY AMERICAN *****</p> <p>COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN</p>					11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	4,692.8000	\$4,692.80

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**

Page 12 of 27

08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Trans Currency:									
Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To			
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD				
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost	
	ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement. ***** *****NON-FLIGHT HARDWARE***** Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02							\$1,173.20	
								\$5,866.00	
10	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station CAPELLA-GR Acquisition Software Suite (perpetual license) QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	1,224.8000	\$1,224.80	

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 13 of 27  
08/16/16

<b>Order To:</b>	ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION 128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD ENTERPRISE, AL 36330	VND000011132	<b>Ship To:</b>	TELEDYNE BROWN ENGINEERING 300 Sparkman Drive Cummings Research Park HUNTSVILLE, AL 35805
------------------	---	--------------	-----------------	--

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To				
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD					
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost		
	Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order. Current revision status is the version on this web site. ***** ***** BUY AMERICAN ***** COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement. ***** *****NON-FLIGHT HARDWARE***** Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02									\$306.20
								\$1,531.00		
11	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station Full Complement of Training materials and system documentation set		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	1,306.4000	\$1,306.40		



TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 14 of 27  
08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	<p>QC Insp Required</p> <p>***** QUALITY REQUIREMENTS *****</p> <p>Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order.</p> <p>Current revision status is the version on this web site.</p> <p>*****</p> <p>***** BUY AMERICAN *****</p> <p>COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.</p> <p>COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.</p> <p>* If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement.</p> <p>*****</p> <p>*****NON-FLIGHT HARDWARE*****</p> <p>Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02</p>							
								\$326.60

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 15 of 27  
08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
								\$1,633.00
12	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station GPS antenna and receiver QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order. Current revision status is the version on this web site. ***** ***** BUY AMERICAN ***** COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	977.6000	\$977.60

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 16 of 27  
08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	requirement. ***** *****NON-FLIGHT HARDWARE***** Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02							\$244.40 \$1,222.00
13	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station 19-inch rack Kit includes, rack, KVM, 1 gigabit network switch, 17inch LCD, cables QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to http://www.tbe.com/ and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order. Current revision status is the version on this web site. ***** ***** BUY AMERICAN ***** COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	3,144.0000	\$3,144.00

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 17 of 27  
08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement. ***** *****NON-FLIGHT HARDWARE***** Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02							\$786.00
								\$3,930.00
14	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station RF Cable Kit QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order.		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	3,055.2000	\$3,055.20

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 18 of 27  
08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	Current revision status is the version on this web site. ***** ***** BUY AMERICAN ***** COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement. ***** *****NON-FLIGHT HARDWARE***** Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02							\$763.80  <

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 19 of 27  
08/16/16

<b>Order To:</b>	ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION 128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD ENTERPRISE, AL 36330	VND000011132	<b>Ship To:</b>	TELEDYNE BROWN ENGINEERING 300 Sparkman Drive Cummings Research Park HUNTSVILLE, AL 35805
------------------	---	--------------	-----------------	--

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To						
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD							
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost				
	<p>***** QUALITY REQUIREMENTS *****</p> <p>Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order.</p> <p>Current revision status is the version on this web site.</p> <p>*****</p> <p>***** BUY AMERICAN *****</p> <p>COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.</p> <p>COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.</p> <p>* If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement.</p> <p>*****</p> <p>*****NON-FLIGHT HARDWARE*****</p> <p>Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02</p>											
								\$366.60				
								\$1,833.00				

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**

Page 20 of 27

08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
16	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station Installation QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order. Current revision status is the version on this web site. ***** ***** BUY AMERICAN ***** COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement.		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	0.0000	\$0.00

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**

Page 21 of 27

08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date		Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To	
08/16/16		Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD		
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	***** *****NON-FLIGHT HARDWARE***** Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02							
17	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station Training QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to http://www.tbe.com/ and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order. Current revision status is the version on this web site. ***** ***** BUY AMERICAN ***** COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.	11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	0.0000	\$0.00	



TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**

Page 22 of 27

08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To					
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD						
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost			
	<div>* If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement.</div> <div>*****</div> <div>*****NON-FLIGHT HARDWARE*****</div> <div>Prime Contract #: NNM13AA35C</div> <div>100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02</div>										
18	<div>CAPELLA-GR GOES-R</div> <div>GOES-R Ground Station</div> <div>Handling</div> <div>QC Insp Required</div> <div>***** QUALITY REQUIREMENTS *****</div> <div>Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order.</div> <div>Current revision status is the version on this web site.</div> <div>*****</div> <div>***** BUY AMERICAN *****</div> <div>COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.</div> <div>COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia,</div>					11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	0.0000	\$0.00

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**

Page 23 of 27

08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement. ***** *****NON-FLIGHT HARDWARE*****  Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00%    AOP:710-010   1.20.304.10121   40859.00.00.GOESR.00.02.02							
19	CAPELLA-GR GOES-R GOES-R Ground Station Project Management QC Insp Required  ***** QUALITY REQUIREMENTS ***** Quality requirements that apply to this line item are as follows: 01, 10, 38, 39, 40. For text of Quality requirements go to <a href="http://www.tbe.com/">http://www.tbe.com/</a> and select Company Info, Procurement and "Quality Terms for Purchase Orders" or call the TBE buyer shown on the purchase order. Current revision status is the version on this web site. ***** ***** BUY AMERICAN *****		11/16/16	08/04/16	EA	1.0000	4,008.0000	\$4,008.00

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 24 of 27  
08/16/16

<b>Order To:</b>	ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION 128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD ENTERPRISE, AL 36330	VND000011132	<b>Ship To:</b>	TELEDYNE BROWN ENGINEERING 300 Sparkman Drive Cummings Research Park HUNTSVILLE, AL 35805
------------------	---	--------------	-----------------	--

Contact: ERIC Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	COUNTRY OF ORIGIN MUST BE SUPPLIED WITH ALL DELIVERED MATERIAL IN ACCORDANCE WITH DFAR-Clause 252.225.7002.  COUNTRY OF ORIGIN MUST* BE ONE OF THE FOLLOWING: USA, Australia, Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Egypt, Finland, France, Germany, Greece, Israel, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland.  * If material from one of the above countries can not be supplied. Notify the TBE Buyer. The TBE Buyer may be able to waive this requirement. ***** *****NON-FLIGHT HARDWARE***** Additional Charges: MP Milestone Payment Prime Contract #: NNM13AA35C 100.00% AOP:710-010 1.20.304.10121 40859.00.00.GOESR.00.02.02							\$1,002.00
	This contractor and subcontractor shall abide by the requirements of 41 CFR §§ 60-1.4(a), 60-300.5(a) and 60-741.5(a). These regulations prohibit discrimination against qualified individuals based on their status as protected veterans or individuals with disabilities, and prohibit discrimination against all individuals based on their race, color, religion, sex, or national origin. Moreover, these regulations require that covered prime contractors and subcontractors take affirmative action							\$5,010.00

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**Page 25 of 27  
08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	<p><b>to employ and advance in employment individuals without regard to race, color, religion, sex, national origin, protected veteran status or disability.</b></p> <p>*****  *****NOTICE*****  *****  THE CERTIFICATIONS AND OTHER DOCUMENTATION WHEN REQUIRED BY THIS PURCHASE ORDER AND ITS QUALITY TERMS ARE A CRITICAL PART OF EACH SHIPMENT. The purchase order must be referenced on the packing slip, failure to provide this or any other required documentation will delay payment and may, at buyers option, result in return of any material received at seller's expense.  *****  *****</p> <p>-----SPECIAL INSTRUCTIONS-----  TBE General Terms and Conditions plus FFP Supplement 2, apply and are hereby incorporated into this order. Text may be viewed at <a href="http://www.tbe.com">http://www.tbe.com</a> or call the TBE buyer shown on the purchase order for a copy.  -----</p> <p>Bill To:  Teledyne Brown Engineering  Attn: Accounts Payable  P.O. Box 070007 MS 22</p>							

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**

Page 26 of 27

08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36330

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	<p>Huntsville, AL 35807-7007 or email to: accounts.payable@tbe.com</p> <p>THIS PURCHASE ORDER IS BUYER'S OFFER TO PURCHASE THE GOODS AND SERVICES DESCRIBED HEREIN. SELLER'S ACCEPTANCE IS STRICTLY LIMITED TO THE TERMS AND CONDITIONS INCLUDED IN THIS OFFER. UNLESS SPECIFICALLY AGREED TO IN WRITING BY BUYER'S AUTHORIZED PROCUREMENT REPRESENTATIVE, BUYER OBJECTS TO, AND IS NOT BOUND BY, ANY TERM OR CONDITION OFFERED BY SELLER THAT DIFFERS FROM OR ADDS TO THIS OFFER. SELLER'S COMMENCEMENT OF PERFORMANCE OR ACCEPTANCE OF THIS OFFER IN ANY MANNER SHALL CONCLUSIVELY EVIDENCE ACCEPTANCE OF THIS OFFER AS WRITTEN.</p> <p>TELEDYNE'S ETHICS LINE 877.666.6968</p> <p>BY ACKNOWLEDGING THIS PURCHASE ORDER, YOU ARE CONFIRMING COMPLIANCE WITH FAR 52.209-5, CERTIFICATION REGARDING RESPONSIBILITY MATTERS (APRIL 2010), 52.203-11, CERTIFICATION AND DISCLOSURE REGARDING PAYMENT TO INFLUENCE CERTAIN FEDERAL TRANSACTIONS (SEPT 2007), AND YOU ARE ACKNOWLEDGING NOT ONLY THE PRICE AND DUE DATE NOTED ON THE PURCHASE ORDER BUT THE DPAS RATING ASSIGNED IF ANY.</p> <p>ACKNOWLEDGED BY: _____DATE: __/__/____</p> <p>SEND ALL CORRESPONDENCE TO: Hilda Sparks,TELEPHONE:(256)726-1064 E-MAIL: hilda.sparks@teledyne.com</p>							

TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

**Purchase Order: PO00129966**

Page 27 of 27

08/16/16

**Order To:** ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD  
ENTERPRISE, AL 36630

VND000011132

**Ship To:** TELEDYNE BROWN ENGINEERING  
300 Sparkman Drive  
Cummings Research Park  
HUNTSVILLE, AL 35805

Contact: ERIC    Ph: 334-470-6512

Trans Currency: USD

Order Date	Buyer	Terms	FOB	Sales Order	Ship Via	Deliver To		
08/16/16	Sparks, Hilda M	NET 30	ORIGIN		TBD			
Line	Item/Description	Rev	Due Date	Desired Date	U/M	Order Quantity	Net Unit Cost	Extended Cost
	BUYER: <u>Hilda Sparks</u> DATE: <u>08/16/2016</u>  AUTHORIZED BY: <u>Anita L Fowler</u> DATE: <u>08/16/2016</u>  QUALITY: _____ DATE: <u>__/__/__</u> DCMA: _____ DATE: <u>__/__/__</u>							
							PO Total Amt:	\$255,989.00

AccuWeather, Inc.  
385 Science Park Rd  
State College, PA 16803  
USA



Telephone 814-237-0309  
Fax  
Giro  
Tax registration number

Enterprise Electronics Corporation  
P.O. Box 311270  
Enterprise, AL 36331  
USA

## Purchase order

Page 1 of 1  
Number ACCWPO-015785-1  
Date 8/2/2021  
Prepayment obligation No  
Delivery terms

Delivery address  
AccuWeather, Inc.  
385 Science Park Rd  
State College, PA 16803  
USA

Line number	Item number	Description	Delivery	Quantity	Unit	Unit price	Discount	Discount percent	Amount	Print code
1		Shipping	7/22/2021	1.00	ea	169.00	0.00	0.00%	169.00	
2		RF Splitter with Panel, 15-foot RF Cable Extender Kit,	7/22/2021	1.00	ea	2,236.00	0.00	0.00%	2,236.00	
3		EEC100-R DVB-S2 receiver	7/22/2021	1.00	ea	30,524.00	0.00	0.00%	30,524.00	

Currency	Sales subtotal amount	Total discount	Charges	Sales tax	Round-off	Total
USD	32,929.00	0.00	0.00	0.00	0.00	32,929.00



PROTECTING PEOPLE AND ASSETS

July 07<sup>th</sup>, 2024

Julho 07, 2024

Certificate of Technical Similarity

Atestado de Similaridade Técnica

Proposal: T021-22 Rev 2

Proposta: T021-22 Rev 2

Enterprise Electronics Corporation (EEC) certifies that:

A Enterprise Electronics Corporation (EEC), certifica que:

The Enterprise Electronics Corporation's **EEC100-RN** DVB-S2 GRB demodulator constitutes the same fit, form and function as the legacy EEC100-R DVB-S2 GRB demodulator and as such, is a drop-in replacement for all previous iterations of the EEC100-R DVB-S2 GRB demodulator.

O **EEC100-RN** da Enterprise Electronics Corporation constitui o mesmo ajuste, forma e função que o demodulador legado EEC100-R DVB-S2 GRB e, como tal, é um substituto imediato para todas as iterações anteriores do EEC100-R DVB-S2 GRB.

The Enterprise Electronics Corporation's **EEC100-GRBF** GRB feed constitutes the same fit, form and function as the legacy Capella-GR GRB feed and as such, is a drop-in replacement for all previous iterations of the Capella-GR GRB feed.

O **EEC100-GRBF** da Enterprise Electronics Corporation constitui o mesmo ajuste, forma e função que o feed legado Capella-GR GRB e, como tal, é um substituto imediato para todas as iterações anteriores do feed Capella-GR GRB.

---

**Hae-Yong Shin Ph.D.**

Sr. Systems Engineer

**TeleSpace**

Enterprise Electronics Corporation

Enterprise Electronics Corporation  
128 S. Industrial Blvd., Enterprise, AL 36330, USA  
p: +1 334.347.3478 | f: +1 334.393.4556

[eecweathertech.com](http://eecweathertech.com)





INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

TAP - TERMO DE ABERTURA DE PROJETO

Documento que formalmente autoriza a existência de um projeto e dá ao gerente do projeto a autoridade necessária para aplicar recursos organizacionais às atividades do projeto. Preencher os campos em branco. Este documento também é chamado de "Descritivo do Projeto".

1. Nome do Projeto	Atualização da capacidade de rastreamento, controle e recepção da CORCR
2. Processo SEI	01340.007054/2022-21
3. Programa Associado	
4. Processo SEI do Programa Associado	
5. Responsável do Projeto	MAURICIO G.V. FERREIRA
6. Unidade Responsável	CORCR/CGIP
7. Unidade(s) Executora(s)	CORCR/CGIP
8. Categoria do Projeto	Infraestrutura
9. Situação do Projeto	Novo
10. Objeto do projeto	Atualização da infraestrutura predial e de equipamentos do Centro de Rastreamento, Recepção e Controle do INPE (CORCR)
11. Descrição do Projeto	<p>A coordenação de Rastreamento e Controle e Recepção de Satélites - CORCR é composta pelo Centro de Controle de Satélites - CCS em São José dos Campos e pelas estações de rastreamento de Cuiabá - MT, Alcântara - MA e Cachoeira Paulista-SP. A CORCR tem como funções principais a operação, rastreamento e controle de satélites artificiais, e conta com um conjunto de instalações e meios de solo que permite ao INPE: 1. controlar em órbita seus satélites ou outros desenvolvidos em cooperação com outros países; 2. dar apoio por meio de cooperação cruzada em missões espaciais de outros organismos nacionais ou estrangeiros; 3. receber e encaminhar ao centro de missão os dados de carga útil específica de satélites nacionais ou estrangeiros. As estações de rastreamento de Alcântara – ETA e de Cuiabá – ETC operam em Banda S de frequências e rastreiam e controlam os satélites SCD1, SCD2, CBERS4, CBERS4A e Amazonia1. Nesse espectro, tem-se ainda que a atividade de recepção de imagens de satélites de observação da Terra, operam também antenas de banda X em Cachoeira Paulista, SP, e na Estação de recepção e Gravação em Cuiabá, MT – que operam diariamente os satélites CBERS4, CBERS4A, LANDSAT 8 e 9, UK-DMC, TERRA, AQUA, S-NPP, NOAA, GOES-13 e METOP-B.</p> <p>O objetivo deste projeto consiste em apresentar um <b>plano de atualização da infraestrutura existente</b> de rastreamento, controle e recepção que incluem: - O Centro de Controle de Satélites - CCS de São José dos Campos - A estação de Rastreamento, Controle e Recepção de Cuiabá - A estação de Rastreamento e Controle de Alcântara e a estação de Rastreamento e Recepção de Cachoeira Paulista</p>
12. Descrição do(s) Produto(s)/Serviço(s) que será(ão) entregue(s)	<p>(Máximo 2000 caracteres incluindo espaços)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Aquisição de antenas em banda S/X, ou banda L, ou UHF/FHV ou outra frequência para ser instalada no Sítio de Alcântara, Cuiabá e Cachoeira Paulista.</li><li>- Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cuiabá</li><li>- Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cachoeira Paulista</li><li>- Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Alcântara</li></ul>

- Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do Centro de Controle de Satélites de São José dos Campos

13. Justificativa do Projeto

(Máximo 1000 caracteres incluindo espaços)

Justifica-se a atualização do sistema de rastreo e controle da CORCR, cujo a infraestrutura foi basicamente construída com o projeto da MECB (Missão Espacial Completa Brasileira) objetivando principalmente:

- a. A redução de manutenção corretiva e preventiva, tendo em vista que uma boa parte dos equipamentos instalados tem mais de 40 anos, tende naturalmente a apresentar menos problemas;
- b. A melhoria na qualidade de apontamento e de acompanhamento(tracking) de um alvo(satélites artificiais) aumenta a qualidade do sinal recebido, com redução significativa de pacotes perdidos, além de incrementar a confiabilidade dos comandos enviados a distância(telecomandos) a estes satélites;
- c. A redução das manutenções e redução significativa do tempo médio entre falhas (MTBF) desses dispositivos, tem-se um incremento na equação natural de custo/benefício, norteadora da engenharia, alcançando uma melhoria com a redução esperada dos custos.
- d. A possibilidade de participar de outras missões como o Sistema Águia: Frota Carponis, com sensores ópticos de alta resolução; Frota Lessônia, com sensores radar, e Frota Attícora de meteorologia.

14. Resultados esperados

(Máximo 1000 caracteres incluindo espaços).

Espera-se que haja melhorias significativas nos sistemas instalados, redução de manutenções e também:

- a. Aumento do número de passagens rastreadas pela CORCR;
- b. Aumento do número de dados recebidos da CORCR;
- c. Melhoria no recebimento dos dados recebidos;
- d. Aumento de confiabilidade dos comandos enviados;

15. O projeto prevê parcerias? ( ) SIM ( X ) NÃO

Em caso de parceria, descrever os futuros parceiros e as respectivas responsabilidades para o momento da apresentação desta proposta de projeto.

16. As parcerias envolvem recursos? ( ) SIM ( X ) NÃO

No caso de envolver recursos, resumir em um parágrafo para cada parte quais as respectivas responsabilidades na provisão dos recursos.

<b>17. O projeto apresenta aspectos de inovação?</b>		(   ) SIM	( X ) NÃO
Relatar o caráter inovador do projeto.			
<b>18. É esperado que o projeto vá gerar patente ou outra forma de propriedade intelectual?</b>		(   ) SIM	( X ) NÃO
Relatar se os resultados esperados são passíveis de proteção por patente, software e/ou de prestação de serviços tecnológicos.			
<b>19. Alinhamentos Estratégicos da Iniciativa e suas evidências</b>			
<i>19.1. Objetivos Estratégicos do INPE - Plano Diretor 2022-2026</i>			
Descrição do(s) objetivo(s) estratégico(s)	Apresentar evidência do alinhamento com os objetivos estratégicos informados.		
OE-8: Atualizar e expandir a infraestrutura técnica e de pesquisa, e a capacidade operacional do INPE.	O projeto prevê a modernização e expansão da Infraestrutura de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites do INPE.		
<i>19.2. Metas do Plano Diretor 2022-2026</i>			
Descrição da(s) meta(s)	Relacionar evidência(s) do alinhamento do projeto com a(s) meta(s) informada(s).		
M-8.2: Ampliar e readequar a capacidade operacional da Coordenação de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites (CORCR).	O projeto prevê a modernização da infraestrutura predial, elétrica e de rastreo do sítio de Cuiaba, Alcantara, Cachoeira Paulista e São José dos Campos. Além da aquisição de antenas em banda S/X ou banda L, ou UHV/FHV ou outra frequência para ser instalada no Sítio de Alcantara, Cuiaba e Cachoeira Paulista.		
<i>19.3. Objetivos específicos do TCG</i>			
Descrição dos OEs do TCG	Especificar e quantificar a contribuição do projeto para os Objetivos Específicos do TCG, caso haja. Se não houver, responda "Não se aplica".		
Ampliar a capacidade operacional de rastreo, controle e recepção de satélites do INPE para atender a novas missões espaciais.	- Aquisição de antenas em banda S/X ou banda L, ou UHV/FHV ou outra frequência para ser instalada no Sítio de Alcantara, Cuiaba e Cachoeira Paulista.		
<i>19.4. Indicadores do TCG</i>			
Relacionar os indicadores do TCG (RING) para os quais o projeto contribui	Especificar para quais indicadores do TCG (RING) os resultados do projeto vão contribuir. Se não houver, responda "Não se aplica".		
Indicador relacionado (IPS)	Rastreo e controle dos satélites SCD1, SCD2, CBERS-4, CBERS-4A, e Amazonia 1. Recepção de dados de imagens dos satélites Landsat 8, Landsat 9, TERRA, AQUA, S-NPP, NOAAs, GOES-13, METOP-B		
<i>19.5. Meta LOA</i>			
Relacionar Ação e PO	Especificar e quantificar a contribuição do projeto para metas da LOA, caso haja. Se não houver, responda "Não se aplica".		
AÇÃO 21AI: INFRAESTRUTURA E APLICAÇÕES ESPACIAIS PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001: OPERAÇÃO DE SATÉLITES	O projeto irá contribuir com a manutenção e ampliação da infraestrutura prevista na PO21AI 0001		

<b>19.6. Objeto TED</b>	
Relacionar objeto(s) do TED	Especificar a contribuição do projeto para objeto(s) do TED, caso haja. Se não houver, responda “Não se aplica”.
	“Não se aplica”
<b>19.7. Política Nacional de Inovação (Decreto 10.534, de 28/10/2020)</b>	
Descrição do(s) artigo(s) e inciso(s).	Relacionar evidência(s) do alinhamento do projeto com o(s) artigos(s) e inciso(s) informado(s).
Art. 2º As estratégias, os programas e as ações da Política Nacional de Inovação têm a finalidade de garantir a inovação no ambiente produtivo e social, capaz de enfrentar os desafios associados ao desenvolvimento do País, nos termos do disposto na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.	O projeto visa aprimorar os sistemas de rastreamento, recepção e controle de satélites. Esse aprimoramento poderá ser utilizado por outras instituições que utilizam os dados coletados por satélites artificiais e amplamente disseminados. Portanto, esse incremento no sistema de rastreamento de satélites poderá ser utilizada para melhorar a monitoração de dados em todo o território brasileiro e facilitar a criação políticas públicas de monitoramento para desastres naturais, planejamento da safra agrícola, estudos de faunas, imigração de animais, monitoramento de bacias hidrográficas, etc.
<b>19.8. Política de Inovação do INPE (Portaria Nº 138/2019)</b>	
Descrição do(s) artigo(s) e inciso(s).	Relacionar evidência(s) do alinhamento do projeto com o(s) artigos(s) e inciso(s) informado(s).
Art. 3º Estruturar a atuação institucional de forma a criar alianças estratégicas com o ambiente produtivo local, regional, nacional e internacional, que orientem a geração de inovação.	O projeto visa aprimorar os sistemas de rastreamento, recepção e controle de satélites. Esse planejamento e implementação de atualizações poderá ser utilizado por outras instituições de pesquisas para recepção e rastreios de seus respectivos satélites. Poderá também ser utilizado por outras Instituições internacionais semelhantes ao INPE. Além de permitir a captação de recursos com parcerias e acordos internacionais de rastreamento em lançamentos de países com localizações no oriente médio e na Ásia.
<b>19.9. Programas do PPA 2020-2023</b>	
Descrição do(s) programa(s)	Relacionar evidência(s) do alinhamento do projeto com o(s) programa(s) informado(s).
2207 - Programa Espacial Brasileiro	O projeto visa aprimorar e expandir os sistemas atualmente em uso de rastreamento, recepção e controle de satélites artificiais. Essa infraestrutura com certeza será utilizada para as futuras missões espaciais do INPE, tais como: Equars e Acqua.
<b>19.10. Áreas Prioritárias da ENCTI 2016-2022</b>	
Descrição do(s) programa(s)	Relacionar evidência(s) do alinhamento do projeto com a(s) área(s) informada(s).
Aeroespacial e defesa	Com esse projeto tem-se um natural aprimoramento dos sistemas de rastreamento, recepção e controle de satélites. Essa infraestrutura com certeza será utilizada para as futuras missões espaciais do INPE, além de outros programas espaciais em fase adiantada de implementação ou uso, tais como o PESE (Programa Estratégico de Sistemas Espaciais), ao sistema de observação da Terra - Águila, sistema Carponis, etc.
<b>19.11. Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) - Agenda 2030 ONU</b>	
Descrição do(s) objetivo(s)	Relacionar evidência(s) do alinhamento do projeto com o(s) objetivo(s) informado(s)
ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	Como é cediço por todos, tem-se implementado ações contra a mudança global do clima, que dependem do avanço do conhecimento científico sobre os componentes naturais e humanos do sistema climático terrestre, incluindo a capacidade de observação do sistema terrestre e o desenvolvimento e aprimoramento de modelos para a construção e análise de cenários atuais e futuros de mudanças

	ambientais globais. Este projeto visa aprimorar e expandir os sistemas em uso, com melhorias significativas na infraestrutura de rastreo, recepção e controle de satélites. Essa infraestrutura com certeza será utilizada para as futuras missões espaciais do INPE, assim como a outros programas espaciais. E isso somente ocorrerá se houver uma infraestrutura confiável, de utilização perene e com uso ininterrupto do rastreo e controle de satélites para captar imagens e dados que possam ser utilizados com essa finalidade.
ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	O projeto visa aprimorar os sistemas de rastreo, recepção e controle de satélites. Trazendo melhorias e disseminando conhecimento junto aos profissionais envolvidos na manutenção destes sistemas. Essa disseminação tende naturalmente a se irradiar para os colaboradores, bolsistas e funcionários, e destes para escolas, universidades e por via oblíqua para as Indústrias, promovendo inovações e melhorando as infraestruturas. Essa infraestrutura, com o fechamento do ciclo, em momento futuro, sempre será utilizada para as futuras missões espaciais do INPE, bem como a outros programas espaciais.

#### 19.12. Área Temática Principal

Descrição da área temática	Relacionar evidência(s) do alinhamento do projeto com a(s) área(s) temática(s) informada(s).
Aeroespacial e Defesa	O projeto visa aprimorar e expandir uma infraestrutura de rastreo, recepção e controle de satélites. Essa infraestrutura com certeza será utilizada para as futuras missões espaciais do INPE, bem como a outros programas espaciais, tais como o PESE (Programa Estratégico de Sistemas Espaciais), ao sistema de observação da Terra - Águila, sistema Carponis, etc.

#### 19.13. Área Temática Secundária

Descrição da área temática	Relacionar evidência(s) do alinhamento do projeto com a(s) área(s) temática(s) informada(s).
Infraestrutura para pesquisas	O projeto visa aprimorar e expandir uma infraestrutura de rastreo, recepção e controle de satélites. Os dados coletados por essa infraestrutura são entradas para geração e desenvolvimento de pesquisas científicas.

### 20. Informações do projeto

#### 20.1. Capacidade técnica operacional

As seguintes capacidades técnicas operacionais do INPE são relevantes para a condução desse projeto: -Já administra uma infraestrutura de estações de rastreo e recepção há mais de 30 anos. Com ampla experiência em manutenções e expansão e substituição de sistemas obsoletos, já implementados nas estações em Cuiabá, Alcântara e Cachoeira Paulista. -Tem provido serviços de rastreo e controle de satélites artificiais para Instituições Internacionais pares do INPE ao longo dos últimos 15 anos. - Tem controlado e rastreado todos os satélites do INPE ou desenvolvidos com parcerias internacionais, tais como: SCD1, SCD2, CBERS1, CBERS2, CBERS2B, CBERS4, CBERS4A e AMAZONIA 1. O projeto é gerenciado por servidores do INPE com título de doutorado e conta com servidores e pesquisadores da Coordenação-Geral de Infraestrutura e Pesquisas Aplicadas, além do corpo técnico das estações alvo.

#### 20.2. Equipe do projeto

Nome	Organização	Vínculo	Formação	Horas alocadas no projeto (semanal)
Mauricio G.V. Ferreira	CORCR/CGIP	Servidor	Doutor	8
Jun Tominaga	CORCR/CGIP	Servidor	Doutor	8

Glauber Paz Miranda	CORCR/CGIP	Servidor	Mestre	8
Fernando Henrique Gama de Almeida	CORCR/CGIP	Servidor	Engenheiro	8

## 21. Beneficiário direto (público alvo)

Coordenação Geral de Ciência da Terra( CGCT) a qual utiliza dos programas PRODES (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite), DEGRAD (Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira) e DETER (Detecção de Desmatamento em Tempo Real).

## 22. Objetivo Geral

Atualizar a infraestrutura predial, elétrica e de equipamentos no Centro de Controle de Satélites - São José dos Campos, e estações de rastreamento e recepção de Cuiabá, Cachoeira Paulista e Alcantara.

## 23. Objetivos Específicos

- Aquisição de antenas em banda S/X ou banda L , ou UHV/FHV ou outra frequência para ser instalada no Sítio de Alcantara, Cuiabá e Cachoeira Paulista.
- Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cuiabá
- Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cachoeira Paulista
- Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Alcantara
- Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do Centro de Controle de Satélites de São José dos Campos

## 24. Metas do Projeto e critérios de sucesso relacionados

<i>Objetivo(s) específico(s)</i>	<i>Meta(s)</i>	<i>Critério(s) de sucesso</i>
- Aquisição de antenas em banda S/X ou banda L , ou UHV/FHV ou outra frequência para ser instalada no Sítio de Alcantara, Cuiabá e Cachoeira Paulista.	Instalar a antena	Antenas instaladas até 2025
Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cuiabá	Atualizar infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cuiabá	Infraestrutura atualizada até 2026
Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cachoeira Paulista	Atualizar infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cachoeira Paulista	Infraestrutura atualizada até 2027
Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Alcantara	Atualizar infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Alcantara	Infraestrutura atualizada até 2028
Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do Centro de Controle de Satélites de São José dos Campos	Atualizar infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de São José dos Campos	Infraestrutura atualizada até 2030

## 25. Lista das partes interessadas (stakeholders), expectativas / interesses e requisitos de alto nível

<i>Parte Interessada</i>	<i>Expectativa ou interesse</i>	<i>Requisitos iniciais de Alto Nível relacionados ao Projeto e/ou ao Produto (Campo não obrigatório).</i>
INPE	Aprimorar os sistemas de rastreamento, controle e recepção de dados de satélites.	Se preparar para as futuras missões do INPE, tais como: Satélite Equars e Acqua.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	Ser um usuário dessa nova infraestrutura	Ter acesso a essa nova infraestrutura e utiliza-la para outras missões espaciais de Cubesats que estão sendo criadas nas Universidades.

#### 26. Premissas do Projeto

Ter um diagnóstico sobre as condições de operação de todas as antenas da CORCR e um diagnóstico sobre possíveis interferências de RF nas redondezas em Alcântara e Cachoeira Paulista.

#### 27. Restrições do projeto

N/A

#### 28. Escopo do Projeto

O escopo do projeto é a atualização de toda infraestrutura predial e de equipamentos nos 4 sítios , Cuiaba, Alcantara, Cachoeira Paulista e São Jose dos Campos.

#### 29. Exclusões (Não Escopo do Projeto)

Não esta no escopo desse projeto investimentos desse projeto no novo sitio da Chapada dos Guimarães.

<b>30. Duração estimada (em meses)</b>	72	<b>31. Data estimada de início</b>	01/01/2024	<b>32. Data estimada de conclusão</b>	31/12/2030
--	----	------------------------------------	------------	---------------------------------------	------------

#### 33. Principais entregas, responsáveis e plano

Principais entregas	Responsável pela entrega	Data de início e término da entrega (estimados)
- Aquisição de antenas em banda S/X ou banda L , ou UHV/FHV ou outra frequência para ser instalada no Sítio de Alcantara, Cuiaba e Cachoeira Paulista.	INPE	01/01/2024 - 31/12/2025
Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cuiaba.	INPE	01/01/2025 - 31/12/2026
Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Cachoeira Paulista.	INPE	01/01/2026 - 31/12/2027
Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sítio de Alcantara.	INPE	01/01/2025 - 31/12/2028

Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sitio de São Jose dos Campos.	INPE	01/01/2028 - 31/12/2030

34. Riscos iniciais e de alto nível do projeto

SE	ENTÃO	Possíveis ações de mitigação
não houver recursos do PO ou de outras fontes governamentais	Para-se a atualização da infraestrutura nos 4 sitios supracitados	Buscar outras fontes de recursos
não houver recursos humanos especializados para a especificação das antenas	Buscar apoio de órgãos pares ao INPE como por exemplo a ESA	Contratação de RH pelo governo
houver problemas na contratação de uma empresa especializada em obra civil	Abrir outro processo licitatório	Maior divulgação entre possíveis empresas fornecedoras dos serviços demandados

35. Nível de Maturidade Tecnológica - TRL (quando aplicável)

TRL atual	não se aplica
TRL esperado ao fim do projeto	não se aplica

36. Estrutura do Orçamento do Projeto (estimativa de necessidades)

-
---

Atividade	Valor
- Aquisição de antenas em banda S/X ou banda L , ou UHV/FHV ou outra frequência para ser instalada no Sitio de Alcantara, Cuiaba e Cachoeira Paulista.	35.000.000,00
Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sitio de Cuiaba	20.000.000,00
Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sitio de Cachoeira Paulista	20.000.000,00
Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do sitio de Alcantara	10.000.000,00
Atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos do Centro de Controle de Satelites de São Jose dos Campos	20.000.000,00
TOTAL	105.000.000,00

37. Custo total estimado	105.000.000,00
--------------------------	----------------

38. Orçamento previsto/disponível: Especificar na Tabela abaixo se o orçamento está disponível ou é uma previsão e orçamento



	<i>Ação e PO</i>	<i>Instrumento</i>	<i>Recursos geridos por fundação de apoio? Qual?</i>
38.1 Recursos Orçamentários	Ação 21AI – Infraestrutura e Aplicações Espaciais 21AI.0001 AEB Operação de Satélite	LOA	Não definido

38.2 Recursos Extraorçamentários	<i>Fonte do(s) recurso(s)</i>	<i>Total do Projeto (Plurianual)</i>	<i>Natureza (reembolsável ou não, com ou sem contrapartida)</i>	<i>Recursos geridos por fundação de apoio? Qual?</i>
	não previsto	não previsto	não previsto	não previsto

### 39. Critérios para encerramento do projeto

O projeto será considerado encerrado quando houver concluído a aquisição de antenas em banda S/X ou banda L, ou UHV/FHV ou outra frequência para ser instalada no Sítio de Alcantara, Cuiaba e Cachoeira Paulista., bem como atualizações da infraestrutura predial e elétrica nos 4 sítios, Cuiaba, Alcantara, Cachoeira Paulista e o Centro de Controle de Satélites em SJCampos.

### 40. Sustentabilidade

#### 40.1. Sustentabilidade na perspectiva ambiental

A projeto supracitado não invadirá áreas de proteção ambiental.

#### 40.2. Sustentabilidade na perspectiva social

A medida que se tem uma infraestrutura de rastreamento e controle de satélites moderna, com recepção de dados e imagens com qualidade, isso tem um impacto significativo na previsão de clima, tempo e desastres naturais, o que contribui para o bem estar da sociedade.

#### 40.3. Sustentabilidade na perspectiva econômica

Após a atualização da infraestrutura elétrica, predial e de equipamentos dos 4 sítios, espera-se uma notável redução do tempo de falhas, reduzindo o aporte econômico de verbas para manutenção e ainda que aumenta a acuidade e proficiência do sistema de rastreamento e controle de satélites, com isso espera-se uma redução no custo operacional.

### 41. Sustentação operacional

Após o término desse projeto, haverá necessidade de recursos adicionais para manter a nova infraestrutura com manutenções preventivas e corretivas, bem como a contratação de novos servidores para atuar na operação.

## Disposições e assinaturas

O Responsável do Projeto e o Coordenador da Área que assinam abaixo e encaminham este documento atestam que:

- as informações aqui apresentadas são a expressão da verdade e as melhores estimativas para o atual estado de maturidade da proposta;
- os objetivos, metas e produtos (escopo) do projeto aqui apresentados não serão passíveis de alteração e figurarão em sua integridade no que será desenvolvido nas próximas etapas e serão a linha de base de acompanhamento para o Comitê Assessor da área. Caso sejam necessárias modificações de escopo, uma avaliação integrada dos impactos da mudança deve ser realizada e alinhada e o TAP deverá ser revisto e submetido novamente a todo o ciclo de aprovação;
- as estimativas de prazo, custo, recursos humanos, parcerias, bolsas e outros aspectos para a consecução integral do escopo aqui firmado serão detalhadas na fase de planejamento e estarão sujeitas a alterações coerentes e justificáveis com relação ao que é aqui apresentado;
- irão acompanhar as métricas que representem os avanços no sentido do cumprimento das metas e objetivos aqui dispostos; e
- realizarão a divulgação de relatórios de avanço do projeto conforme padrão do Instituto ou de acordo com demandas específicas da Direção.

[Assinatura do Responsável do Projeto]

**Mauricio Gonçalves Vieira Ferreira - Coordenador da COCRC**

**Geilson Loureiro- Coordenador da CGIP**



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Goncalves Vieira Ferreira, Coordenador de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites**, em 13/10/2022, às 13:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geilson Loureiro, Coordenador-Geral de Infraestrutura e Pesquisas Aplicadas**, em 18/10/2022, às 08:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **10454065** e o código CRC **BB2352F2**.

Memorando nº 14626/2022/INPE

São José dos Campos, 27 de outubro de 2022

Aos Senhores do Grupo Gestor de Política de Inovação do INPE (GGPIN)

Assunto: **Verificação do Alinhamento do TAP (10454065) com a Política de Inovação**

Encaminho o processo SEI 01340.007054/2022-21 para verificação se a argumentação da área proponente, ora apresentada no TAP (10454065), é coerente com a Política Nacional de Inovação e com a Política de Inovação do INPE.

Peço, por gentileza, que retornem o processo com a manifestação do GGPIN em 10 dias úteis a partir da data de encaminhamento deste processo ao GGPIN, identificando se há questões a serem corrigidas por parte da CGIP.

Atenciosamente,

**(Assinado Eletronicamente)**

Andreia Fatima Sorice Genaro  
Chefe Serviço de Planejamento e Controle  
Coordenação de Gestão de Projetos e Inovação Tecnológica



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Fatima Sorice Genaro, Chefe do Serviço de Planejamento e Controle**, em 27/10/2022, às 08:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **10561455** e o código CRC **86DC72D6**.

**Anexos**

Não Possui.

---

Referência: Processo nº 01340.007054/2022-21

SEI-INPE nº 10561455

Memorando nº 14744/2022/INPE

São José dos Campos, 31 de outubro de 2022

Ao Serviço de Planejamento e Controle da Coordenação de Gestão de Projetos e Inovação Tecnológica

**Assunto: Verificação do Alinhamento do TAP (10454065) com a Política de Inovação**

Em resposta ao seu Memorando 14626 (SEI 10561455), aqui apresentamos análise do projeto “Atualização da capacidade de rastreo, controle e recepção da CORCR”, exposto no Termo de Abertura de Projeto (SEI 10454065).

Verifica-se no Parecer do Comitê Assessor da Coordenação CGIP (SEI 10540262) que os responsáveis institucionais pela área de competência técnico-científica do projeto supracitado aprovam, dentre outros compromissos e conforme suas atribuições, a execução do referido projeto.

Os responsáveis pelo projeto indicam a devida aderência à Política Nacional de Inovação (Decreto 10.534/2020), em específico com seu artigo 2º, conforme campo 19.7, “Política Nacional de Inovação”, e à Política de Inovação do INPE (Portaria Nº 138/2019 - SEI 4166751), em específico com seu artigo 3º, conforme campo 19.8, “Política de Inovação do INPE”, no documento TAP (SEI 10454065).

Para além, os responsáveis também indicam alinhamento com a Estratégia Nacional de Inovação, em seu tema “Aeroespacial e Defesa”, conforme campo 19.10, “Áreas Prioritárias da ENCTI 2016-2022”, no documento TAP (SEI 10454065).

Tais declarações da Coordenação CGIP fundamentam que o projeto proposto atende aos requisitos de alinhamento com os objetivos e diretrizes de inovação do INPE e, consequentemente, pode ser categorizado como um projeto de inovação no portfólio institucional.

Alertamos, ainda, que os encaminhamentos aqui realizados dizem respeito ao conteúdo apresentado como proposta para as atividades futuras do projeto. Isso significa que as atividades que porventura já tenham sido anteriormente realizadas são de inteira responsabilidade dos envolvidos nas ações passadas e o GGPIN não se manifesta sobre tal situação.

Dessa forma, o GGPIN entende que estas manifestações são suficientes para que o projeto seja classificado como projeto inovador, caso o projeto esteja apto a ser incluído no portfólio de iniciativas do INPE.

Atenciosamente,

José Ângelo da Costa Ferreira Neri (SIAPE 665009)

Antonio Fernando Bertachini De Almeida Prado (SIAPE 664129)

Carina Barros Mello (SIAPE 2005338)

Cesar Strauss (SIAPE 1493284)

José Alberto da Silva Ferreira (SIAPE 2794152)



Documento assinado eletronicamente por **Carina Barros Mello, Pesquisadora**, em 31/10/2022, às 10:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Alberto da Silva Ferreira, Tecnologista**, em 31/10/2022, às 11:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Angelo da Costa Ferreira Neri, Tecnologista**, em 31/10/2022, às 11:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Fernando Bertachini de Almeida Prado, Tecnologista**, em 31/10/2022, às 13:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Strauss, Tecnologista**, em 10/11/2022, às 09:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **10566164** e o código CRC **AB964C97**.

## Anexos

Não Possui.

Memorando nº 15345/2022/INPE

São José dos Campos, 10 de novembro de 2022

Ao Senhor Diretor do INPE

Clezio Marcos De Nardin

**Assunto: Encaminhamento de Projeto para Avaliação e Disposição Acerca da Inclusão no Portfólio de Projetos do INPE**

Aqui apresentamos análise do parecer da COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA E PESQUISAS APLICADAS - CGIP referente ao projeto “Atualização da capacidade de rastreo, controle e recepção da CORCR”, exposto no Termo de Abertura de Projeto (TAP) constante no Processo SEI 01340.007054/2022-21.

Verifica-se no Parecer do Comitê Assessor (SEI 10540262) que os responsáveis institucionais pela área de competência técnico-científica do projeto supracitado atestam, dentre outros compromissos e conforme suas atribuições, a devida aderência aos eixos estratégicos do Plano Diretor vigente no INPE (disponível em <https://www.gov.br/inpe/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/repositorio-de-arquivos/plano-diretor-2022-2026.pdf>), em específico com o Objetivo Estratégico OE8, conforme campo “19.1. Objetivos Estratégicos do INPE” do documento TAP (SEI 10454065).

Para além, os responsáveis também indicam alinhamento com o PPA 2020-2023 (disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/Anexos/Anl13971.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/Anexos/Anl13971.pdf)), conforme campo “15.6. Objetivos do PPA 2020-2023” no referido documento TAP.

Tais declarações da COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA E PESQUISAS APLICADAS fundamentam que o projeto proposto atende aos requisitos de alinhamento com o Plano Diretor do Instituto, bem como com o PPA vigente e, consequentemente, pode ser considerado um projeto alinhado com a missão institucional.

Sobre manifestação acerca de aspectos relacionados à inovação, informamos que o GGPIN apresenta no Memorando 14744 (SEI 10566164) a verificação da consistência da argumentação da área com relação aos instrumentos aplicáveis.

Alertamos, ainda, que os encaminhamentos aqui realizados dizem respeito ao conteúdo apresentado como proposta para as atividades futuras do projeto. Isso significa que as atividades que por ventura já tenham sido anteriormente realizadas são de inteira responsabilidade dos envolvidos nas ações passadas e a COGPI e o GGPIN não se manifestam sobre tal situação.

Dessa forma, o SEPEC/COGPI entende que estas manifestações são suficientes para que o projeto componha o portfólio organizacional, podendo avançar para a fase de Planejamento.

A partir desta fase, caso seja necessário o estabelecimento de uma relação com entidade externa ao INPE, os protocolos estabelecidos pelo NIT e pareceres da CJU devem ser atendidos e um plano de projeto conjunto deverá ser formalizado e alinhado entre as partes.

Ressalvamos ainda que, de acordo com os processos do INPE, a passagem para essa próxima fase de planejamento não autoriza a execução das atividades do projeto.

Aguardamos sua análise e disposição para efetivarmos a inclusão do TAP proposto no portfólio de projetos organizacional.

Atenciosamente,

**(assinado eletronicamente)**

Alberto de Paula Silva  
Tecnologista

Serviço de Planejamento e Controle - SEPEC  
Coordenação de Gestão de Projetos e Inovação Tecnológica - COGPI

**(assinado eletronicamente)**

Renato Henrique Ferreira Branco  
Coordenador de Gestão de Projetos e Inovação Tecnológica - COGPI  
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE

**(assinado eletronicamente)**

José Ângelo da Costa Neri  
Grupo Gestor de Política de Inovação - GGPIN  
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE





Documento assinado eletronicamente por **Alberto de Paula Silva, Chefe do Serviço de Planejamento e Controle substituto**, em 10/11/2022, às 16:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **José Angelo da Costa Ferreira Neri, Tecnologista**, em 18/11/2022, às 08:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Renato Henrique Ferreira Branco, Coordenador de Gestão de Projetos e Inovação Tecnológica**, em 23/11/2022, às 16:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **10597665** e o código CRC **BAEC2B67**.

---

## Anexos

Não Possui.

Memorando nº 15864/2022/INPE

São José dos Campos, 24 de novembro de 2022

Aos Senhores,

- Chefe do Serviço de Planejamento e Controle - SEPEC
- Coordenador de Gestão de Projetos e Inovação Tecnológica – COGPI
- Grupo Gestor da Política de Inovação do INPE – GGPIN
- Coordenador-Geral de Infraestrutura e Pesquisas Aplicadas - CGIP

**Assunto:** Encaminhamento do projeto “Atualização da capacidade de rastreo, controle e recepção da CORCR” para Avaliação e Disposição Acerca da Inclusão no Portfólio de Projetos do INPE.

Após análise do memorando nº 15345/2022/INPE (10597665), e considerando o memorando nº 14744/2022/INPE (10566164) e Parecer do Comitê Assessor (SEI 10540262), aprovo que o projeto apresentado no TAP (10454065) seja incluído no portfólio institucional de iniciativas.

Dessa forma, o projeto TAP (SEI 10454065) está autorizado a avançar para a fase de planejamento do projeto, bem como, pode iniciar os procedimentos para o encaminhamento dos instrumentos jurídicos aplicáveis, caso exista tal necessidade.

Ressalto, ainda, que é de responsabilidade da COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA E PESQUISAS APLICADAS - CGIP e de seu comitê assessor realizar o devido acompanhamento periódico do projeto em questão, de forma a apreciar devidamente seus avanços nas próximas fases.

Atenciosamente,

**(assinado eletronicamente)**

Clezio Marcos De Nardin  
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **Clezio Marcos De Nardin, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 30/11/2022, às 11:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **10629460** e o código CRC **239435EC**.



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 02/10/2020 | Edição: 190 | Seção: 2 | Página: 4

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 3.782, DE 1 DE OUTUBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, resolve:

NOMEAR CLEZIO MARCOS DE NARDIN, CPF 621.545.830-91, para exercer o cargo de Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, código DAS 101.5, deste Ministério (Processo SEI nº 01245.005055/2020-58).

**MARCOS CESAR PONTES**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

REVOGA LI-1550v03

(Publicada no DOU de 12/09/2023)

## Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

### GABINETE DA MINISTRA



#### PORTARIA MCTI Nº 1.215, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023

A MINISTRA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, publicado no DOU de 15 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023, publicado no DOU de 18 de abril de 2023, resolve:

Designar **GILVAN SAMPAIO DE OLIVEIRA**, CPF \*\*\*.529.748-\*\*, para substituir, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, o Diretor, código CCE 1.15, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, deste Ministério (Processo SEI nº 01340.007113/2023-42).

LUCIANA SANTOS

(Publicada no DOU de 23/12/2022)

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA MCTI Nº 1.448, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, publicado no DOU de 15 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.257, de 16 de novembro de 2022, publicado no DOU de 17 de novembro de 2022, resolve:

Designar **GILVAN SAMPAIO DE OLIVEIRA**, CPF \*\*\*.529.748-\*\*, para exercer, no período de 26 de dezembro de 2022 a 8 de janeiro de 2023, o encargo de substituto eventual do cargo de Diretor, código CCE 1.15, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, deste Ministério, nos afastamentos e impedimentos legais do titular e na vacância do cargo, e da substituta **MONICA ELIZABETH ROCHA DE OLIVEIRA**, CPF \*\*\*.144.804-\*\* (Processo SEI nº 01340.009467/2022-41).

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

(Publicada no DOU de 11/09/2020)

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 3.529, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES SUBSTITUTO, considerando o disposto no artigo 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do

LEGISLAÇÃO INSTITUTIVA

LI-1550v04

Página 2 de 2

Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, resolve:

Nomear **GILVAN SAMPAIO DE OLIVEIRA**, CPF \*\*\*.529.748-\*\*, para exercer o cargo em comissão de Coordenador-Geral de Ciências da Terra, código DAS 101.4, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, deste Ministério (Processo SEI nº 01340.006323/2020-71).

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

(Publicada no DOU de 29/10/2019)

**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 5.846, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO, considerando o disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.677, de 02 de janeiro de 2019, e alterações posteriores, resolve:

Nomear **GILVAN SAMPAIO DE OLIVEIRA**, CPF \*\*\*.529.748-\*\*, para exercer o cargo em comissão de Coordenador-Geral do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, código DAS 101.4, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, deste Ministério, **ficando dispensado da função comissionada que atualmente ocupa** (Processo SEI nº 01340.008492/2019-10).

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

(Publicada no DOU de 19/02/2016)

**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 126, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve:

Nomear **GILVAN SAMPAIO DE OLIVEIRA**, CPF \*\*\*.529.748-\*\*, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Operações, código DAS 101.2, do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE deste Ministério.

CELSON PANSERA

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/09/2020 | Edição: 175-B | Seção: 2 - Extra | Página: 3

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 3.349, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES SUBSTITUTO, considerando o disposto no artigo 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, resolve:

Nomear RAUL FERREIRA DA SILVA JUNIOR, CPF 247.163.688-82, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Administração, código DAS 1013, da Coordenação-Geral de Gestão Organizacional, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, deste Ministério (Processo SEI nº 01340.006323/2020-71).

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/09/2020 | Edição: 175-B | Seção: 2 - Extra | Página: 3

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 3.352, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES SUBSTITUTO, considerando o disposto no artigo 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, resolve:

Designar JOSÉ ARISTEU DE SOUZA RUAS, CPF 009.576.168-30, para exercer a função comissionada de Chefe do Serviço de Compras, Recebimento e Importação, código FCPE 101.1, da Coordenação de Administração, da Coordenação-Geral de Gestão Organizacional, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, deste Ministério (Processo SEI nº 01340.006323/2020-71).

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

### INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

COORDENAÇÃO DE ASSESSORAMENTO NORMATIVO E DOCUMENTAL

SERVIÇO DE ATOS NORMATIVOS E GESTÃO DOCUMENTAL

#### PORTARIA Nº 165/2020/SEI-INPE

Dispõe sobre Designação de Substituto.

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Interino, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto na Portaria/MCT nº 407, de 29 de junho de 2006, resolve:

Art. 1º Designar NILTON FERREIRA DOS SANTOS, CPF nº 081.970.488-19, para substituir nos impedimentos ou afastamentos regulamentares, o Chefe do Serviço de Compras, Recebimento e Importação, código FCPE 101.1, da Coordenação de Administração, da Coordenação-Geral de Gestão Organizacional, deste Instituto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

(Assinado Eletronicamente)

*Darcton Policarpo Damião*

*Diretor Interino*

*SIAPE: 3143672*



Documento assinado eletronicamente por **Darcton Policarpo Damião**, **Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 17/09/2020, às 13:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5884976** e o código CRC **F0A9C954**.



## **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

### **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

COORDENAÇÃO DE ASSESSORAMENTO NORMATIVO E DOCUMENTAL

SERVIÇO DE ATOS NORMATIVOS E GESTÃO DOCUMENTAL

#### **PORTARIA Nº 1252/2024/SEI-INPE**

Dispõe sobre Responsáveis para Assuntos de Natureza Orçamentária e Financeira das Unidades Gestoras do INPE.

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto na Portaria/MCT nº 407, de 29 de junho de 2006, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao servidor RAUL FERREIRA DA SILVA JUNIOR para atuar como Ordenador de Despesas de conformidade com o art. 80, do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para praticar os atos necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos que forem alocados às Unidades Gestoras do INPE em São José dos Campos (UG 240106), Natal (UG 240107) e Cachoeira Paulista (UG 240108) e, nas suas ausências e ou impedimentos, fica subdelegada a competência ao servidor MARCOS AURELIO FERREIRA DOS SANTOS.

Art. 2º Delegar competência ao servidor GENTIL MOURA DA SILVA para responder como Gestor Financeiro das Unidades Gestoras mencionadas no art. 1º, e nas suas ausências e ou impedimentos, fica delegada a competência ao servidor EDUARDO AMORIM MARTINS DE SOUZA.

Art. 3º Delegar competência aos servidores RONALDO DUARTE FERREIRA e CLAUDIA AKEMI OGAWA para, em conjunto, atuarem como administradores e responsáveis pela conta do INPE junto ao Banco do Brasil, na Unidade Gestora de São José dos Campos (UG 240106), assinando os documentos necessários ao desempenho dessa atribuição e nas suas ausências e ou impedimentos, fica a competência delegada aos servidores JOSÉ LUIS ALCKMIN DE BARROS e CAROLINE MAKI TAKAHASHI.

Art. 4º Delegar competência aos servidores RICARDO ALEXANDRE CABRAL e NEIL FERREIRA GONÇALVES para, em conjunto, atuarem como administradores e responsáveis pela conta do INPE junto ao Banco do Brasil, na Unidade Gestora de Natal (UG 240107), assinando os documentos necessários ao desempenho dessa atribuição e, nas suas ausências e ou impedimentos, fica a competência delegada aos servidores MAURO RIBEIRO DE ARAUJO SOBRINHO e THAIS DA SILVEIRA VARELLA.

Art. 5º Delegar competência aos servidores NEIL FERREIRA GONÇALVES e

CLAUDIA AKEMI OGAWA para, em conjunto, atuarem como administradores e responsáveis pela conta do INPE junto ao Banco do Brasil, na Unidade Gestora de Cachoeira Paulista (UG 240108), assinando os documentos necessários ao desempenho dessa atribuição e, nas suas ausências e ou impedimentos, fica a competência delegada aos servidores MAURO RIBEIRO DE ARAUJO SOBRINHO e THAIS DA SILVEIRA VARELLA.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias nº 738/2022/SEI-INPE, de 12 de dezembro de 2022, nº 891/2023/SEI-INPE, de 14 de julho de 2023 e nº 1211/2024/SEI-INPE, de 2 de julho de 2024.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

*(Assinado Eletronicamente)*

*Clezio Marcos De Nardin*

*Diretor*

*SIAPE: 1466125*



Documento assinado eletronicamente por **Clezio Marcos De Nardin**, **Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 02/08/2024, às 13:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12133311** e o código CRC **2409BA04**.

**Referência:** Processo nº 01340.000862/2024-20

SEI nº 12133311



## **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

### **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

COORDENAÇÃO DE ASSESSORAMENTO NORMATIVO E DOCUMENTAL

SERVIÇO DE ATOS NORMATIVOS E GESTÃO DOCUMENTAL

#### **PORTARIA Nº 1024/2023/SEI-INPE**

Dispõe sobre Subdelegação e Delegação de Competência.

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto na Portaria nº 407, de 29 de junho de 2006, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 e no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência, para homologar os processos licitatórios na aquisição de bens e serviços comuns na modalidade PREGÃO até o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e na aquisição de outros bens e serviços inclusive, obras e serviços de engenharia, até o limite estabelecido para a modalidade CONVITE, ao Titular do Serviço de Compras, Recebimento e Importação - SECRI, no âmbito das Unidades do INPE em São José dos Campos, em Cuiabá, em Santa Maria e em Cachoeira Paulista.

Art. 2º Subdelegar competência, para homologar os processos licitatórios na aquisição de bens e serviços comuns na modalidade PREGÃO até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e na aquisição de outros bens e serviços inclusive, obras e serviços de engenharia, até o limite estabelecido para a modalidade CONVITE, ao Titular da Coordenação Espacial do Nordeste - COENE, no âmbito da Unidade do INPE em Natal.

Art. 3º Subdelegar competência ao Ordenador de Despesas da Unidade Gestora do INPE em São José dos Campos e em Cachoeira Paulista, e ao Ordenador de Despesas da Unidade Gestora do INPE em Natal, para:

I - autorizar a abertura de processos administrativos destinados a acordos, ajustes e convênios, à dispensa/inexigibilidade de licitações e a realização de certames licitatórios nas diversas modalidades previstas em Lei;

II - homologar os atos praticados em procedimentos licitatórios após atenta avaliação da legalidade, e, quando for o caso, adjudicarem o objeto ao vencedor da licitação;

III - declarar as situações de dispensa e inexigibilidade de licitação que se

enquadrem nos casos previstos no art. 24, incisos III e seguintes, e no art. 25, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as quais deverão ser ratificadas pelo Diretor deste Instituto, nos termos do art. 26 da supramencionada Lei; e

IV - autorizar a contratação por inexigibilidade e por dispensa de licitação, que se enquadrem nos casos previstos no art. 74 e no art. 75, ambos da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do inciso VIII do art. 72 dessa mesma Lei.

Art. 4º Subdelegar competência ao COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO ORGANIZACIONAL:

I - para firmar e rescindir, se for o caso, os contratos administrativos destinados à contratação de obras, serviços e compras, observando rigorosamente as disposições legais pertinentes e o limite fixado no § 3º, do art. 3º, do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019;

II - ratificar, quando for o caso, os atos de dispensa e inexigibilidade de licitação até o limite fixado no § 3º, do art. 3º, do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

Art. 5º Delegar competência:

I - ao Ordenador de Despesas da Unidade Gestora do INPE em São José dos Campos e em Cachoeira Paulista, e ao Ordenador de Despesas da Unidade Gestora do INPE em Natal, para aprovar o Termo de Referência na modalidade Pregão;

II - ao Titular do Serviço de Compras, Recebimento e Importação - SECRI, no âmbito das Unidades do INPE em São José dos Campos, em Cuiabá, em Santa Maria e em Cachoeira Paulista e ao Titular da Coordenação Espacial do Nordeste - COENE, no âmbito da Unidade do INPE em Natal, para:

1. revisar o Termo de Referência na modalidade de licitação Pregão;
2. assinar os Editais finais nas diversas modalidades licitatórias previstas em Lei.

Art. 6º Esta portaria substitui a PORTARIA Nº 982/2023/SEI-INPE, de 28 de setembro de 2023 e a PORTARIA Nº 113/2021/SEI-INPE, de 31 de maio de 2021.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

*(Assinado Eletronicamente)*

*Clezio Marcos De Nardin*

*Diretor*

*SIAPÉ: 1466125*



Documento assinado eletronicamente por **Clezio Marcos De Nardin**, **Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 21/11/2023, às 08:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **11525252** e o código CRC **A442CB43**.



## **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

### **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

COORDENAÇÃO DE ASSESSORAMENTO NORMATIVO E DOCUMENTAL

SERVIÇO DE ATOS NORMATIVOS E GESTÃO DOCUMENTAL

#### **PORTARIA Nº 983/2023/SEI-INPE**

Dispõe sobre o Grupo Permanente de Apoio às Licitações – GPLIC.

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto na Portaria/MCT nº 407, de 29 de junho de 2006 e considerando o disposto no Processo SEI nº 01340.006708/2020-38, resolve:

Art. 1º Atualizar o Grupo Permanente de Apoio às Licitações – GPLIC, vinculado ao Serviço de Compras, Recebimento e Importação – SECRI, da Coordenação de Administração – COADM, da Coordenação-Geral de Gestão Organizacional - CGGO, deste Instituto.

Art. 2º Compete ao Grupo Permanente de Apoio às Licitações – GPLIC/SECRI/COADM/CGGO:

I - conduzir os processos de compras de bens e serviços em suas fases preparatória, interna e externa, para as modalidades de licitação previstas na lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - conduzir os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, previstos nos incisos III e seguintes, do art. 24, e no art. 25, ambos da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - apoiar a Comissão Permanente de Licitação nos processos licitatórios em que ela atua;

IV - pesquisar e registrar informações e processos nos diversos módulos do Sistema de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal – SIASG;

V - interagir com as áreas e unidades do Instituto nos assuntos inerentes aos processos licitatórios da sua competência; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 3º Designar NILTON FERREIRA DOS SANTOS e MARY CLEIDE HERNANDES MANTOVANELI para, sob a presidência do primeiro, atuarem no Grupo Permanente de Apoio às Licitações – GPLIC/SECRI/COADM/CGGO.

Art. 4º Esta portaria substitui a PORTARIA Nº 219/2020/SEI-INPE, de 29 de setembro de 2020.

(Assinado Eletronicamente)  
Clezio Marcos De Nardin  
Diretor  
SIAPE: 1466125



Documento assinado eletronicamente por **Clezio Marcos De Nardin**,  
**Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 28/09/2023,  
às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do  
[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**11387586** e o código CRC **7A28D9C4**.

**Referência:** Processo nº 01340.006708/2020-38

SEI nº 11387586





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**  
**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

COORDENAÇÃO DE ASSESSORAMENTO NORMATIVO E DOCUMENTAL  
SERVIÇO DE ATOS NORMATIVOS E GESTÃO DOCUMENTAL

**PORTARIA Nº 1198/2024/SEI-INPE**

Dispõe sobre os Agentes de Contratação e Equipe de Apoio (Unidades gestoras do INPE em São José dos Campos, Cachoeira Paulista e Natal).

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto na Portaria/MCT nº 407, de 29 de junho de 2006, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, e, ainda, considerando o Memorando nº 8038/2024/INPE, resolve:

Art. 1º Designar ADRIANA DA SILVA CALDERARO, JOSÉ ARISTEU DE SOUZA RUAS, MANUEL RAIMUNDO DOS SANTOS, MARY CLEIDE HERNANDES MANTOVANELI e ROBERTO DE AZEVEDO MESQUITA, para atuar nas licitações nas modalidades pregão e concorrência, regidas pela Lei nº 14.133/2021, como Agentes de Contratação (pregoeiros na modalidade pregão) das Unidades Gestoras do INPE em São José dos Campos, Cachoeira Paulista e Natal, nos termos do disposto no art. 8, do parágrafo 5º, da supramencionada Lei.

Art. 2º Designar CARLOS ROBERTO RABELO, ALEXANDRE GUIRLAND NOWOSAD, EDUARDO AMORIM MARTINS DE SOUZA, JOSE LUIZ DE SOUZA, JULIENE MARQUES GUIMARÃES, MAÍRA DOS SANTOS FERREIRA, MARIA CRISTINA LUIZ SIMÕES, NILTON FERREIRA DOS SANTOS, RUBENS CÂNDIDO PEREIRA e SUELI RIBEIRO MARTINS, para atuar nas licitações na modalidade pregão e concorrência, regidas pela Lei nº 14.133/2021, como equipe de apoio, à qual caberá auxiliar o agente de contratação no exercício de suas atribuições.

Art. 3ª As atribuições dos agentes de contratação são as que constam no art. 14 e no art. 15, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 4º Essa Portaria revoga a PORTARIA Nº 812/2023/SEI-INPE, de 24 de março de 2023 e a PORTARIA Nº 984/2023, de 28 de setembro de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

*(Assinado Eletronicamente)*  
*Clezio Marcos De Nardin*  
*Diretor*  
*SIAPE: 1466125*





Documento assinado eletronicamente por **Clezio Marcos De Nardin**,  
**Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 13/06/2024,  
às 10:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do  
[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**12019492** e o código CRC **C2642AD4**.

**Referência:** Processo nº 01340.001951/2022-21

SEI nº 12019492

**MINUTA DE**  
**(TERMO DE CONTRATO)**  
**Lei nº 14.133/21**  
**Aquisições - Contratação direta**



Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: agosto/2023

Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.

Revisado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação (versão agosto/2023)

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAS**  
(Processo Administrativo nº 01340.005305/2024-03)

**TERMO DE CONTRATO DE  
COMPRA, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO  
INSTITUTO NACIONAL DE  
PESQUISAS ESPACIAIS -  
INPE, E A  
EMPRESA ENTERPRISE  
ELECTRONICS  
CORPORATION**

A **UNIÃO**, representada pelo **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI**, por intermédio do **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE**, com sede na Av. dos Astronautas, 1758, CEP 12227-010, Jardim da Granja, na cidade de São José dos Campos – SP, inscrito no CNPJ sob o nº 01.263.896/0005-98, neste ato representado, nos termos da Portaria MCT 407, de 29/06/2006, pelo seu Diretor, Dr. Clezio Marcos de Nardin, conforme Portaria de Nomeação nº. 3.782, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, de 01/10/2020, publicada no Diário Oficial da União de 02/10/2020, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION**, empresa estrangeira, sediada em 128 South Industrial Blvd., Enterprise, Alabama 36330, Estados Unidos, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela empresa **SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA.**, por meio do(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em

vista o que consta no **Processo nº 01340.005305/2024-03** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº. 90161/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição das “Peças Sobressalentes” (em inglês: *Spare Parts*) EEC Capella-GRB Feed e EEC100-RN GRB Demodulator, para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), unidade do **CONTRATANTE**, em Cachoeira Paulista - SP, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EEC Capella - GRB Feed	UN	01	R\$ 193.095,96	R\$ 193.095,96
02	EEC 100-RN GRB Demodulator	UN	01	R\$ 131.359,90	R\$ 131.359,90

1.3. Os valores da tabela acima são estimativos, de forma que o pagamento devido à **CONTRATADA**, por ocasião da sua data efetiva, dependerá da variação cambial em relação à moeda estrangeira (dólar estadunidense) constante da proposta da contratada.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. A Autorização de Contratação Direta;
- 1.4.3. A Proposta da **CONTRATADA**; e
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 170 (cento e setenta) dias contados a partir da data da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este

Contrato.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de USD 53.433,00 (cinquenta e três mil quatrocentos e trinta e três dólares estadunidenses).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas,

previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- 1. Moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% (dez por cento), aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 10% (dez por cento), aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos



devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto:

12.6.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação

direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.6.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: CGIP/CORCR

II. Fonte de Recursos: 1000

III. Programa de Trabalho: 233441

IV. Elemento de Despesa: 339030

V. Plano Interno: 956435-PO01

VI. Nota de Empenho: xxxxx *[campo a ser preenchido por ocasião da emissão do contrato]*

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de São José dos Campos/SP - Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São José dos Campos, xx de xxxxxxxxxxxxxxxxx de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do **CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
Representante legal do **CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-

\_\_\_\_\_  
Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Atualização: agosto/2023  
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.

Revisado pela Secretaria de Gestão e Inovação  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação (versão agosto/2023)

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***  
*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*  
*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Ferreira dos Santos**,  
**Presidente do Grupo Permanente de Apoio às Licitações do Instituto  
Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 12/09/2024, às 09:43 (horário  
oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543,  
de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**12238549** e o código CRC **88080909**.

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12238549

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Coordenação-Geral de Gestão Organizacional

Coordenação de Administração

Serviço de Compras, Recebimento e Importação

Grupo Permanente de Apoio às Licitações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Memorando nº 12523/2024/INPE

Ao Senhor Ordenador de Despesas

**Ref.: Processo nº. 01340.005305/2024-03**

**Dispensa de Licitação nº 90161/2024**

**Valor Estimado para 2024: R\$ 324.455,86**

**Objeto:** Aquisição de Peças Sobressalentes para o sistema da antena da estação terrena GOES-R.

Informamos que consta deste processo a Requisição de Compras **CORCR-009/2024-RC** (SEI 12056856), datada de 10/09/2024, aprovada pelo Serviço de Programação e Acompanhamento Orçamentário (SEPOR) do INPE, segundo a qual os recursos para o exercício de 2024 estão incluídos na Lei Orçamentária Anual – LOA, aprovada pelo Congresso Nacional (Lei nº 14.822, de 22/01/2024). De acordo ainda com a autorização expressa na referida Requisição de Compras, o Coordenador da Ação do PTRES 233441, atesta a previsão dos recursos acima na Fonte 1000, ND 339030, PI 956435-PO01.

Ante ao acima exposto, encaminhamos o processo em referência para que seja autorizado o seu início.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**Nilton Ferreira dos Santos**

Siape 0934794

Grupo Permanente de Apoio às Licitações

GPLIC/SECRI/COADM



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Ferreira dos Santos**, **Presidente do Grupo Permanente de Apoio às Licitações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 12/09/2024, às 09:58 (horário



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12238322** e o código CRC **7E9DC1A3**.

---

## Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12238322

## LISTA DE VERIFICAÇÃO

(Inexigibilidades e Dispensas de licitação em geral)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Modelo de Lista de Verificação de Contratações Diretas – Lei 14.133/21  
Atualização: Junho/2022

<b>LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS</b>	<b>Atende plenamente a exigência?</b>	<b>Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (SEI)</b>
Houve abertura de processo administrativo?	Sim	01340.005305/2024-03
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?	Sim	01340.005305/2024-03
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?	Sim	12238578
Consta documento de formalização de demanda?	NA	
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?	Sim	Subitem 2.2 do TR (12236440)
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?	Sim	12056856
Há Estudo Técnico Preliminar?	Sim	12231316
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?	Sim	Itens 2, 7, 8, 9 e 15 do ETP (12231316)
Há Análise de Riscos?	NA	
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento?	NA	
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?	NA	
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?	Sim	Item 14 do ETP (12231316)
Há termo de referência?	Sim	12236440
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?	Sim	Rodapé do TR Digital (12236440)
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	NA	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da		

União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?	NA	
Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada?	Sim	12056856
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?	NA	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?	NA	
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários?	NA	
Foi juntada aos autos consulta ao CADIN?	NA	
Houve a autorização da autoridade competente?	Sim	12238372
Sendo adotado registro de preços, a contratação abrange mais de um órgão ou entidade?	NA	

(NA = Não se aplica)

<b>LISTA DE VERIFICAÇÃO 2B - VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA</b>	<b>Atende plenamente a exigência?</b>	<b>Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (SEI)</b>
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente nas hipóteses do art. 75 da Lei 14133/21?	Sim	12240500
Consta justificativa do preço baseada em pesquisa ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa, tudo em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021?	Sim	12079561 12223531 e (Comprovante de Venda de Objetos de Mesma Natureza I (12223682), Comprovante de Venda de Objetos de Mesma Natureza II (12223699))
Tratando-se de situação em que não é possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14133/21, o contratado comprova		



por algum meio idôneo que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, tais como notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração?	NA	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro?	NA	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a autoridade declarou que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com atendimento da IN SEGES 67/21 para busca da proposta mais vantajosa?	NA	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14133/21, a contratação será paga por meio de cartão de pagamento e com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)?	NA	
Em caso negativo, houve justificativa para não adoção dessa forma de pagamento?	NA	

(NA = Não se aplica)

<b>LISTA DE VERIFICAÇÃO 3A - VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA AQUISIÇÕES POR INEXIGIBILIDADE OU POR DISPENSA DE LICITAÇÃO</b>	<b>Atende plenamente a exigência?</b>	<b>Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (SEI)</b>
Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços?	NA	
Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?	NA	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?	NA	
Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?	NA	
Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração?	NA	
Há certificação de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?	NA	

(NA = Não se aplica)



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Ferreira dos Santos, Presidente do Grupo Permanente de Apoio às Licitações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 12/09/2024, às 10:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12238569** e o código CRC **52977797**.

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI nº 12238569

# **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Coordenação-Geral de Gestão Organizacional

Coordenação de Administração

Serviço de Compras, Recebimento e Importação

Grupo Permanente de Apoio às Licitações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

## **DESPACHO**

**Processo nº:** 01340.005305/2024-03

**Referência:** Dispensa de Licitação 90161/2024

**Interessado:** Yasuo Kono

**Assunto:** Aquisição de Peças Sobressalentes para o sistema da antena da estação terrena GOES-R

Trata-se do Processo nº 01340.005305/2024-03 relativo à Dispensa de Licitação nº 90161/2024, que tem por objeto o assunto em epígrafe, cuja justificativa consta no item 2 do Estudo Técnico Preliminar (SEI 12231316) que recebo nesta data.

Verificando que o mesmo encontra-se devidamente saneado e regularmente instruído, e tendo acolhido a justificativa apresentada nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº. 9.784/99, considerando ainda as informações consignadas no Memorando 12523 (SEI 12238322), que ora aprovo, **AUTORIZO** o início do processo e determino seja o mesmo encaminhado ao Setor de Acompanhamento de Processos - SEAPR, para posterior remessa à Consultoria Jurídica da União da Advocacia Geral da União, em São José dos Campos, para os fins do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Conforme disposto no Ofício Circular nº 02/2015/CJU-SJC/CGU/AGU, de 06/03/2015, sugerimos que seja adotado o prazo de 15 (quinze) dias para que a CJU-SJC possa efetuar a apreciação e manifestação sobre o referido processo.

Com relação à **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**, declaro para os devidos fins que, de acordo com o art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 40, inciso V, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, os recursos das despesas referentes ao Processo em questão têm adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, conforme discriminado abaixo:

Programa de Trabalho: 233441

Fonte: 1000

Natureza de despesa: 339030

PI: 956435-PO01

Valor Estimado para 2023: R\$ 324.455,86 (trezentos e vinte e quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

Informamos que há previsão de recursos para pagamento das despesas indiretas

de importação no caso de contrato firmado com empresas estrangeiras, conforme discriminado abaixo:

Programa de Trabalho: 233441

Fonte: 1000

Natureza de despesa: 33.90.39

PI: 956435-PO01

Valor estimado: R\$ 14.470,73 (quatorze mil quatrocentos e setenta reais e setenta e três centavos).

*(assinado eletronicamente)*

**Marcos Aurélio Ferreira dos Santos**

Siape 0664388

Ordenador de Despesas substituto

PORTARIA Nº 1252/2024/SEI-INPE



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurelio Ferreira dos Santos, Ordenador de Despesas substituto**, em 12/09/2024, às 12:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12238372** e o código CRC **C86F93DF**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12238372



**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**  
Coordenação-Geral de Gestão Organizacional  
Coordenação de Administração  
Setor de Acompanhamento de Processos

OFÍCIO Nº 2620/2024/INPE

São José dos Campos, 12 de setembro de 2024.

Ao Ilmo. Senhor  
Carlos Freire Longato  
Coordenador da CJU/SJC  
Advocacia Geral da União  
Consultoria Jurídica da União em São José dos Campos - SP  
Av. Cassiano Ricardo, 521, Bloco 1, 2º andar  
CEP 12246-870 - São José dos Campos, SP

Assunto: Análise Jurídica.

Senhor Consultor Jurídico,

Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito para análise jurídica, conforme o seguinte formulário para tramitação:

DATA LIMITE:	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: DATA LIMITE: FLS:
e-mail: angelita.tavares@inpe.br	Telefone: (12) 3208-6022
NUP: 01340.005305/2024-03	Nº de volumes: (se físico na origem)
Valor: R\$ 324.455,86	Modalidade: Dispensa de Licitação nº 90161/2024
Prazo: 170 (cento e setenta) dias	Sigla do Órgão: INPE
Data de abertura do processo: 27/06/2024	
<b>MODELOS DA AGU</b>	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? ( ) SIM ( x ) NÃO	
Qual o modelo utilizado: ---	
Houve alteração? ( ) SIM ( x ) NÃO	
Relação dos itens modificados: ---	

**PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO**

Assunto/Objeto: Aquisição de Peças Sobressalentes para o sistema da antena da estação terrena GOES-R.

**Atalho de acesso ao processo no SEI:**

[https://sei.mcti.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=16](https://sei.mcti.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=16)

Login: inpe.seapr@gmail.com

Senha: @Processoinpe

IDENTIFICAÇÃO DO TEMA: (marque de acordo com os conceitos a seguir)

<b>AQUISIÇÕES</b> - Processos e consultas relativas à aquisição	<b>OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA</b> - I - contratações de obras, reformas e serviços de construção civil, incluindo serviços de manutenção predial, com orçamentos elaborados a partir da composição dos custos unitários a que se
---	--

onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.	X	partir da composição dos custos unitários a que se referem o Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, e Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; e II - contratações de serviços de elaboração de projetos e de fiscalização, quando houver a indicação da natureza de serviço de engenharia pelo órgão assessorado."
<b>SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA</b> - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		<b>PATRIMÔNIO</b> - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.
<b>SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA</b> - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		<b>RESIDUAL</b> - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.
<b>CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL</b> - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Cíveis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.		
OBSERVAÇÃO: Conforme Despacho INPE_GPLIC (12238372).		

Atenciosamente

**(assinado eletronicamente)**

Angelita Tavares - SIAPE 0664166  
Setor de Acompanhamento de Processos - SEAPR



Documento assinado eletronicamente por **Angelita Tavares, Chefe do Setor de Acompanhamento de Processos**, em 12/09/2024, às 14:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12243602** e o código CRC **773897CE**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 2620/2024/INPE - Processo nº 01340.005305/2024-03 - Nº SEI: 12243602



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
PROTOCOLO

AV.CASSIANO RICARDO, Nº 521, BLOCO A, 2º ANDAR, PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS, CEP 12246-870,  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

**OFÍCIO n. 00749/2024/CJU-SJC/CGU/AGU**

São José dos Campos, 13 de setembro de 2024.

Ao  
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE

**NUP: 01340.005305/2024-03**

**INTERESSADOS: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAIS - INPE**

**ASSUNTOS: LICITAÇÕES**

1. Informamos que recebemos neste protocolo, por meio da mensagem eletrônica encaminhada em 12.09.2024, o Ofício nº 2620/2024/INPE, de 12 de setembro de 2024, referente ao NUP Nº 01340.005305/2024-03.
2. Reiteramos que o envio do PDF ou do link de acesso ao processo impõe a completa suspensão do trâmite do processo no sistema até a devolução com manifestação jurídica, sob pena de violação da legislação federal relacionada ao arquivo e gestão documental.

Atenciosamente,

LILIAN BRANDÃO DE OLIVEIRA  
SERVIDOR

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01340005305202403 e da chave de acesso 039697ac

Documento assinado eletronicamente por LILIAN BRANDÃO DE OLIVEIRA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1624107680 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário







ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
PROTOCOLO

AV.CASSIANO RICARDO, Nº 521, BLOCO A, 2º ANDAR, PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS, CEP 12246-870,  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

**OFÍCIO n. 00776/2024/CJU-SJC/CGU/AGU**

São José dos Campos, 19 de setembro de 2024.

Ao Senhor(a) INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

**NUP: 01340.005305/2024-03**

**INTERESSADOS: INPE INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAIS**

**ASSUNTOS: LICITAÇÕES**

1. Encaminho a manifestação jurídica, **PARECER n. 01652/2024/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU**, exarada no processo nº 01340.005305/2024-03, encaminhado a esta Consultoria por meio do Ofício nº 2620/2024/INPE, de 12 de setembro de 2024.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

FABÍOLA SOARES CÂMARA DE OLIVEIRA  
ADMINISTRADORA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01340005305202403 e da chave de acesso 039697ac

Documento assinado eletronicamente por FABÍOLA SOARES CÂMARA DE OLIVEIRA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1631627146 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FABÍOLA SOARES CÂMARA DE OLIVEIRA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE AQUISIÇÕES  
ADV-SUMÁRIO

**PARECER n. 01652/2024/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU**

**NUP: 01340.005305/2024-03**

**INTERESSADOS: INPE INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAIS**

**ASSUNTOS: LICITAÇÕES**

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. **DISPENSA DE LICITAÇÃO.** Art. 75, inciso IV DA LEI Nº 14.133/2021

I – Procedimento de contratação direta, por meio de Dispensa de Licitação, objetivando a aquisição das “**Peças Sobressalentes**” (em inglês: **Spare Parts**): **EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator**, conforme condições e especificações contidas nos instrumentos de contratação.

II - Legislação aplicável: Lei nº 14.133/2021; Decreto nº 10.818/2021; Decreto nº 10.947/2022; Decreto nº 11.246/2022; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021; Instrução Normativa SEGES nº 58/2022; Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022; Portaria ME Nº 7.828/2022; e Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021.

III - O custo estimado total da contratação: **R\$ 324.455,86.**

IV - Análise jurídica do procedimento e de minutas. Ressalvas e/ou recomendações;

V - Resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e conveniência da prática do ato administrativo, entende-se pelo prosseguimento do feito, desde que observadas as recomendações constantes neste opinativo.

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo encaminhado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, por meio do **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS** para fins de análise e manifestação jurídica sobre o procedimento de **Dispensa de Licitação**, com base no art. 75, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, visando a contratação direta de empresa fornecedora de **Peças Sobressalentes**” (em inglês: **Spare Parts**) **EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator**, visando atender as necessidades do sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), unidade do CONTRATANTE, em Cachoeira Paulista - SP, conforme especificações e condições constantes do termo de referência.

2. Os autos, enviados via sistema SAPIENS, foram distribuídos para análise e emissão de parecer, nos termos do caput e §§ 1º e 4º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 11, VI, a, da LC nº 73/1993, encontrando-se instruídos com os seguintes documentos, no que interessa à presente análise:

- o Requisição de Compras (10256856);
- o Pesquisa de Preços - Orçamentos (12079552/12079561/
- o Estimativa de custos de importação (12222624/12222660);
- o Estudo Técnico Preliminar nº 96/24(12231316);
- o Termo de Referência nº 107/24 (12236440);
- o Justificativa para a adoção Dispensa de Licitação (12240500);
- o Análise de pesquisa de preços nos termos da IN nº 65/21 (12223531);
- o Apostila de representação da ECC no Brasil (1223588/12233002/12233624/12223654);
- o Comprovação de venda de objeto de mesma natureza (12223682/12223699);
- o Atestado de Similaridade Técnica (12223724);
- o Termo de Abertura do Projeto e aprovo (12231335 s 12231440);
- o Designação de outros agentes envolvidos na contratação (12238578);

- o Minuta do Termo de Contrato Administrativo (12238549);
- o Declaração de adequação orçamentária (12238322 e 12238372);
- o Lista de Verificação (12238569);
- o Autorização para abertura do procedimento (12238372);
- o Ofício nº 2620/24 de encaminhamento dos autos à CJU-SP (12243602)

3. É o relatório.

## II - APRECIÇÃO JURÍDICA

### II.1 - Finalidade e abrangência do parecer jurídico

4. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o §4º do art. 53, da Lei nº 14.133/2021. A análise jurídica, portanto, não abrange os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

5. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel da Consultoria Jurídica exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

6. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. **O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.**

#### II.1.1 - Análise jurídica objetiva

7. Após uma análise detida dos autos, verifica-se que os atos instrutórios abaixo relacionados se apresentam de acordo com as exigências do ordenamento jurídico (sem omissões ou equívocos), não sendo necessária a respectiva abordagem crítica ou analítica no transcorrer do presente parecer.

8. Assim a manifestação jurídica discorrerá apenas sobre os pontos do procedimento que necessitam de esclarecidos, orientações adicionais relevantes ou de correções/ajustes de acordo com as prescrições da legislação de regência e da jurisprudência dominante, conforme preconiza o Enunciado de Boas Práticas Consultivas nº 28.

### II.2 - Análise instrutória

9. O processo administrativo em exame foi constituído, no âmbito do órgão, por meio eletrônico e posteriormente inserido no Sistema Sapiens.

#### II.2.1 - Avaliação de conformidade legal

10. O art. 19 da Lei nº 14.133/2021, prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços. A fase de planejamento da contratação, portanto, deve estar alinhada às iniciativas mais atualizadas dos órgãos que detêm competências regulamentares.

11. Um instrumento importante para auxiliar a checagem desse alinhamento são as **listas de verificação elaboradas pela Advocacia-Geral da União**, que, no caso de contratação direta, é aquela confeccionada e disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/contratacao-direta>.

12. No caso vertente foi localizada a avaliação de conformidade legal com base nos elementos acima descritos (12238569).

#### II.2.3 - Limites e instâncias de governança

13. O Decreto nº 10.193/2019, que, dentre outras coisas, estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens no âmbito do Poder Executivo federal, dispõe, em seu art. 3º, sobre as regras de competência para a celebração ou prorrogação de contratos.

14. As normas complementares ao citado decreto, estão atualmente previstas na Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, incumbindo ao órgão contratante ficar atento à vigência e eventual novo diploma que sobrevenha.

15. No presente caso, o valor da contratação é de **R\$ 324.455,86** e não se identificou no processo a autorização a que se refere o art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, nem declaração de que a contratação não constitui atividade de custeio. **Por isso, recomenda-se ao órgão assessorado que declare se a contratação constitui ou não**

**atividade de custeio.** Em caso positivo, **recomenda-se que instrua o processo com a referida autorização, o que poderá ser feito até antes da assinatura do contrato.**

#### **II.2.4 - Desenvolvimento nacional sustentável: Critérios de sustentabilidade**

16. As contratações devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas à redução do consumo e à aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

17. No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, como as normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei nº 14.133/2021), sempre que incidentes.

18. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomenda-se utilizar o CATMAT Sustentável que permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

19. É obrigação do gestor público, antes de encaminhar o processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais e infralegais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU), citado como exemplo de boa prática administrativa pelo TCU no Acórdão 1056/2017-Plenário.

20. Em síntese, deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições: **a)** definir e inserir os critérios sustentáveis que incidam diretamente no objeto da contratação como especificação técnica, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial e; **b)** verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

21. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito. Neste sentido, o PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU).

22. Estabelecidas estas orientações introdutórias, segue-se detalhamento, no tocante às providências em relação ao desenvolvimento nacional sustentável, se for o caso, nas minutas a serem examinadas.

#### **II.2.5 - Da contratação direta - Hipótese DISPENSA DE LICITAÇÃO**

23. No direito brasileiro, a regra geral estabelecida no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, é que a Administração, no intuito de zelar pelo cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, deverá contratar mediante processo de licitação, ressalvando, no entanto, as exceções previstas na lei.

24. As hipóteses previstas como exceções são aquelas descritas nos 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, que tratam, respectivamente, dos casos de inexigibilidades e de dispensas de licitação.

25. Nesse contexto, mister identificar **a diferença entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação.**

26. A **inexigibilidade da licitação** ocorrerá quando as condições que envolvem a contratação do pretendido objeto mostrar que há inviabilidade de competição, tornado inútil a instauração do certame licitatório ou prejudicial ao atendimento da pretensão contratual. Para trazer luz à compreensão desse tema, transcreve-se as palavras do Professor e Advogado da União Ronny Charles [Leis de licitações públicas comentadas. 12. ed. São Paulo:Juspodivim, 2021]:

27. A doutrina ensina que a inviabilidade de competição não é um conceito simples, que corresponda a uma ideia única, mas sim um gênero, que comporta várias modalidades. Marçal Justen Filho busca sintetizá-la nas situações de: ausência de pluralidade de alternativas; ausência de mercado concorrencial; impossibilidade de julgamento objetivo; ausência de definição objetiva da prestação.

28. No caso da inexigibilidade, em virtude da inviabilidade de competição, não há sentido em se exigir submissão do negócio ao procedimento licitatório se este não é apto (ou é prejudicial) ao atendimento do interesse público (objetivo pretendido com determinada contratação), pois, a finalidade, a razão de ser do formalismo licitatório, é tal atendimento, através de seleção da melhor proposta.

29. Esse objetivo é um valor maior que o formalismo em si mesmo, que é instrumento de seu alcance, motivo pelo qual a necessidade e a exigência do procedimento licitatório devem sempre ser aferidas à luz dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

30. Sob esse prisma, a inexigibilidade se confunde com a verificação de existência do pressuposto jurídico da licitação (exigência de que a licitação seja apta a satisfazer o interesse da Administração - que difere de interesse do administrador, enquanto indivíduo). Assim, a competição inviável não seria apenas aquela em que é impossível haver disputa, mas sim aquela em que a disputa ofereça obstáculos ao interesse público, tornando sua realização inútil ou prejudicial, pelo confronto e contradição com aquele que o justifica (o interesse público).

31. De outra banda, em alguns casos, mesmo sendo possível a competição, o legislador optou por permitir a não realização do certame. São as hipóteses de **dispensa de licitação**. Assim, nas hipóteses legais de dispensa de licitação, o Administrador poderá, justificadamente, escolher a realização ou não do procedimento licitatório, visto que este não é obrigatório nas hipóteses **taxativamente** estabelecidas em lei.

32. No caso dos autos, o órgão assessorado demanda a contratação direta de empresa fornecedora de **Peças Sobressalentes” (em inglês: Spare Parts) EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator**, por dispensa de licitação, com fulcro no disposto no **inciso IV do art.75 da Lei nº 14.133/2021**, prevê quer:

Art. 75- É dispensável a licitação

(...);

IV- para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

33. Para que seja possível a dispensa de licitação com base no referido dispositivo legal, é necessário observar os seguintes requisitos:

- **Serviço técnico especializado:** O serviço a ser contratado deve ser de natureza predominantemente intelectual, ou seja, deve exigir conhecimentos específicos e especializados para sua execução, como serviços de engenharia, consultoria, assessoria jurídica, auditoria, entre outros.
- **Notória especialização:** O profissional ou empresa contratada deve possuir notória especialização, caracterizada pela qualidade de seu trabalho, pela singularidade do conhecimento aplicado e pelo reconhecimento no mercado como autoridade na área de atuação.

34. Esses requisitos buscam garantir que o uso da dispensa seja feito de forma criteriosa, e com limitações claras para evitar abusos ou a perpetuação de contratos feitos sem licitação.

35. Compulsando os elementos que instruem o processo, as argumentações e justificativas apresentadas, é possível aferir que **não** se identifica óbices à contratação direta objeto analisado, por dispensa de licitação, como pretendido.

#### II.2.5.1 – Do planejamento da contratação direta

36. Caracterizada a hipótese de dispensa de licitação, a Administração deverá atentar para o disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece um procedimento formal no qual estão elencados os documentos necessários à instrução do feito, veja-se:

- *Art. 72. O **processo de contratação direta**, que compreende os casos de **inexigibilidade e de dispensa de licitação**, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*
- *I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*
- *II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;*
- *III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*
- *IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*
- *V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*
- *VI - razão da escolha do contratado;*
- *VII - justificativa de preço;*
- *VIII - autorização da autoridade competente.*
- *Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.*

37. A par disso, e após o exame dos documentos que instruem o feito, passa-se a abordar cada um desses elementos, em relação aos quais se identificou alguma inconsistência ou irregularidade, sendo certo que os atos integral e corretamente executados foram relacionados no item II.1.1, não sendo necessário repisar seus termos.

38. É oportuno alertar para a importância de o órgão se utilizar, desde a elaboração do documento de formalização da demanda, passando por todos os elementos instrutórios da fase de planejamento da contratação, do **Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação** confeccionado, em conjunto, pela AGU e pelo

**a) Dos documentos indispensáveis previstos no inciso I do art. 72:**

◦ **Documento de Formalização da Demanda (DFD)** -

39. O DFD é um instrumento obrigatório e formal que dá início a fase interna do procedimento, contendo a solicitação da despesa pela unidade requisitante, a ser submetida à autorização da autoridade competente (art. 12, VII e art. 72, I, da Lei nº 14.133/2021). A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do Plano de Contratações Anual - PCA.

40. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/2022, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14.133/2021 e art. 7º do Decreto 10.947/2022, já citados.

41. No caso concreto se localizou o DFD, **motivo pelo qual se recomenda a respectiva juntada ou a apresentação de justificativa para eventual afastamento.**

◦ **Estudo técnico preliminar (ETP)**

42. Conforme conceituação do inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, trata-se do *documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*. Nos termos do inciso I do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a necessidade da contratação deve estar fundamentada no ETP.

43. De acordo com o art. 8º da IN SEGES/ME nº 58/2022, deverá ser elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, observado o §1º do art. 3º da mesma IN.

44. Os elementos do ETP estão previstos no §1º do art. 18, da Lei nº 14.133/2021 e também no art. 9º da IN SEGES/ME nº 58/2022, sendo que, do rol ali referido, são obrigatórios os elementos citados no §2º do art. 18 e no §1º do art. 9º, da Lei e da IN, respectivamente. Quanto aos demais elementos (facultativos), sempre que ausentes, devem ser justificados.

45. O ETP deve ser elaborado de forma digital (art. 4º da IN SEGES/ME nº 58/2022) e deve estar alinhado com o Plano de Contratações Anual (regulado pelo Decreto nº 10.947/2022, ressalvadas as hipóteses de dispensa ali previstas) e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08/08/2022.

46. No tocante ao inciso XII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e inciso XII do art. 9º da IN SEGES/ME nº 58/2022, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

47. Embora se trate de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, verifica-se que o ETP foi elaborado (12231316).

◦ **Análise de riscos**

48. O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos. A Administração pode se valer das informações geradas no gerenciamento de riscos para, se for o caso, construir a Matriz de Alocação de Riscos, prevista na Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, o órgão pode identificar a necessidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XXVII da NLLC) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103 da NLLC), o que, porém, deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. No caso em análise, a Administração não elaborou a análise de riscos - **Recomenda-se medidas corretivas**

◦ **Termo de referência (TR)**

49. O TR, elaborado com base no ETP, deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2022, e, em se tratando de compras, deve conter também as informações do §1º do art. 40 do mesmo diploma legal. Ademais, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25/11/2022, que regulamenta a elaboração do referido documento, estabelece o conteúdo necessário (art. 9º), devendo, a Administração, cuidar para que as exigências dos dispositivos referidos sejam atendidas no caso concreto.

50. O TR deve ser elaborado no formato digital (art. 4º da IN n. 81) e deve estar alinhado com o Plano de Contratações Anual (regulado pelo Decreto nº 10.947/2022, ressalvadas as hipóteses de dispensa ali previstas) e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, nos termos do art. 7º da IN SEGES/ME nº 81, de 25/11/2022.

51. De acordo com o art. 8º da IN SEGES/ME nº 81/2022, o TR deverá ser elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

52. Na presente demanda, o instrumento colacionado foi elaborado pela equipe de planejamento da contratação e se deu a partir do ETP (**12236440**). Além disso, o instrumento reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos normativos referidos, inclusive, no que toca aos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU. Cabe ressaltar que foi utilizado o modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União, contendo os elementos indispensáveis na forma padronizada (inciso IV do art. 19 e §1º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021), tendo sido destacadas as alterações efetuadas, as quais estão de acordo com o ordenamento jurídico.

#### ◦ **Catálogo Eletrônico de Padronização**

53. O referido catálogo é uma ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para licitações (com critério de julgamento de menor preço ou maior desconto) e para contratações diretas de que tratam os incisos I do art. 74 e os incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

54. O Catálogo foi instituído por meio da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19, da Lei nº 14.133/2021, e é de uso obrigatório pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. A não utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização é uma situação excepcional, devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo da contratação.

55. Na presente demanda, vê-se que o objeto da contratação não consta do mencionado catálogo, **não havendo o que se falar, portanto, na respectiva aplicação.**

#### **b) Da estimativa de despesa (inciso II do art. 72)**

56. A pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado, lastreada na legislação pertinente, é essencial para propiciar a adequada estimativa de custos da contratação, e ao mesmo tempo, se for o caso, possibilitar a aferição do valor referencial máximo aceitável.

57. Vale destacar que as diligências concernentes à pesquisa de preços não se resumem à simples juntada de orçamentos, cabendo ao responsável a análise detida de cada proposta/preço, não apenas sob seu aspecto formal (identificação da empresa, idoneidade, compatibilidade da sua finalidade social com o objeto da licitação, etc.), mas também quanto ao seu teor.

58. Salienta-se que é de inteira responsabilidade do órgão a verificação quanto à plausibilidade dos valores apresentados. Isto porque os membros desta Consultoria Jurídica não detêm competência legal, conhecimento especializado ou mesmo ferramentas para apreciar a adequação das avaliações de preços realizadas nos processos submetidos à análise jurídica, recaindo, portanto, integralmente sobre os agentes do órgão promotor da licitação a responsabilidade pela idoneidade e lisura de tais atos.

59. A propósito, deve-se atentar para o disposto no inciso V do art. 10 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) que estabelece constituir ato de improbidade, *permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.*

60. Nesse contexto, impõe-se que o órgão observe o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, onde é estabelecida a necessidade de compatibilidade com valores praticados no mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observada a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, sendo que, para compras, devem ser considerados os parâmetros previstos em seu §1º.

61. O órgão também deve observar a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que regulamenta o §1º do art. 23 referido. Destaca-se da IN nº 65/2021 o seguinte:

- Art. 3º - Pesquisa materializada em documento contendo as exigências mínimas ali definidas;
- Art. 5º - Parâmetros de pesquisa, com limitação temporal para validade e priorização dos parâmetros dos incisos I e II (painel para consulta de preços do PNCP e contratações similares, respectivamente), salvo justificativa acostada aos autos;
- Art. 6º - Metodologia a ser adotada na obtenção do preço estimado - média, mediana ou o menor dos valores, a partir de um conjunto mínimo de 03 (três) preços, salvo justificativa aprovada pela autoridade competente, desconsiderando os inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. No seu §



4º, consta que “Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados”.

62. No presente caso, vê-se que o órgão realizou a pesquisa (12079552 e 12079561) e atendeu as exigências previstas nos normativos acima elencados.

**c) Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (inciso IV do art. 72)**

63. Identificou-se no processo documentação relacionada à dotação orçamentária compatível com a despesa (12238322 e 12238372).

64. Cabe ser alertado que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, deve ser anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**d) Comprovação de habilitação e qualificação mínima (inciso V do art. 72)**

65. Para a comprovação da habilitação e qualificação mínima de uma empresa no exterior, especialmente quando se trata de importação de produtos, é necessário apresentar uma série de documentos que atestem a regularidade e capacidade da empresa. Abaixo estão os documentos geralmente exigidos para comprovar essa qualificação:

**1. Documentação de Habilitação Jurídica**

- Contrato social ou estatuto da empresa, com as devidas alterações, devidamente traduzidos por tradutor juramentado (caso o idioma original não seja português).
- Prova de inscrição ou registro da empresa estrangeira no órgão competente do país de origem.
- Certidão de registro de estabelecimento comercial ou documento equivalente, emitido por uma autoridade competente no país de origem.

**2. Documentação de Regularidade Fiscal**

- Certidão negativa de débitos fiscais ou equivalentes, que comprovem a regularidade da empresa em relação aos tributos e encargos fiscais do país de origem. Esse documento deve ser traduzido oficialmente, caso necessário.
- Documentos que comprovem a regularidade perante a Previdência Social (se aplicável), conforme as leis do país de origem da empresa.

**3. Qualificação Técnica**

- Atestados ou certificados de capacidade técnica emitidos por clientes ou parceiros comerciais, comprovando a execução anterior de contratos semelhantes ao objeto da contratação.
- Certificações de qualidade do produto ou processo produtivo (se aplicável), como ISO ou outra norma técnica internacionalmente reconhecida.
- Relatório de testes e ensaios de conformidade (caso aplicável), realizados por entidades certificadoras, demonstrando que o produto está de acordo com as especificações técnicas requeridas.

**4. Documentação de Qualificação Econômico-Financeira**

- Demonstrações financeiras da empresa (balanço patrimonial, demonstração de resultados etc.), acompanhadas de tradução juramentada, para comprovar a capacidade econômico-financeira da empresa estrangeira.
- Certidão de boa situação financeira emitida por um banco de renome internacional, atestando a capacidade da empresa de honrar seus compromissos.

**5. Outros Documentos**

- Certificado de origem do produto a ser importado, emitido por autoridade competente do país de origem.
- Licenças específicas de exportação/importação, conforme a legislação do país de origem e do Brasil.
- Prova de inscrição da empresa estrangeira no Cadastro de Importadores da Receita Federal do Brasil, caso já tenha feito operações anteriores.

## 6. Tradução e Legalização de Documentos

### 6.1 - Todos os documentos emitidos no exterior devem ser:

- Traduzidos por tradutor juramentado para o português.
- Legalizados/apostilados conforme a Convenção de Haia (quando aplicável), ou legalizados pela autoridade consular brasileira no país de origem da empresa.

66. Esses documentos garantem que a empresa estrangeira possui condições legais, técnicas e financeiras para realizar a importação do produto, conforme exigido pelas normas brasileiras. A exigência exata de documentos pode variar dependendo do produto a ser importado, da natureza da contratação e da legislação do país de origem da empresa -

**Recomenda-se verificar se tais requisitos constam da documentação de SEI 1223588/12233002/12233624/12223654**

#### f) Razão da escolha do contratado e justificativa do preço (inciso VI e VII do art. 72).

67. Os autos contam com as manifestações pertinentes de que a escolha se baseou no fato da empresa ser a única opção disponível para se obter tal compatibilidade técnica e operacional entre os equipamentos já existentes, seria realizar a aquisição dos equipamentos citados (EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator) através do mesmo fabricante da Estação Terrena da série GOES-R. Neste caso, a empresa que foi responsável por tal fabricação, trata-se da empresa estadunidense **EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace**.

68. É de extrema importância destacar que as hipóteses de contratação direta não dispensam a exigência de demonstração de que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, o que deve ser cuidadosamente observado pelo órgão, sob pena de ilegalidade. Nesse sentido, impõe-se transcrever o disposto no §4º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021:

- *§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.*

#### g) Autorização da autoridade competente (inciso VIII do art. 72)

69. Para a efetivação da contratação direta, faz-se necessário, finalmente, que a autoridade competente exare a respectiva autorização, a qual deve constar dos autos. Cabe destacar que a Lei nº 14.133/2021 prevê um único ato, diferentemente da lei anterior, que exigia o reconhecimento e a ratificação. Consta a localizada nos autos da autorização (**12238372**).

### II.2.5.2 – Sistema de Dispensa Eletrônica - IN SEGES/ME Nº 67/2021

70. De acordo com o disposto na IN SEGES/ME nº 67/2021, em regra, as contratações diretas de pequeno valor, por dispensa de licitação, previstas nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, deverão ser realizadas no âmbito do Sistema de Dispensa Eletrônica. Já as contratações por dispensa previstas no inciso III e seguintes do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, serão realizadas por meio do procedimento eletrônico “quando cabível”, de modo que a área competente deverá avaliar a pertinência do uso de tal ferramenta considerando a sua demanda, o que deve ser verificado pelo órgão assessorado.

### II.2.6 - Minuta do termo de contrato

71. O artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, trata dos requisitos a serem observados na elaboração da minuta do contrato, sendo que o artigo 25, em seu §1º, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada, nas situações em que o objeto assim permitir.

72. No caso dos autos, a minuta do contrato que foi juntada ao processo segue o modelo elaborado pela Advocacia-Geral da União (**12238549**), e reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie, tendo sido destacadas as alterações efetuadas, as quais estão de acordo com o ordenamento jurídico. **Portanto, não há medidas corretivas a serem adotadas no feito.**

### II.2.7 - Designação de agentes públicos

73. O art. 7º da Lei nº 14.133/2021, trata da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, estabelecendo em seus incisos os requisitos a serem observados. O § 1º do referido artigo, enuncia que a autoridade deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente

público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação. O art. 9º da Lei nº 14.133/2021, também apresenta algumas limitações a serem observadas no caso concreto.

74. O Decreto nº 11.246/2022, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, as quais devem ser observadas. O artigo 12 do referido decreto trata de forma mais aprofundada sobre o **princípio da segregação de funções**, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo de todo o procedimento de contratação.

75. Por fim, convém observar que o artigo 29 do Decreto nº 11.246/2022 faz alusão à possibilidade de edição de normas internas a serem observadas pelos agentes públicos que atuam em licitações e contratos, as quais, acaso existentes, impõem à **Administração o cuidado para que sejam observadas na tramitação processual**.

76. No caso concreto, verifica-se que o agente de contratação e a respectiva equipe e apoio **não** foram designados. Contudo, como não houve manifestação a respeito, **orienta-se no sentido de que o órgão se assegure e consigne que foram atendidas todas as regras elencadas nos dispositivos citados.**

77. No que toca aos fiscais e gestores do futuro contrato, não se localizou nos autos manifestação a esse respeito (art. 117 da Lei nº 14.133/2021), **motivo pelo qual se recomenda a devida providência, até a contratação, com base no §3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021 e na forma disciplinada no art. 8º e seguintes do Decreto nº 11.246/2022.**

## II.2.8 - Publicidade

78. Nos termos do parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021: **O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.** (Sem grifos no original)

79. E de acordo com o inciso II do art. 94, da Lei nº 14.133/2021: **A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura: (...) II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.** (Sem grifos no original)

80. Ressalte-se, por oportuno, que de acordo com a Orientação Normativa da AGU nº 85/2024: **Nas contratações diretas, a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP), na forma dos artigos 94, inc. II, e 174 da Lei nº 14.133, de 2021, supre a exigência de publicidade prevista no artigo 72, p. único, do mesmo diploma.**(Sem grifos no original)

81. Diante do exposto, **recomenda-se que o órgão esteja atento para, no momento oportuno, cumprir o que dispõe a lei, podendo se valer do constante da ON AGU nº 85/2024.**

## III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

### III.1 - Dever de observância às prescrições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD

82. A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

83. As contratações públicas não devem ficar à margem da temática da proteção de dados, alçada à categoria de direito fundamental pela EC nº 115, de 2022. Frente a tal constatação, a Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos - CNMLC/DECOR/CGU, emitiu o PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO n. 00397/2022/GAB/CGU/AGU.

84. Nessa esteira, **recomenda-se ao órgão assessorado que não inclua nos instrumentos de contratação números de documentos pessoais, limitando-se a informar, no preâmbulo do ajuste, o nome do contratado.**

## IV - CONCLUSÃO

85. Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, **desde que cumpridos os pontos elencados nos parágrafos 06, 15, 41, 48, 64, 66, 70, 76, 77, 81 e 84 deste parecer.**

86. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, **será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica, nos termos do Enunciado BPC nº 5, da AGU.**

À consideração superior.

Nova Lima, 18 de setembro de 2024.

**HUMBERTO VIEIRA DA SILVA**  
**ADVOGADO DA UNIÃO**  
**OAB-MG 48661**

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01340005305202403 e da chave de acesso 039697ac

---

Documento assinado eletronicamente por HUMBERTO VIEIRA DA SILVA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1629519640 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): HUMBERTO VIEIRA DA SILVA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-09-2024 11:53. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

Coordenação-Geral de Gestão Organizacional

Coordenação de Administração

Setor de Acompanhamento de Processos

Memorando nº 13207/2024/INPE

São José dos Campos, 19 de setembro de 2024.

Ao Senhor Chefe do GPLIC

Assunto: **Processo retornado da CJU-SJC**

1. O Processo Nº **01340.005305/2024-03** referente à **Dispensa de Licitação nº 90161/2024**, que tem como objeto a aquisição de peças sobressalentes para o sistema da antena da Estação Terrena GOES-R, foi encaminhado à Consultoria Jurídica da União - CJU/SJC pelo Ofício 13207 (12243602), para análise e manifestação jurídica em 12/09/2024.
2. Referido Processo retornou da CJU-SJC em 19/09/2024, com o Parecer Nº 01652/2024/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU (12263083), que ora encaminhamos para seu conhecimento e providências.

Atenciosamente

**(assinado eletronicamente)**

Angelita Tavares - SIAPE 0664166

Setor de Acompanhamento de Processos - SEAPR



Documento assinado eletronicamente por **Angelita Tavares, Chefe do Setor de Acompanhamento de Processos**, em 19/09/2024, às 16:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12263099** e o código CRC **E4597552**.

Memorando nº 14017/2024/INPE

Para: Sr. Yasuo Kono - CGIP/CORCR

**Dispensa de Licitação nº 90161/2024**

**PROCESSO nº 01340.005305/2024-03**

**Objeto:** Aquisição de Peças Sobressalentes para o sistema da antena da estação terrena GOES-R

Prezado Senhor:

1. O processo em epígrafe retornou da Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual de Aquisições, com o **Parecer nº 01652/2024/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU** (12263083), que concluiu pela possibilidade de prosseguimento, "desde que cumpridos os pontos elencados nos parágrafos 06, 15, 41, 48, 64, 66, 70, 76, 77, 81 e 84."
2. Desta forma, encaminhamos o processo para seu conhecimento e suas providências e/ou justificativas de regularização.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**Nilton Ferreira dos Santos**

Siape 0934794

Grupo Permanente de Apoio às Licitações

GPLIC/SECRI/COADM



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Ferreira dos Santos**, **Presidente do Grupo Permanente de Apoio às Licitações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 03/10/2024, às 16:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12297673** e o código CRC **24A5B406**.

**Anexos**

Não Possui.





## INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

### DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

#### PREVISÃO LEGAL

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

*Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*

#### IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE DA DEMANDA

**Setor Requirante (Unidade/Setor/Depto):**

CGIP/CORCR/CCS

**Responsável pela Demanda:**

Yasuo Kono

**Matrícula/SIAPE:**

1154643

**E-mail:** yasuo.kono@inpe.br

**Telefone:** (12) 3208-6355

#### IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Aquisição das “Peças Sobressalentes” (em inglês: Spare Parts): EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), unidade do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Cachoeira Paulista, São Paulo, Brasil.

#### JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

**Objetivo Estratégico:**

Consta no Plano Diretor 2022-2026 do INPE OE-2: Aperfeiçoar, implementar e estabelecer métodos, processos e ferramentas de gestão de portfólio, de programas, de projetos, de operações, e de gestão da inovação. E OE-5: Reforçar caráter nacional da atuação do INPE, por meio de suas unidades regionais e de parcerias estratégicas.

**Objetivo Setorial:**

M-2.3: Aperfeiçoar, evoluir e implementar normas, processos, métodos e ferramentas para a gestão da propriedade intelectual, de forma integrada à gestão de projetos e programas do Instituto.

**Justificativa**

A Coordenação de Rastreamento, Controle e Recepção de Satélites (CORCR) busca constantemente aprimorar seu padrão de excelência quanto às atividades desempenhadas pelo setor, de modo a atender à crescente demanda por serviços



especializados, decorrente dos projetos desenvolvidos pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em seus diferentes campus e instalações espalhadas pelo território brasileiro.

No tocante ao complexo de estações terrenas que integram a CORCR, encontra-se localizada no campus do INPE de Cachoeira Paulista/SP, a Estação Terrena da série GOES-R, que tem por objetivo realizar estudos sobre a previsão do tempo e pesquisas científicas, buscando uma melhor compreensão das interações entre a terra, atmosfera, oceanos e clima, bem como para outros projetos nacionais ou internacionais que são realizados com a cooperação do INPE.

As atividades desenvolvidas pela Estação Terrena da série GOES-R, contribuem de forma significativa para o desenvolvimento científico em diferentes áreas de atuação, trazendo avanços e benefícios para diversas camadas da sociedade.

Consta que a Estação Terrena da série GOES-R, encontra-se devidamente instala no prédio do CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), no campus do INPE de Cachoeira Paulista/SP, faz parte de um conjunto maior denominado de Sistema GOES (em inglês: Geostationary Operational Environmental Satellite), nomenclatura utilizada para se referir a um grupo de satélites e instalações terrenas, que tem como a sua missão principal fornecer um conjunto contínuo de dados que são pertinentes para a operação e para o monitoramento das condições climáticas, permitindo estudos sobre a previsão do tempo e a realização de pesquisas científicas.

A estação localizada em Cachoeira Paulista é caracterizada por ser uma estação que opera em Banda-L, e é voltada para recepção de dados e imagens providos de satélites ambientais/meteorológicos, pertencentes à série GOES-R.

O sistema de comunicação entre antena-satélite necessita de componentes que garantam e certifiquem a compatibilidade adequada para tal comunicação, portanto, prevê-se que ao longo do tempo e com o constante uso do sistema, alguns de seus componentes apresentem defeitos ou mau funcionamento, necessitando serem substituídos por novos, a fim de se manter a integridade física e técnica do sistema operante, assim, a denominação destes componentes as ser substituídos é conhecida como Peças Sobressalentes (em inglês: Spare Parts), devendo ser substituídos o mais rápido possível, a fim de se assegurar a manutenção dos estudos e pesquisas realizadas.

Os equipamentos a serem adquiridos são o EEC Capella-GBR Feed, bem como, o EEC100-RN GRB Demodulator, que não podem ser classificados como bens comuns, porque são componentes voltados para a utilização em estações terrenas meteorológicas e que possuem características técnicas específicas, possuindo uma alta vida útil e gerando pouco impacto ao meio ambiente, sendo equipamentos voltados para a aplicação de pesquisas de longo prazo, sendo fornecidos exclusivamente pelo fabricante EEC (Enterprise Electronics Corporation) TeleSpace.

QUANTIDADE A SER CONTRATADA	
Quantidade	Unidade de Fornecimento
01 (um) - EEC Capella - GRB Feed	UN.
01 (um) - EEC 100-RN GRB Demodulator	UN.

PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU AQUISIÇÃO
120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato, em remessa única, nas condições estabelecidas na proposta.

ALINHAMENTO AO PCA		
Nº do item	Ano do Plano de Contratações Anual - PCA	Descrição do item
684	2023-2024	Antenas, guias de onda e itens correlatos.

INDICAÇÃO DO MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO E SE NECESSÁRIO O RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO			
Membro da equipe de planejamento:	Matrícula SIAPE:	CPF	Lotação
Yasuo Kono	1154643	046.625.288-95	CGIP/CORCR/CCS
Membro da equipe de planejamento:	Matrícula SIAPE:	CPF	Lotação
Edna Passos Pereira	1489538	523.306.561-49	CGIP/CORCR/SECOR
Responsável pela gestão do contrato:	Matrícula SIAPE:	CPF	Lotação
Yasuo Kono	1154643	046.625.288-95	CGIP/CORCR/CCS
Responsável pela gestão do contrato substituto	Matrícula SIAPE:	CPF	Lotação
Edna Passos Pereira	1489538	523.306.561-49	CGIP/CORCR/SECOR
Responsável pela fiscalização técnica:	Matrícula SIAPE:	CPF	Lotação
Responsável pela fiscalização técnica substituto	Matrícula SIAPE:	CPF	Lotação
Responsável pela fiscalização administrativa:	Matrícula SIAPE:	CPF	Lotação
Responsável pela fiscalização administrativa substituto	Matrícula SIAPE:	CPF	Lotação
Responsável pela fiscalização setorial:	Matrícula SIAPE:	CPF	Lotação
Mauricio Gonçalves Vieira Ferreira	664283	770.941.906-20	CGIP/CORCR/CCS
Responsável pela fiscalização setorial substituto	Matrícula SIAPE:	CPF	Lotação

ASSINATURA
1. Este documento deverá ser assinado por todos os servidores indicados para a equipe de planejamento e para a fiscalização.

2. Este documento deverá ser assinado pela autoridade competente da unidade requisitante
3. Quando o pedido advier da CGRL, deverá ser enviado para ciência do Coordenador-Geral de Recursos Logísticos- CGRL.



Documento assinado eletronicamente por **Yasuo Kono, Técnico**, em 23/10/2024, às 10:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edna Passos Pereira, Técnico**, em 23/10/2024, às 10:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Gonçalves Vieira Ferreira, Coordenador de Rastreio, Controle e Recepção de Satélites**, em 23/10/2024, às 15:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12345529** e o código CRC **6DEA0BFA**.

Memorando nº 15156/2024/INPE

São José dos Campos, 25 de outubro de 2024

**Processo nº. 01340.005305/2024-03**

**Dispensa de Licitação Nº DL 90161/2024**

**AQUISIÇÃO DE PEÇAS SOBRESSAIENTES PARA O SISTEMA DA ANTENA  
DA ESTAÇÃO TERRENA GOES-R**

**RESPOSTAS DA CORCR AO PARECER JURÍDICO Nº 01652/2024/ADV-  
SUMÁRIO/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU:**

**Conforme exposto:**

**IV - CONCLUSÃO**

85. Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, **desde que cumpridos os pontos elencados nos parágrafos 06, 15, 41, 48, 64, 66, 70, 76, 77, 81 e 84** deste parecer.

**06.** Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. **O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.**

**RESPOSTA: O INPE observará os apontamentos constantes no parecer e providenciará as correções e justificativas que se mostrarem necessárias.**

**15.** No presente caso, o valor da contratação é de **R\$ 324.455,86** e não se identificou no processo a autorização a que se refere o art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, nem declaração de que a contratação não constitui atividade de custeio. **Por isso, recomenda-se ao órgão assessorado que declare se a contratação constitui ou não atividade de custeio.** Em caso positivo, **recomenda-se que instrua o processo com a referida autorização, o que poderá ser feito até antes da assinatura do contrato.**

**RESPOSTA: A declaração a respeito de a presente aquisição se tratar ou não de atividade de custeio será fornecida pelo Sr. Ordenador de**

## Despesas deste Instituto.

**41.** No caso concreto se localizou o DFD, motivo pelo qual se recomenda a respectiva juntada ou a apresentação de justificativa para eventual afastamento.

**RESPOSTA:** Providenciamos a juntada do Documento de Formalização de Demanda (DFD); SEI [12345529].

**48.** O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos. A Administração pode se valer das informações geradas no gerenciamento de riscos para, se for o caso, construir a Matriz de Alocação de Riscos, prevista na Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, o órgão pode identificar a necessidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XXVII da NLLC) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103 da NLLC), o que, porém, deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. No caso em análise, a Administração não elaborou a análise de riscos - **Recomenda-se medidas corretivas.**

**RESPOSTA:** Providenciamos a juntada do documento referente à Análise de Riscos; SEI [12300505].

**64.** Cabe ser alertado que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, deve ser anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**RESPOSTA:** A presente contratação não implica em criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa.

**66.** Esses documentos garantem que a empresa estrangeira possui condições legais, técnicas e financeiras para realizar a importação do produto, conforme exigido pelas normas brasileiras. A exigência exata de documentos pode variar dependendo do produto a ser importado, da natureza da contratação e da legislação do país de origem da empresa - **Recomenda-se verificar se tais requisitos constam da documentação de SEI 1223588/12233002/12233624/12223654**

**RESPOSTA:** Com relação à documentação de habilitação, esclarecemos que o INPE, neste caso, se vale da faculdade que nos é concedida pela lei 14.133/2021, em seu art. 70, inciso III, conforme foi explicado no Termos de Referência SEI [12236440], em seu subitem 8.13., que abaixo transcrevemos:

*8.13. No presente caso aplica-se o disposto no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que a respeito da*

*documentação de habilitação dispõe:*

*Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:*

*[...]*

III - **dispensada, total** ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas **contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Valor atualizado para R\$ 359.436,08 (trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos) pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.**

**A documentação apontada [12223588/12223624/12223654] comprova que a empresa possui representante legal no Brasil, o qual pode assinar o contrato em nome da contratada, o que dá ao INPE segurança e garantias não somente técnicas (assistência) como jurídicas. O mesmo representante providenciou o cadastro da contratada estrangeira no SICAF, conforme permite a legislação atual que regula esse cadastro.**

**70.** De acordo com o disposto na IN SEGES/ME nº 67/2021, em regra, as contratações diretas de pequeno valor, por dispensa de licitação, previstas nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, deverão ser realizadas no âmbito do Sistema de Dispensa Eletrônica. Já as contratações por dispensa previstas no inciso III e seguintes do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, serão realizadas por meio do procedimento eletrônico “quando cabível”, de modo que a área competente deverá avaliar a pertinência do uso de tal ferramenta considerando a sua demanda, o que deve ser verificado pelo órgão assessorado.

**RESPOSTA: Este parágrafo será respondido pelo Grupo Permanente de Apoio às Licitações - GPLIC, vinculado ao Serviço de Compras, SECRI/COADM.**

**76.** No caso concreto, verifica-se que o agente de contratação e a respectiva equipe e apoio **não** foram designados. Contudo, como não houve manifestação a respeito, **orienta-se no sentido de que o órgão se assegure e consigne que foram atendidas todas as regras elencadas nos dispositivos citados.**

**RESPOSTA: Este parágrafo será respondido pelo Grupo Permanente de Apoio às Licitações - GPLIC, vinculado ao Serviço de Compras, SECRI/COADM.**

**77.** No que toca aos fiscais e gestores do futuro contrato, não se localizou nos autos manifestação a esse respeito (art. 117 da Lei nº 14.133/2021), **motivo pelo qual se recomenda a devida providência, até a contratação, com base no §3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021 e na forma disciplinada no art. 8º e seguintes do Decreto nº 11.246/2022.**

**RESPOSTA: De acordo com as normas internas do INPE, a devida indicação dos fiscais e gestores dos contratos será feita imediatamente após a assinatura do contrato.**

**81.** Diante do exposto, **recomenda-se que o órgão esteja atento para, no momento oportuno, cumprir o que dispõe a lei, podendo se valer do constante da ON AGU nº 85/2024.**

**RESPOSTA: Este parágrafo será respondido pelo Grupo Permanente de Apoio às Licitações - GPLIC, vinculado ao Serviço de Compras,**

**84.** Nessa esteira, **recomenda-se ao órgão assessorado que não inclua nos instrumentos de contratação números de documentos pessoais, limitando-se a informar, no preâmbulo do ajuste, o nome do contratado.**

**RESPOSTA: Este parágrafo será respondido pelo Grupo Permanente de Apoio às Licitações - GPLIC, vinculado ao Serviço de Compras, SECRI/COADM.**



Documento assinado eletronicamente por **Yasuo Kono, Técnico**, em 31/10/2024, às 14:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12352382** e o código CRC **5F050081**.

Atenciosamente,

*(Assinado Eletronicamente)*

**Yasuo Kono**  
**SIAPE: 1154643**

**Técnico - Coordenação de Rastreo Controle e Recepção de Satélites**

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12352382



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO



INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS  
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
Coordenação-Geral de Gestão Organizacional  
Coordenação de Administração  
Serviço de Compras, Recebimento e Importação  
Grupo Permanente de Apoio às Licitações do Instituto Nacional de Pesquisas  
Espaciais

**Processo nº:** 01340.005305/2024-03

**Referência:** Dispensa de Licitação 90161/2024

**Interessado:** Yasuo Kono

**Assunto:** Aquisição de Peças Sobressalentes para o sistema da antena da estação terrena GOES-R

### DECLARAÇÃO

Em conformidade com o disposto no art. 2º da Portaria ME 7.828/2022, DECLARO que o objeto da contratação em epígrafe NÃO se enquadra como atividade de custeio.

*(assinado eletronicamente)*

**Raul Ferreira da Silva Junior**  
Ordenador de Despesas  
Siape 2796948



Documento assinado eletronicamente por **Raul Ferreira da Silva Junior**, **Ordenador de Despesas**, em 25/11/2024, às 15:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12442125** e o código CRC **DE3275C4**.



# INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Coordenação-Geral de Gestão Organizacional

Coordenação de Administração

Serviço de Compras, Recebimento e Importação

Grupo Permanente de Apoio às Licitações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

## DESPACHO

**Processo nº:** 01340.005305/2024-03

**Referência:** Dispensa de Licitação nº 90161/2024

**Interessado:** Sr. Yasuo Kono - CGIP/CORCR

**Assunto:** Parecer N° 01652/2024/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU (12263083)

Em complemento às providências de regularização relatadas pela área requisitante no Memorando 15156 (12352382), apresentamos respostas aos parágrafos 15, 70, 76, 81 e 84 do parecer em epígrafe:

15. No presente caso, o valor da contratação é de **R\$ 324.455,86** e não se identificou no processo a autorização a que se refere o art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, nem declaração de que a contratação não constitui atividade de custeio. **Por isso, recomenda-se ao órgão assessorado que declare se a contratação constitui ou não atividade de custeio.** Em caso positivo, **recomenda-se que instrua o processo com a referida autorização, o que poderá ser feito até antes da assinatura do contrato.**

**RESPOSTA:** Juntamos ao processo a declaração a respeito emitida pelo Sr. Ordenador de Despesas deste Instituto (SEI 12442125).

**70.** De acordo com o disposto na IN SEGES/ME nº 67/2021, em regra, as contratações diretas de pequeno valor, por dispensa de licitação, previstas nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, deverão ser realizadas no âmbito do Sistema de Dispensa Eletrônica. Já **as contratações por dispensa previstas no inciso III e seguintes do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, serão realizadas por meio do procedimento eletrônico “quando cabível”, de modo que a área competente deverá avaliar a pertinência do uso de tal ferramenta considerando a sua demanda, o que deve ser verificado pelo órgão assessorado.**

**RESPOSTA:** Entendemos que neste caso de produto destinado à pesquisa e desenvolvimento, tratando-se de objeto importado e de mercado restrito, sendo peças sobressalentes que devem ser compatíveis às já existentes, não é cabível a dispensa eletrônica.

**76.** No caso concreto, verifica-se que o agente de contratação e a respectiva equipe e apoio **não** foram designados. Contudo, como não houve

manifestação a respeito, **orienta-se no sentido de que o órgão se assegure e consigne que foram atendidas todas as regras elencadas nos dispositivos citados.**

**RESPOSTA:** Esclarecemos que consta no processo a PORTARIA Nº 1198/2024/SEI-INPE (SEI 12238578, pp. 13 e 14 do PDF), na qual o Diretor deste Instituto designa os agentes de contratação e equipes de apoio das unidades gestoras do INPE em São José dos Campos, Cachoeira Paulista e Natal.

**81.** Diante do exposto, **recomenda-se que o órgão esteja atento para, no momento oportuno, cumprir o que dispõe a lei, podendo se valer do constante da ON AGU nº 85/2024.**

**RESPOSTA:** Esclarecemos que este Grupo Permanente de Apoio às Licitações – GPLIC providenciará a divulgação da presente contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP), após a assinatura do Ato de Autorização pelo Sr. Ordenador de Despesas.

**84.** Nessa esteira, **recomenda-se ao órgão assessorado que não inclua nos instrumentos de contratação números de documentos pessoais, limitando-se a informar, no preâmbulo do ajuste, o nome do contratado.**

**RESPOSTA:** Esta recomendação deverá ser observada pela área responsável (SEAPR/COADM) pela versão final do contrato e recolhimento das respectivas assinaturas.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**Nilton Ferreira dos Santos**

Siape 0934794

Grupo Permanente de Apoio às Licitações  
GPLIC/SECRI/COADM



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Ferreira dos Santos, Presidente do Grupo Permanente de Apoio às Licitações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 25/11/2024, às 11:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12391434** e o código CRC **E0653E42**.

Não Possui.



**Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**

**AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

(art. 72, inciso VIII, da lei nº 14.133/2021)

**Dispensa de Licitação nº 90161/2024**

**Processo nº 01340.005305/2024-03**

**Objeto: Aquisição de Peças Sobressalentes para o sistema da antena da estação terrena GOES-R**

No uso das atribuições que me foram subdelegadas pelo inciso IV, do art. 3º, da Portaria nº 1024/2023/SEI-INPE (SEI 12238578 pp.9 e 10), e após a análise da documentação que instrui o presente processo, em especial, o Parecer nº 01652/2024/ADV-SUMÁRIO/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU (SEI 12263083) e as providências e justificativas de regularização relatadas no Memorando 15156 (SEI 12352382) e no Despacho INPE\_GPLIC (SEI 12391434), **AUTORIZO** a contratação do objeto em epígrafe por meio de **Dispensa de Licitação**, com fulcro na **alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021**.

Empresa a ser Contratada: **ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION.**

CNPJ: **estrangeira**

Valor estimado da Contratação: **R\$ 324.455,86 (trezentos e vinte e quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).**

Ao Grupo Permanente de Apoio às Licitações (GPLIC/SECRI/COADM/CGGO) para as providências de divulgação, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 72 da lei nº 14.133/2021.

*(assinado eletronicamente)*

**Raul Ferreira da Silva Junior**

Ordenador de Despesas

Siape 2796948



Documento assinado eletronicamente por **Raul Ferreira da Silva Junior**, **Ordenador de Despesas**, em 25/11/2024, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12440882** e o código CRC **D38E8999**.

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI nº 12440882

# Ato que autoriza a Contratação Direta nº 291/2024

Última atualização 26/11/2024

**Local:** São José dos Campos/SP    **Órgão:** MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACOES

**Unidade compradora:** 240106 - INSTIT.NAC.DE PESQ.ESPACIAIS-S.J.CAMPOS - MCT

 Portal Nacional de Contratações Públicas





**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta    **Modo de disputa:** Não se aplica    **Registro de preço:** Não

**Data de divulgação no PNCP:** 26/11/2024    **Situação:** Divulgada no PNCP

**Id contratação PNCP:** 01263896000164-1-001235/2024    **Fonte:** Compras.gov.br

**Objeto:**

Aquisição das "Peças Sobressalentes" (em inglês: Spare Parts) para a estação terrena GOES-R.

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA</b> R\$ 324.455,86	<b>VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA</b> R\$ 324.455,86
---	---

- Itens
- Arquivos
- Histórico

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
2	Receptor quantidade canais: 12, características adicionais: receptor de gps, altímetro, barômetro, conexãousb, aplicação: equipamento de orientação, modelo: vista h FEED (ALIMENTADOR) PARA SISTEMAS DE ANTENAS DE RECEPÇÃO DE DADOS DE SATÉLITES.	1	R\$ 193.095,96
3	Receptor quantidade canais: 12, características adicionais: receptor de gps, altímetro, barômetro, conexãousb, aplicação: equipamento de orientação, modelo: vista h DEMODULADOR PARA SISTEMAS DE ANTENAS DE RECEPÇÃO DE DADOS DE SATÉLITES.	1	R\$ 131.359,90

[< Voltar](#)

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

#### AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO



INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS  
Av. dos Astronautas, 1758, - Bairro Jardim da Granja,  
CEP 12227-010, São José dos Campos - SP - <http://www.inpe.br/>

### AUTORIZAÇÃO DE COMPRA/SERVIÇO

<b>AUTORIZAÇÃO DE COMPRA/SERVIÇO</b>		<b>Nº: 332/2024</b>	
<b>DL: 90161/2024</b>		<b>Dispensa Eletrônica: 291/2024</b>	<b>SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 26 de Novembro de 2024</b>
<b>ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION</b>			
<b>CNPJ: ESTRANGEIRO</b>		<b>IE: prejudicado</b>	
<b>Endereço: 128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD Bairro: - Cidade/UF: ENTERPRISE / AL</b>			
<b>Telefone: 334-347-3478,</b>	<b>Fax:</b>	<b>CEP:</b>	
<b>Banco:</b>	<b>C/C:</b>	<b>Agência:</b>	
<b>Nome Banco:</b>	<b>Contato:</b>		
<b>Email: ,</b>			
<b>Chave Pix:</b>			

Item ATA	Código	Descrição / Observação	Unid.	Qtde.	Preço Unitário	IPI %	Total
		FEED					



1	23283	(ALIMENTADOR) PARA SISTEMAS DE ANTENAS DE RECEPÇÃO DE DADOS DE SATÉLITES.	UN	1.00	R\$ 193.095,96	0.00	R\$ 193.095,96
2	23284	DEMODULADOR PARA SISTEMAS DE ANTENAS DE RECEPÇÃO DE DADOS DE SATÉLITES.	UN	1.00	R\$ 131.359,90	0.00	R\$ 131.359,90
					Total:	R\$ 324.455,86	

#### Observações:

**- Contratação mediante CONTRATO (SEI 12238549)**

- Referente Requisição de Compras CORCR (SEI 12056856)

- Fazem parte desta Autorização de Compras o Termo de Referência (SEI 12236440) referente à Dispensa de Licitação nº 90161/2024, bem como todos os anexos, independentemente de transcrição.

- Poderão ser aplicadas as Sanções Administrativas de acordo com o subitem 11.1 da Minuta de Contrato (SEI 12238549), em caso de descumprimento das condições de fornecimento desta Autorização de Serviço.

**Local de entrega: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI - AV. DOS ASTRONAUTAS, 1758 JD. DA GRANJA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS São Paulo CEP: 12227-010 CNPJ: 01.263.896/0005-98 IE: ISENTO Telefone: +55(12)3208-6993 Telefone 2: +55(12)3208-6105 Fax:**

**- Condições de Fornecimento -**

**Prazo de entrega...: 120 dias**

<b>Prazo de pagamento...: 10 DIAS APOS RECEBIMENTO DEFINITIVO</b>
<b>Validade da proposta...: 200 dias</b>
<b>O faturamento deverá ser para:</b>
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI</b>
<b>AV. DOS ASTRONAUTAS, 1758 JD. DA GRANJA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP CEP: 12227-010</b>
<b>CNPJ: 01.263.896/0005-98 IE: ISENTO Telefone: +55(12)3208-6993 Fax:</b>

**(assinado eletronicamente)**  
**JOSÉ ARISTEU DE SOUZA RUAS**  
 Chefe de Serviço de Compras, Recebimento e Importação  
 Siape: 664036

**(assinado eletronicamente)**  
**RAUL FERREIRA DA SILVA JUNIOR**  
 Ordenador de Despesas  
 Siape 2796948



Documento assinado eletronicamente por **José Aristeu de Souza Ruas**, **Chefe do Serviço de Compras, Recebimento e Importação**, em 27/11/2024, às 08:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raul Ferreira da Silva Junior**, **Ordenador de Despesas**, em 27/11/2024, às 10:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12445475** e o código CRC **50C51ECC**.

Data e hora da consulta: 27/11/2024 18:01  
Usuário: \*\*\*.475.448-\*\*  
Impressão Completa

### Nota de Empenho

#### UG Emitente

<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>Moeda</b>
240106	INSTITUTO NACIONAL DE PESQ. ESPACIAIS-INPE	REAL - (R\$)
<b>CNPJ</b>	<b>Endereço</b>	<b>CEP</b>
01.263.896/0005-98	AV.DOS ASTRONAUTAS, NR. 1.758	12227-010
<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Telefone</b>
SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	(012) 32086079 - 32086080 - 32086075-32086081

<b>Ano</b>	<b>Tipo</b>	<b>Número</b>
2024	NE	661

#### Célula Orçamentária

<b>Esfera</b>	<b>PTRES</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>UGR</b>	<b>Plano Interno</b>
1	233441	1000000000	339030	-	956435-PO01

<b>Data de Emissão</b>	<b>Tipo</b>	<b>Processo</b>	<b>Taxa de Câmbio</b>	<b>Valor</b>
27/11/2024	Estimativo	01340.005305/2024-03	0,0000	324.455,86

#### Favorecido

<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>CEP</b>
EX3613500	ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION	00000-000
<b>Endereço</b>	<b>UF</b>	<b>Telefone</b>
128 SOUTH INDUSTRIAL BLVD., ENTERPRISE, ALABAMA 36330		334-347-3478
<b>Município</b>		

#### Amparo Legal

<b>Código</b>	<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
144	DISPENSA DE LICITACAO	-	IV	c
<b>Ato Normativo</b>	<b>Artigo</b>			
Lei 14.133/2021	75			

#### Descrição

AQUISIÇÃO DE PEÇAS SOBRESSALENTE (SPARE PARTS) EEC-CAPELLA-GBR FEED E EEC100-RN GRB DEMODULATOR PARA SEREM EMPREGADAS AO SISTEMA ATUANTE DA ESTAÇÃO TERRENA GOES-R, LOCALIZADA NO PRÉDIO DO CENTRO DE PREVISÃO DO TEMPO E ESTUDOS CLIMÁTICOS (CPTEC), UNIDADE DE CACHOEIRA PAULISTA/SP, REQUISIÇÃO DE COMPRAS CORCR-009/2024-RC (SEI 12056856) E AUTORIZAÇÃO DE COMPRA/SERVIÇO Nº 332/2024 (SEI 12445475)

#### Local da Entrega

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

#### Informação Complementar

24010606002912024 - UASG Minuta: 240106

#### Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	27/11/2024 16:06:59	Alteração

Data e hora da consulta: 27/11/2024 18:01  
Usuário: \*\*\*.475.448-\*\*  
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Total da Lista</b>
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	324.455,86

**Subelemento 26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO**

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00002 - quantidade canais: 12, características adicionais: receptor de gps, altímetro, barômetro, conexãousb, aplicação: equipamento de orientação, modelo: vista h	193.095,96

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
27/11/2024	Inclusão	1,00000	193.095,9600	193.095,96

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 00003 - quantidade canais: 12, características adicionais: receptor de gps, altímetro, barômetro, conexãousb, aplicação: equipamento de orientação, modelo: vista h	131.359,90

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
27/11/2024	Inclusão	1,00000	131.359,9000	131.359,90

Assinaturas

**Ordenador de Despesa**

RAUL FERREIRA DA SILVA JUNIOR  
\*\*\*.163.688-\*\*  
27/11/2024 16:06:59

**Gestor Financeiro**

EDUARDO AMORIM MARTINS DE SOUZA  
\*\*\*.773.344-\*\*  
27/11/2024 15:53:38

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Coordenação de Administração

Serviço de Controle de Orçamento e Finanças

Memorando nº 17145/2024/INPE

São José dos Campos, 28 de novembro de 2024.

Ao Setor de Acompanhamento de Processos - SEAPR

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Encaminhamos o processo 01340.005305/2024-03 para providências quanto à formalização de contrato.

Atenciosamente,

*Assinado eletronicamente*

Eduardo Amorim Martins De Souza

Chefe Substituto do Serviço de Controle de Orçamento e Finanças -  
SECOF



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Amorim Martins de Souza, Chefe do Serviço de Controle de Orçamento e Finanças substituto**, em 28/11/2024, às 11:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12452914** e o código CRC **C63CB186**.

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12452914

SEI 01340.005305/2024-03 / pg. 162



16ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA  
SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 40.190.753/0001-21  
NIRE nº 33202391156

**CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, economista, residente e domiciliado, nesta cidade, na Rua Aperana, 99, apto. 101, Leblon, Rio de Janeiro, CEP nº 22450-190, portador da carteira de identidade nº 377.522, expedida em 21/09/1982 pelo Ministério da Marinha, inscrito no CPF sob o nº 911.935.167-49; e

DS  
Meggi

**ANTONIO CARLOS MEGGIOLARO**, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, engenheiro, residente e domiciliado nesta cidade na Estrada da Gávea, 655, Apto. 1001, São Conrado, CEP 22610-001, portador da Carteira de Identidade nº 1980102010 expedida em 30/11/2017 pelo CREA-RJ, inscrito no CPF sob o nº 693.866.687-34;

DS  
CR

DS  
U

**ESPÓLIO DE PEDRO AUGUSTO BITTENCOURT LYNCH**, brasileiro, casado, militar da reserva, residente e domiciliado, nesta cidade, na Estrada da Gávea, 681, apto. 1701 BL 1, São Conrado, CEP nº 22610-001, portador da carteira de identidade nº 151271 A/R, expedida em 28/02/1985, pela Marinha do Brasil, inscrito no CPF sob o nº 039.828.237-49, assistido neste ato pelo seu inventariante Sr. **CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH** conforme **ESCRITURA DECLARATÓRIA DE NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE**;

DS  
FST

DS  
B

Sócios da **SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Praça Pio X, 55, Sala 903, CEP 20040-020, Centro, Rio de Janeiro, RJ, com contrato social arquivado e registrado na JUCERJA sob o nº 33202391156 por despacho de 18/02/1991, e inscrita no CNPJ sob nº 40.190.753/0001-21 ("Sociedade");

E, ainda,

**CARLOS AUGUSTO DE MOURA RESENDE**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, militar da reserva, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Professor Gastão Bahiana, 615, apto 701 - Lagoa - CEP 22.071-030, Rio de Janeiro - RJ, portador da Carteira de Identidade nº 287.155 expedida em 01/12/2022 pela Marinha do Brasil, inscrito no CPF sob o nº 434.236.637-15;

**LUIS EDUARDO SOARES FRAGOZO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, militar da reserva, residente e domiciliado nesta cidade na Av. Aquarela do Brasil, 333 Bl2 Apt. 2102 - São Conrado - CEP



22610-010, Rio de Janeiro – RJ, portador da Carteira de Identidade nº 502.385-0 expedida em 10/05/2019 pela Marinha do Brasil, inscrito no CPF sob o nº 965.493.197-49; e

**FLAVIA SILVA THEOPHILO**, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, analista de sistemas, residente e domiciliada, nesta cidade, na Rua Aperana, 99, apto. 101, Leblon, Rio de Janeiro, CEP nº 22450-190, portadora da carteira de identidade nº 0090021536, expedida em 06/07/2022 pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 016.155.437-75;

Resolvem, assim, alterar o contrato social de acordo com a Lei 10.406/2002, nos seguintes termos:

DS  
Megg

**1. FALECIMENTO DE SÓCIO**

DS  
CR

1.1. Os sócios consignam o falecimento do sócio **PEDRO AUGUSTO BITTENCOURT LYNCH**, brasileiro, casado, militar da reserva, residente e domiciliado, nesta cidade, na Estrada da Gávea, 681, apto. 1701 BL 1, São Conrado, CEP nº 22610-001, portador da carteira de identidade nº 151271 A/R, expedida em 28/02/1985, pela Marinha do Brasil, inscrito no CPF sob o nº 039.828.237-49.

DS  
U

1.2. O Espólio do sócio falecido é, neste ato, representado por seu inventariante, o Sr. CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH.

DS  
FST

1.3. Os sócios decidem, por unanimidade, nos termos do artigo 1.028 do Código Civil e Cláusula Quinta, Parágrafo Primeiro, do Contrato Social, promover a liquidação das quotas do sócio falecido.

DS  
B

1.4. Em função da deliberação acima, as quotas do sócio falecido devem ser canceladas e o valor da liquidação deve ser apurado com base em balanço patrimonial especialmente levantado, nos termos do artigo 1.031 do Código Civil e Cláusula Quinta, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social.

1.5. Os sócios consignam que o valor do patrimônio líquido da Sociedade apurado em balanço especialmente levantado foi de R\$ 701.015,64 (setecentos e um mil e quinze reais e sessenta e quatro centavos), cabendo ao Espólio o valor correspondente à participação do *de cujus* na data do falecimento, de 171 (cento e setenta e um quotas), equivalentes a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do capital social.

1.6. O valor de liquidação das quotas do sócio falecido, portanto, é de **R\$ 233.671,88 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos)**.

1.7. O valor das cotas do sócio falecido designado acima será disponibilizado ao Espólio.

1.8. Os sócios decidem que não haverá redução de capital em decorrência do pagamento das quotas liquidadas, sendo o valor absorvido pelo patrimônio líquido da Sociedade.

2. DESDOBRAMENTO DE QUOTAS

2.1. Os sócios decidem, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar o desdobramento das quotas da Sociedade, na proporção de 1000 (mil) para 1 (uma), de modo que cada uma das quotas da Sociedade passará a ser representada por 1.000 (mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) cada.

DS  
Megg

3. CESSÃO DE QUOTAS

DS  
CR

3.1. Neste ato, o sócio **CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH**, acima qualificado, cede e transfere 1 (uma) quota de sua propriedade a **CARLOS AUGUSTO DE MOURA RESENDE**, acima qualificado, que neste ato é admitido ao quadro social.

DS  
U

3.2. Neste ato, o sócio **CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH**, acima qualificado, cede e transfere 1 (uma) quota de sua propriedade a **FLAVIA SILVA THEOPHILO**, acima qualificada, que neste ato é admitida ao quadro social.

DS  
FST

DS  
f

3.3. Neste ato, o sócio **ANTONIO CARLOS MEGGIOLARO**, acima qualificado, cede e transfere 1 (uma) quota de sua propriedade a **LUIS EDUARDO SOARES FRAGOZO**, acima qualificado, que neste ato é admitido ao quadro social.


3.4. Os demais sócios anuem expressamente com a transferência acima, renunciando a qualquer direito de preferência.

4. ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DO CAPITAL SOCIAL

4.1. Em função das deliberações acima, os sócios decidem, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a alteração da Cláusula Segunda do Contrato Social, que passará a contar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O Capital Social é de R\$ 513.000,00 (quinhentos e treze mil reais), dividido em 342.000 (trezentas e quarenta e duas mil) quotas de valor nominal R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País assim subscritas:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SIMTECH REPRESENTACOES LTDA  
NIRE: 332.0239115-6 Protocolo: 2024/00523104-7 Data do protocolo: 20/06/2024  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/07/2024 SOB O NÚMERO 00006325290 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: BF8F7A53AAFAEF3A26A73C0E2A16697BF5133CBF2D8B7636B14202E5ED379008  
Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 05/15

<b>CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH</b>	<b>170.998 quotas</b>	<b>R\$ 256.497,00</b>
<b>ANTONIO CARLOS MEGGIOLARO</b>	<b>170.999 quotas</b>	<b>R\$ 256.498,50</b>
<b>CARLOS AUGUSTO DE MOURA RESENDE</b>	<b>1 quota</b>	<b>R\$ 1,50</b>
<b>LUIS EDUARDO SOARES FRAGOZO</b>	<b>1 quota</b>	<b>R\$ 1,50</b>
<b>FLAVIA SILVA THEOPHILO</b>	<b>1 quota</b>	<b>R\$ 1,50</b>

5. CLÁUSULA DE ADMINISTRAÇÃO

DS  
Megg

5.1. Os sócios decidem, por unanimidade e sem ressalvas, modificar a estrutura da administração da sociedade, alterando a Cláusula Terceira do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação:

DS  
CR

DS  
U

DS  
FST

DS  
P

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A Administração da sociedade, será conduzida pelos seguintes sócios: **CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, economista, residente e domiciliado, nesta cidade, na Rua Aperana, 99, apto. 101, Leblon, Rio de Janeiro, CEP nº 22450-190, portador da carteira de identidade nº 377.522, expedida em 21/09/1982 pelo Ministério da Marinha, inscrito no CPF sob o nº 911.935.167-49; e **ANTONIO CARLOS MEGGIOLARO**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, residente e domiciliado nesta cidade na Estrada da Gávea, 655, Apto. 1001, São Conrado, CEP 22610-001, portador da Carteira de Identidade nº 1980102010 expedida em 30/11/2017 pelo CREA-RJ, inscrito no CPF sob o nº 693.866.687-34.

**Parágrafo primeiro** - Os administradores atuarão em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial ou extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos ao interesse social ou em assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem autorização da maioria dos sócio (artigos 997, VI, 1.013, 1015, 1064, CC/2002).

**Parágrafo segundo** – Os administradores poderão separadamente assinar cheques, documentos de ordem pública, notas promissórias, letras de câmbio, contratos, sendo todos os atos ora realizados pertinentes a sociedade.

**6. HIPÓTESES DE RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE COM RELAÇÃO A UM OU ALGUNS SÓCIOS**

6.1. Os sócios decidem, por unanimidade e sem ressalvas, modificar as regras para a resolução da Sociedade com relação a um ou alguns sócios, alterando a Cláusula Quinta do Contrato Social, que passará a ter a seguinte redação:

DS  
Megg

DS  
CR

DS  
U

**CLÁUSULA QUINTA** –A Sociedade poderá ser resolvida com relação a um ou alguns sócios nos casos dispostos no Código Civil e neste contrato social, observados os termos desta cláusula.

*Parágrafo primeiro – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores ou o incapaz (por meio de seu representante). Contudo, os sócios remanescentes, desde que representem a maioria do capital, poderão deliberar a liquidação das quotas do sócio falecido ou interditado, devendo nesse caso o valor de seus haveres ser apurado e liquidado nos termos do parágrafo terceiro abaixo.*

*Parágrafo segundo – Os sócios representando a maioria do capital poderão deliberar a exclusão de sócio por cometimento de atos de inegável gravidade, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil. Sem prejuízo de outras hipóteses, considera-se como ato de inegável gravidade: (i) atitudes que possam prejudicar a relação entre os sócios, quebrando a affectio societatis, ou que possam causar dano à imagem da Sociedade; (ii) atos de concorrência contra a Sociedade; (iii) falha no cumprimento das obrigações do sócio; e (iv) atos que possam prejudicar o bom desempenho dos negócios.*

*Parágrafo terceiro – Em todos os casos de resolução da Sociedade com relação a um ou alguns sócios, o valor de suas quotas deve ser liquidado com base na situação patrimonial da Sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.*

DS  
FST

DS  
P

7. AJUSTES DE QUÓRUM E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Os sócios decidem, por unanimidade e sem ressalvas, ajustar os quóruns de deliberação previstos nas Cláusulas Primeira, Quarta e Sexta, que passarão a contar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A sociedade gira sob o nome empresarial **SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA.**, com sede na Praça Pio X, 55, Sala 903, CEP 20040-020, Centro, Rio de Janeiro, RJ, podendo em qualquer tempo abrir filiais, no País, mediante alteração contratual assinada pela maioria dos sócios, iniciou suas atividades em 18/02/1991, sendo indeterminado o seu prazo de duração.

DS  
Megg

\* \* \*

**CLÁUSULA QUARTA** - Os sócios poderão, por maioria e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal, pelo exercício da administração a título de Pró-labore, respeitadas as limitações legais vigentes.

DS  
CR

DS  
U

\* \* \*

**CLÁUSULA SEXTA** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos sócios na forma do artigo 1.057, caput, do Código Civil, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. Entre os sócios, as quotas são livremente transferíveis. (Art.1.056, art.1.057, CC/2002).

DS  
FST

DS  
B

7.2. Por fim, os sócios decidem, por unanimidade e sem ressalvas, consolidar o contrato social da Sociedade, que passará a ter a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A sociedade gira sob o nome empresarial **SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA.**, com sede na Praça Pio X, 55, Sala 903, CEP 20040-020, Centro, Rio de Janeiro, RJ, podendo em qualquer tempo abrir filiais, no País, mediante alteração contratual assinada pela maioria dos sócios, iniciou suas atividades em 18/02/1991, sendo indeterminado o seu prazo de duração.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro


Empresa: SIMTECH REPRESENTACOES LTDA

NIRE: 332.0239115-6 Protocolo: 2024/00523104-7 Data do protocolo: 20/06/2024

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/07/2024 SOB O NÚMERO 00006325290 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: BF8F7A53AAFAEF3A26A73C0E2A16697BF5133CBF2D8B7636B14202E5ED379008

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA

assinado digitalmente

Pag. 08/15

Como objeto social, a sociedade altera a nomenclatura das suas atividades classificando as mesmas de acordo com o código nacional de atividades econômicas a saber:

OBJETO SOCIAL

CNAE	ATIVIDADE ECONOMICA
4619-2/00	Prestação de serviços de representação comercial de produtos e serviços
7319-0/04	Consultoria e Marketing para produtos fabricados e serviços prestados por empresas estrangeiras e/ou brasileiras
7020-4/00	Consultoria e elaboração de projetos referente aos produtos representados e comercializados pela Sociedade
4321-5/00	Prestação de Serviços técnicos de instalação, treinamento, reparo e manutenção em laboratório ou em campo
3321-0/00	Prestação de Serviços de montagem e integração dos produtos representados e comercializados pela Sociedade
7490-1/99	Prestação de serviços de operação e comercialização de dados ambientais, meteorológicos e hidrológicos
4651-6/01	Comércio, Distribuição, Importação, Exportação de Software, Máquinas, Ferramentas, Equipamentos, Partes e Peças Elétricas, Eletrônicos e Mecânicos

DS  
Megg

DS  
CR

DS  
U

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O Capital Social é de R\$ 513.000,00 (quinhentos e treze mil reais), dividido em 342.000 (trezentas e quarenta e duas mil) quotas de valor nominal R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) cada uma, integralizadas em moeda corrente do País assim subscritas:

DS  
FST

DS  
b

<b>CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH</b>	<b>170.998 quotas</b>	<b>R\$ 256.497,00</b>
<b>ANTONIO CARLOS MEGGIOLARO</b>	<b>170.999 quotas</b>	<b>R\$ 256.498,50</b>
<b>CARLOS AUGUSTO DE MOURA RESENDE</b>	<b>1 quota</b>	<b>R\$ 1,50</b>
<b>LUIS EDUARDO SOARES FRAGOZO</b>	<b>1 quota</b>	<b>R\$ 1,50</b>
<b>FLAVIA SILVA THEOPHILO</b>	<b>1 quota</b>	<b>R\$ 1,50</b>

(Art. 997, III, CC/2002) (art. 1.055, CC/2002)



**Parágrafo Único** – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (Art. 1.052, CC/2002).

**CLÁUSULA TERCEIRA** - A Administração da sociedade, será conduzida pelos seguintes sócios: **CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH**, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, economista, residente e domiciliado, nesta cidade, na Rua Aperana, 99, apto. 101, Leblon, Rio de Janeiro, CEP nº 22450-190, portador da carteira de identidade nº 377.522, expedida em 21/09/1982 pelo Ministério da Marinha, inscrito no CPF sob o nº 911.935.167-49; e **ANTONIO CARLOS MEGGIOLARO**, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, engenheiro, residente e domiciliado nesta cidade na Estrada da Gávea, 655, Apto. 1001, São Conrado, CEP 22610-001, portador da Carteira de Identidade nº 1980102010 expedida em 30/11/2017 pelo CREA-RJ, inscrito no CPF sob o nº 693.866.687-34.

DS  
Meggi

**Parágrafo primeiro** – Os administradores atuarão em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial ou extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos ao interesse social ou em assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, sem autorização da maioria dos sócios (artigos 997, VI, 1.013, 1015, 1064, CC/2002).

DS  
CR

DS  
U

**Parágrafo segundo** – Os administradores poderão separadamente assinar cheques, documentos de ordem pública, notas promissórias, letras de câmbio, contratos, sendo todos os atos ora realizados pertinentes a sociedade.

DS  
FST

DS  
P

**CLÁUSULA QUARTA** - Os sócios poderão, por maioria e a qualquer tempo, fixar uma retirada mensal, pelo exercício da administração a título de Pró-labore, respeitadas as limitações legais vigentes.

**CLÁUSULA QUINTA** – A Sociedade poderá ser resolvida com relação a um ou alguns sócios nos casos dispostos no Código Civil e neste contrato social, observados os termos desta cláusula.

**Parágrafo primeiro** – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores ou o incapaz (por meio de seu representante). Contudo, os sócios remanescentes, desde que representem a maioria do capital, poderão deliberar a liquidação das quotas do sócio falecido ou interditado, devendo nesse caso o valor de seus haveres ser apurado e liquidado nos termos do parágrafo terceiro abaixo.

**Parágrafo segundo** – Os sócios representando a maioria do capital poderão deliberar a exclusão de sócio por cometimento de atos de inegável gravidade, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil. Sem prejuízo de outras hipóteses, considera-se como ato de inegável gravidade: (i) atitudes que possam prejudicar a relação entre os sócios, quebrando a affectio societatis, ou que possam causar dano à imagem da Sociedade; (ii) atos de concorrência contra a Sociedade; (iii) falha no cumprimento das obrigações do sócio; e (iv) atos que possam prejudicar o bom desempenho dos negócios.

**Parágrafo terceiro** – Em todos os casos de resolução da Sociedade com relação a um ou alguns sócios, o valor de suas quotas deve ser liquidado com base na situação patrimonial da Sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DS  
Megg

**CLÁUSULA SEXTA** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos sócios na forma do artigo 1.057, *caput*, do Código Civil, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. Entre os sócios, as quotas são livremente transferíveis. (Art.1.056, art.1.057, CC/2002).

DS  
CR

DS  
U

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Os Lucros serão distribuídos de forma desproporcional conforme deliberação, em reunião de sócios. Os prejuízos serão mantidos em conta própria para compensação com lucros futuros.

DS  
FST

**Parágrafo Único** - Poderão ser levantados Balanços Trimestrais ou Semestrais para distribuição de lucros, nas proporções aos sócios, dependendo da deliberação dos sócios administradores. (Art. 1.065, C/C 2002).

DS  
P

**CLÁUSULA OITAVA** – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso. (Arts. 1.071 e 1.072, parágrafo 2º e art. 1.078, CC/2002).

**CLÁUSULA NONA** - Os administradores declaram, sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (Art. 1.011, parágrafo 1º., CC/2002).



**CLÁUSULA DÉCIMA** - A Sociedade poderá constituir seus procuradores para prática de atos que devam, contudo, serem especificados no instrumento do mandato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Fica eleito o foro da comarca desta cidade do Rio de Janeiro-RJ para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.


E, estando os sócios justos e contratados, assinam o presente instrumento de consolidação de Contrato Social, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas para os efeitos legais.


**Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024.**

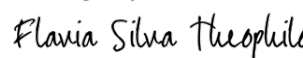
DocuSigned by:  
  
CESAR A. BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH

DocuSigned by:  
  
ANTONIO CARLOS MEGGIOLARO


DocuSigned by:  
  
ESPÓLIO DE PEDRO AUGUSTO BITTENCOURT LYNCH

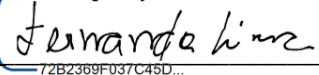
DocuSigned by:  
  
CARLOS AUGUSTO DE MOURA RESENDE

DocuSigned by:  
  
LUIS EDUARDO SOARES FRAGOZO

DocuSigned by:  
  
FLAVIA SILVA THEOPHILO

**TESTEMUNHAS:**

1.   
Nome: FLAVIA SANTANA DE SOUZA  
CPF:

2.   
Nome: Fernanda Lima  
CPF:

## **TERMO DE ANUÊNCIA**

Pelo presente instrumento, as partes:

- (i) **LUCIA BARBOSA LYNCH**, nascida em 21.01.41, filha de Francisco Fernando Barbosa e Gilda Netto dos Reis Barbosa, brasileira, viúva, profissão: do lar, inscrita no CPF sob o nº 036.500.657/20, portadora da carteira de identidade nº 400.752 expedida pelo Ministério da Marinha em 09/09/82, residente e domiciliada nesta cidade, na Estrada da Gávea, nº 681, bloco 01, aptº 1701, São Conrado - e-mail: [luciablynch@gmail.com](mailto:luciablynch@gmail.com);
- (ii) **CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH**, nascido em 03/04/64, filho de Pedro Augusto Bittencourt Lynch e Lucia Barbosa Lynch, brasileiro, profissão: empresário, casado, inscrito no CPF sob o nº 911.935.167/49, portador da carteira nacional de habilitação registro nº 00210857603 expedida pelo DETRAN/RJ em 28/06/2017, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Aperana 99, Ap. 101, Leblon, RJ, 22450-190 - e-mail: [cesarlynch@simtech.com.br](mailto:cesarlynch@simtech.com.br);
- (iii) **FERNANDA BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH**, nascida em 08/08/66, filha de Pedro Augusto de Bittencourt Lynch e Lucia Barbosa Lynch, brasileira, empresária, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 025.944.337/99, portadora da carteira de identidade nº 04.241.148-8 expedida pelo DETRAN/RJ em 08/10/2015, residente e domiciliada nesta cidade, na Avenida Niemayer 925 bloco 1 Ap. 203, São Conrado, RJ, 22450-221 - e-mail: [FernandaLynchjoias@gmail.com](mailto:FernandaLynchjoias@gmail.com); e
- (iv) **CHRISTIANA LYNCH MEGGIOLARO**, nascida em 25/09/81, filha de Pedro Augusto de Bittencourt Lynch e Lucia Barbosa Lynch, brasileira, profissão: arquiteta, estado civil: casada, inscrita no CPF sob o nº 793.316.457/91, portadora da carteira nacional de habilitação registro nº 02052479899 expedida pelo DETRAN/RJ em 17/05/2022, residente e domiciliada nesta cidade, na Estrada da Gávea 655, Ap. 1001, São Conrado, RJ, 22610-001 - e-mail: [tiana@lminteriores.com](mailto:tiana@lminteriores.com);


Na qualidade de herdeiros de **PEDRO AUGUSTO BITTENCOURT LYNCH**, nascido em 02/06/1938, filho de Pedro Borges Lynch e Lisette Bittencourt Lynch, brasileiro, militar reformado, inscrito no CPF sob o nº 039.828.237/49, portador da carteira de identidade registro nº 151271-A/R em 16/10/2018, que era residente e domiciliado nesta cidade, na Estrada da Gávea, nº 681, bloco 01, aptº 1701, São Conrado,

declaram estar de acordo com a liquidação da totalidade das quotas detidas pelo *de cujus* na **SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Praça Pio X, 55, Sala 903, CEP 20040-020, Centro, Rio de Janeiro, RJ, com contrato social arquivado e registrado na JUCERJA sob o nº 33202391156 por despacho de 18/02/1991, e inscrita no CNPJ sob nº 40.190.753/0001-21, nos termos da Cláusula Quinta do seu Contrato Social e artigo 1.028 do Código Civil, estando de acordo, ainda, com o valor de liquidação de R\$ 233.671,88 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos) atribuído às quotas conforme a 16ª alteração do contrato social da referida sociedade.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2024.

  
*Lucia Barbosa Lynch*  
**LUCIA BARBOSA LYNCH**

  
*Cesar Augusto Barbosa de Bittencourt Lynch*  
**CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH**

  
*Fernanda Barbosa de Bittencourt Lynch*  
**FERNANDA BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH**

  
*Christiana Lynch Meggiolaro*  
**CHRISTIANA LYNCH MEGGIOLARO**


  
EST 14º CARTÓRIO DO 14º OFÍCIO DE NOTAS - R. VISC. DE PIRAJÁ, 550 - SS 121 - IPANEMA  
CEP 22410-002 - TELS. (0XX21) 2239-3797 / 2239-3897 088633AG178473  
TABELIA: DRA. CONCELIANA HENRIQUE DE SOUZA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de LUCIA BARBOSA LYNCH - EERW65036-EJW, CESAR AUGUSTO BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH - EERW65037-JFW, FERNANDA BARBOSA DE BITTENCOURT LYNCH - EERW65047-JGF, CHRISTIANA LYNCH MEGGIOLARO - EERW65048-REE, e dou fé Rio de Janeiro - RJ  
12/06/2024-16:19:51. Cód.: 00744371-07  
Janaina Salgado Feltosa - ESCRIVENTE  
CGJTRJ - 94.000072477

*Janaina Salgado Feltosa*  
Escritor

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA SIMTECH REPRESENTACOES LTDA, NIRE 33.2.0239115-6, PROTOCOLO 2024/00523104-7, ARQUIVADO EM 04/07/2024, SOB O NÚMERO (S) 00006325290, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
 187.559.707-70	MATHEUS MOREIRA BISPO DOS SANTOS

04 de julho de 2024.



Gabriel Oliveira de Souza Voi  
Secretário Geral



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 40.190.753/0001-21 DUNS®: 900697129  
Razão Social: SIMTECH REPRESENTACOES LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 20/12/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	10/03/2025	Automática
FGTS	Validade:	26/12/2024	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	01/04/2025	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	10/03/2025
Receita Municipal	Validade:	17/04/2025

##### V - Qualificação Técnica

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

Emitido em: 12/12/2024 20:26

CPF: 060.XXX.XXX-19 Nome: ANGELITA TAVARES

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1

Parâmetros: CPF / CNPJ: 40.190.753/0001-21. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: OTcwNDI3NmY1MGMxMjlzOTc1YTA1MTc1ZDg0ODhkZDE3YTE5NzFIYjY0Y2l0ODI3OTVmNmU0ODMwNjVjOGUwOA==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: SIMTECH REPRESENTACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 40.190.753/0001-21

Certidão nº: 85944899/2024

Expedição: 12/12/2024, às 20:33:59

Validade: 10/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SIMTECH REPRESENTACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.190.753/0001-21**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 12/12/2024 20:37:47

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SIMTECH REPRESENTACOES LTDA**  
CNPJ: **40.190.753/0001-21**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Parâmetros: CPF / CNPJ: .866.687- . Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: M2VkyzZkNzI4MDc1OTExODU5OTFmODkwZjExMDM0NTA0ZjczMzQwMjhmNGEyYTJkOGMzMzhYVWJkOWU4NGVjNA==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ANTONIO CARLOS MEGGIOLARO

CPF: .866.687-

Certidão nº: 85945142/2024

Expedição: 12/12/2024, às 20:34:32

Validade: 10/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANTONIO CARLOS MEGGIOLARO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **.866.687-**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (12/12/2024 às 20:36) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº .866.687- .**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 675B.738C.58A0.1604 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)



INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01.14.062.0/24,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO  
DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS  
- INPE, E A EMPRESA ENTERPRISE ELECTRONICS  
CORPORATION.**

A **União**, representada pelo **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI**, por intermédio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, com sede Avenida dos Astronautas, nº 1758, Jardim da Granja, CEP 12227-010, na cidade de São José dos Campos - SP, inscrito no CNPJ sob o nº 01.263.896/0005-98, neste ato representado por seu Coordenador-Geral de Gestão Organizacional Dr. Leandro Toss Hoffmann, conforme Portaria nº 1.339, de 05/10/2023, publicada no D.O.U. de 06/10/2023 e Portaria de Subdelegação de Competência nº 1024/2023, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION**, empresa estrangeira, sediada em 128 South Industrial Blvd., Enterprise, Alabama 36330, Estados Unidos, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela empresa **SIMTECH REPRESENTAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.190.753/0001-21, por meio do seu Vice-Presidente Sr. Antonio Carlos Meggiolaro, portador do CPF nº \*\*\*.866.687-\*\*, tendo em vista o que consta no **Processo nº 01340.005305/2024-03** e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº 90161/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a aquisição das "Peças Sobressalentes" (em inglês: *Spare Parts*) EEC *Capella*-GBR Feed e EEC100-RN GRB *Demodulator*, para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), unidade do **CONTRATANTE**, em Cachoeira Paulista - SP, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EEC <i>Capella</i> - GRB Feed	UN	01	R\$ 193.095,96	R\$ 193.095,96
02	EEC 100-RN GRB <i>Demodulator</i>	UN	01	R\$ 131.359,90	R\$ 131.359,90
TOTAL:					R\$ 324.455,86

**1.3.** Os valores da tabela acima são estimativos, de forma que o pagamento devido à **CONTRATADA**, por ocasião da sua data efetiva, dependerá da variação cambial em relação à moeda estrangeira (dólar estadunidense) constante da proposta da **CONTRATADA**.

**1.4.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1.** O Termo de Referência;
- 1.4.2.** A Autorização de Contratação Direta;
- 1.4.3.** A Proposta da **CONTRATADA**; e
- 1.4.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 170 (cento e setenta) dias contados

a partir da data da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.1.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de Termo Aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

**5.1.** O valor total da contratação é de USD 53.433,00 (cinquenta e três mil quatrocentos e trinta e três dólares estadunidenses).

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1.** O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** São obrigações do **CONTRATANTE**:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o Contrato e seus anexos;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

**8.1.5.** Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.1.6.** Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.7.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

**8.1.8.** Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**8.1.8.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.1.9.** Responder a eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

**8.1.10.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**9.1.2.** Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.1.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2)** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- 4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.1.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do Contrato;

**9.1.8.** Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

**9.1.9.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**9.1.10.** Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

**9.1.11.** Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

**9.1.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

**9.1.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

**9.1.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.1.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal,

estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**i. Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**ii. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave);

**iv. Multa:**

- 1. Moratória** de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);
- 2. Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato;
- 3. Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato;
- 4.** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato;
- 5.** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% (dez por cento), aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 6.** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 10% (dez por cento), aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

**11.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**11.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de

2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.6.** Na aplicação das sanções, serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**11.8.** A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**11.9.** O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**11.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**11.11.** Os débitos da **CONTRATADA** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros Contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora **CONTRATANTE**, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

**12.2.1.** Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a)** ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b)** poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**12.3.** O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.3.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

**12.3.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado Termo Aditivo para alteração subjetiva.

**12.4.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido por:



**12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.4.3.** Indenizações e multas.

**12.5.** A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**12.6.** O Contrato poderá ser extinto:

**12.6.1.** caso se constate que a **CONTRATADA** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**12.6.2.** caso se constate que a pessoa jurídica **CONTRATADA** possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão **CONTRATANTE**.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: CGIP/CORCR

Fonte de Recursos: 1000

Programa de Trabalho: 233441

Elemento de Despesa: 339030

Plano Interno: 956435-PO01

Nota de Empenho: 2024NE000661

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos Contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2.** A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**15.4.** Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO**

**17.1.** Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de São José dos Campos/SP – Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São José dos Campos, data e hora da assinatura eletrônica.

Pelo **CONTRATANTE:**

Hoffmann

**Gestão Organizacional**

**(assinado eletronicamente)**

Leandro Toss

**Coordenador-Geral de**

Pela **CONTRATADA:**

**(assinado eletronicamente)**

Antonio Carlos Meggiolaro

**Vice-Presidente**

**TESTEMUNHAS:**

**(assinado eletronicamente)**  
**eletronicamente)**

Nome: Angelita Tavares

CPF: \*\*\*.025.768.\*\*

**(assinado**

Nome: Ruth de Cássia Dias

CPF: \*\*\*.564.698-\*\*



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Meggiolaro (E), Usuário Externo**, em 17/12/2024, às 09:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raul Ferreira da Silva Junior, Coordenador-Geral de Gestão Organizacional substituto**, em 27/01/2025, às 08:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ruth de Cassia Dias (E), Usuário Externo**, em 27/01/2025, às 08:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelita Tavares, Chefe do Setor de Acompanhamento de Processos**, em 28/01/2025, às 08:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12496369** e o código CRC **223E7799**.

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI nº 12496369

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**  
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Pesquisas Aplicadas  
Coordenação de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites

Memorando nº 18784/2024/INPE

São José dos Campos, 19 de dezembro de 2024

Ao Senhor **Gentil de Moura da Silva** - Chefe do Serviço de Controle de Orçamento e Finanças - SECOF

Assunto: **Solicitação de inclusão de valores para Restos a Pagar - NE 2024NE000661**

Solicito que o saldo da NE 2024NE000661 (12452072), no valor de R\$ 324.455,86 (trezentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), referente a aquisição de **PEÇAS SOBRESSALENTES (SPARE PARTS) EEC-CAPELLA-GBR FEED E EEC100-RN GRB DEMODULATOR PARA SEREM EMPREGADAS AO SISTEMA ATUANTE DA ESTAÇÃO TERRENA GOES-R, LOCALIZADA NO PRÉDIO DO CENTRO DE PREVISÃO DO TEMPO E ESTUDOS CLIMÁTICOS (CPTEC), UNIDADE DE CACHOEIRA PAULISTA/SP**, fique como **Restos a Pagar**.

Valor Total R\$ 324.455,86, Natureza da Despesa 33.90.30 - Custeio - Aquisição de peças sobressalentes do sistema de recepção de dados do satélite GOES-16.

Atenciosamente,

*Assinado eletronicamente*  
Yasuo Kono  
Técnico M-III  
SIAPE 1154643



Documento assinado eletronicamente por **Yasuo Kono, Técnico**, em 19/12/2024, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12513720** e o código CRC **681E6D04**.

---

## **Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12513720

Memorando nº 18998/2024/INPE

São José dos Campos, 23 de dezembro de 2024

Ao Senhor José Aristeu de Souza Ruas - Chefe do Serviço de Compras, Recebimento e Importação - SECRI

Assunto: **Designação de Equipe de Planejamento de contratação**

Encaminho o processo para as providências de formalização da Equipe de Planejamento da Contratação, em conformidade com o art. 22 da Instrução Normava SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, que ficará responsável pela elaboração dos documentos para o Processo de Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do art. 74, Inciso I da Lei nº 14.133/2021, referente **aquisição das “Peças Sobressalentes” (em inglês: Spare Parts): EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), unidade do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em Cachoeira Paulista/SP**, para atender as necessidades da Coordenação de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

Informo os servidores que irão compor a Equipe de Planejamento da Contratação abaixo relacionados:

- a) Edna Passos Pereira - SIAPE 1489538;
- b) Yasuo Kono - SIAPE 1154643;
- c) **Servidor a ser indicado pelo SECRI.**

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

Yasuo Kono  
Técnico  
SIAPE 1154643



Documento assinado eletronicamente por **Yasuo Kono, Técnico**, em 23/12/2024, às 12:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12519035** e o código CRC **6D3F0452**.

---

## **Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12519035

# **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
Coordenação-Geral de Gestão Organizacional  
Coordenação de Administração  
Serviço de Compras, Recebimento e Importação

Memorando nº 19008/2024/INPE

São José dos Campos, 23 de dezembro de 2024

Ao Senhor

Fábio França Santos - SEAND

Assunto: **Equipe de Planejamento**

Trata-se do processo 01340.005305/2024 que tem por objeto a aquisição das “Peças Sobressalentes” (em inglês: Spare Parts): EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), unidade do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em Cachoeira Paulista/SP.

Diante disso, solicito que seja elaborado portaria para compor equipe de Planejamento de Contratação, com os nomes dos servidores informados pela área requisitante, em complemento indico a servidora Mary Cleide Hernandez Mantovaneli, estando ciente e de acordo com o que preceitua o art. 22 § 2º da IN 05/2017.

## **Membro da equipe de planejamento**

- Edna Passos Pereira - **Siape:** 1489538;
- Yasuo Kono - **Siape:** 1154643

## **Membro da equipe de Licitação**

- Mary Cleide Hernandez Mantovaneli - **Siape:** 1365344

Atenciosamente,

José Aristeu de Souza Ruas  
Chefe de Serviço de Compras, Recebimento e Importação  
Siape: 664036

De acordo,

Raul Ferreira da Silva Junior  
Coordenador de Administração  
Siape: 2796948



Documento assinado eletronicamente por **José Aristeu de Souza Ruas, Chefe do Serviço de Compras, Recebimento e Importação**, em 23/12/2024, às 13:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raul Ferreira da Silva Junior, Ordenador de Despesas**, em 23/12/2024, às 16:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12519287** e o código CRC **FAD5B556**.

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12519287





## INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

### ANÁLISE DE RISCOS

#### INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Análise de Riscos irá descrever e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, **ela permeará todo processo de Contratação.**

#### 1 - RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

<b>Risco 01:</b>	Não aprovação dos artefatos do Planejamento da Contratação.	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa.	
<b>ID</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto.	Atraso no processo de contratação.
<b>ID</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Reuniões e troca de correspondências eletrônicas com autoridades responsáveis para que possa se estabelecer um perfeito alinhamento e plena aprovação dos artefatos do processo.	Equipe CORCR.
<b>ID</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Reuniões extraordinárias para realização dos ajustes necessários para encaminhamento do processo.	Equipe CORCR.

<b>Risco 02:</b>	Morosidade na execução do processo.	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa.	
<b>ID</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Médio.	Encerramento do prazo limite para a contratação no corrente

		ano fiscal.
<b>ID</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Reuniões e controle do cronograma por todas as áreas envolvidas.	Equipe CORCR.
<b>ID</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Alocação de recursos humanos trabalhando de forma intensiva, impondo dedicação em se cumprir o planejamento inicialmente estabelecido.	Equipe CORCR.

<b>Risco 03:</b>	Falta de fornecedores.	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa.	
<b>ID</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto.	Indisponibilidade da empresa contratada de fornecer os objetos a serem adquiridos.
<b>ID</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Reuniões e conversas constantes com a empresa a ser contratada, por meio da intermediação de sua representante legal no território brasileiro, uma vez que, trata-se de um fornecimento exclusivo de material.	Equipe CORCR.
<b>ID</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Reuniões extraordinárias com a presença dos devidos representantes legais, permitindo com que a celeridade do processo possa ser mantida	Equipe CORCR.

<b>Risco 04:</b>	Ausência de recursos orçamentários ou financeiros.	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa.	
<b>ID</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>

1.	Alto.	Não execução da contratação e consequente não fornecimento dos objetos desejados.
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Diálogo prévio e gestão com as áreas responsáveis com vistas a provimento dos recursos necessários a contratação, bem como a reserva dos devidos recursos financeiros.	Equipe CORCR.
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Prover meios para viabilização da aquisição.	Equipe CORCR.

<b>Risco 05:</b>	Valores licitados superiores aos estimados para a solução.	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa.	
ID	Dano	Impacto
1.	Médio.	Comprometimento da economicidade da contratação.
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Solicitar junto ao fornecedor dos objetos, o envio de uma Proforma Invoice oficial, conjuntamente com devidos atestados técnicos e comprovantes de venda/não venda anteriores de objetos similares que fundamentam a presente contratação, de modo que, os custos totais possam ser corretamente estimados.	Equipe CORCR.
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Atuar de forma incisiva com a empresa a ser contratada, por meio de sua representante legal no Brasil, permitindo com que todos os documentos necessários sejam corretamente fornecidos e o valor total possa ser	Equipe CORCR.

## 2 - RISCOS DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

<b>Risco 01:</b>	Incapacidade de execução do contrato.	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa.	
<b>ID</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto.	Atraso/Não entrega dos objetos a serem adquiridos.
<b>ID</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Acompanhamento e verificação de qualidade/Estabelecimento de níveis de serviço com critérios objetivos de avaliação.	Equipe CORCR.
<b>ID</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Aplicação das sanções cabíveis e previstas no Termo de Referência (T.R.) em caso de não atendimento do que se foi inicialmente contratado.	Equipe CORCR.

<b>Risco 02:</b>	Segurança das informações.	
<b>Probabilidade:</b>	Alta.	
<b>ID</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto.	Comprometimento da confidencialidade de informações sensíveis/Divulgação de informações restritas e protegidas.
<b>ID</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Definir camadas de segurança e políticas efetivas no edital para o controle apropriado da segurança.	Equipe CORCR.
<b>ID</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Aplicação das sanções previstas no Termo de Referência (T.R.).	Equipe CORCR.

<b>Risco 03:</b>	Interrupção no fornecimento dos objetos.	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa.	
<b>ID</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto.	Paralisação na prestação no que depende da disponibilidade da empresa contratada.
<b>ID</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Acompanhar e fiscalizar constantemente os níveis executados.	Equipe CORCR.
<b>ID</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Aplicação das sanções previstas no Termo de Referência (T.R.).	Equipe CORCR.

<b>Risco 04:</b>	Baixa qualidade dos objetos fornecidos.	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa.	
<b>ID</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto.	Paralisação na prestação de serviços do INPE/CORCR que dependem de uma boa qualidade dos objetos a serem adquiridos.
<b>ID</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Acompanhar e fiscalizar constantemente os níveis executados.	Equipe CORCR.
<b>ID</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Aplicação das sanções previstas no Termo de Referência (T.R.).	Equipe CORCR.

<b>Risco 05:</b>	Solução não operante.	
<b>Probabilidade:</b>	Média.	

ID	Dano	Impacto
1.	Alto.	Paralisação na prestação de serviços que são providos pelo INPE/CORCR por não implantação da solução.
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Definir coerentemente um cronograma de implantação da solução/Acompanhar e fiscalizar constantemente o cronograma de execução.	Equipe CORCR.
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicação das sanções previstas no Termo de Referência (T.R.).	Equipe CORCR.

### 3 - RISCOS NO PROCESSO DE IMPORTAÇÃO

<b>Risco 01:</b>	Incapacidade de execução do contrato de importação.	
<b>Probabilidade:</b>	Média.	
ID	Dano	Impacto
1.	Alto.	Atraso/Não entrega dos objetos a serem adquiridos.
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Acompanhamento e verificação de execução dos serviços de importação.	Equipe CORCR.
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Acionamento da área de importação do INPE, setor de Compras, Recebimento e Importação (SECRI) e outras áreas pertinentes.	Equipe CORCR.

<b>Risco 02:</b>	Atraso na execução do serviço de importação.	
<b>Probabilidade:</b>	Alta.	

ID	Dano	Impacto
1.	Alto.	Atraso/Não entrega dos objetos a serem adquiridos.
ID	Ação Preventiva	Responsável
1.	Acompanhamento e verificação de execução dos serviços de importação.	Equipe CORCR.
ID	Ação de Contingência	Responsável
1.	Acionamento do setor de importação do INPE.	Equipe CORCR.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Integrante Técnico	Integrante Requisitante	Integrante Administrativo
<b>Edna Passos Pereira</b> <b>SIAPE: 1489538</b> <b>Técnico - Coordenação de Rastreio Controle e Recepção de Satélites</b> (Assinatura Eletrônica na Seção de Assinaturas)	<b>Yasuo Kono</b> <b>SIAPE: 1154643</b> <b>Técnico - Coordenação de Rastreio Controle e Recepção de Satélites</b> (Assinatura Eletrônica na Seção de Assinaturas)	<b>Mary Cleide Hernandes Mantovaneli</b> <b>SIAPE: 1365344</b> <b>Analista em C&amp;T - Serviço de Compras, Recebimento e Importação</b> (Assinatura Eletrônica na Seção de Assinaturas)
São José dos Campos, 23 de dezembro de 2024.		



Documento assinado eletronicamente por **Yasuo Kono, Técnico**, em 23/12/2024, às 15:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edna Passos Pereira, Técnico**, em 23/12/2024, às 16:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mary Cleide Hernandes Mantovaneli, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 24/12/2024, às 09:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12519472** e o código CRC **CA81F3F9**.

## AVISO

Para ser considerada válida, esta Análise de Riscos deverá conter as assinaturas eletrônicas dos servidores indicados, nos termos da Instrução Normativa nº 04, de 11 de setembro de 2014, como **Integrante Técnico**, **Integrante Requisitante** e **Integrante Administrativo** da Equipe de Planejamento da Contratação.

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI nº 12519472



# INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
Coordenação-Geral de Gestão Organizacional  
Coordenação de Administração  
Serviço de Compras, Recebimento e Importação  
Grupo de Instrução Processual

## DESPACHO

A Instrução Normativa nº 5 de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autarquia e fundacional, determina em seu o artigo 21, alínea d:

*d) a indicação do servidor ou servidores para compor a equipe que irá elaborar os Estudos preliminares e o Gerenciamento de Risco e, se necessário, daquele a quem será confiada a fiscalização dos serviços, o qual poderá participar de todas as etapas do planejamento da contratação, observado o disposto no § 1º do art. 22.*

*§ 1º A equipe de Planejamento da Contratação é o conjunto de servidores, que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.*

*§ 2º Os integrantes da equipe de Planejamento da Contratação devem ter ciência expressa da indicação das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.*

Diante disso, a COADM/SECRI indica os servidores relacionados para comporem a Equipe de Planejamento da Contratação, que fará parte do processo n.º 01340.005305/2024-03, cujo objeto é a aquisição das “Peças Sobressalentes” (em inglês: Spare Parts): EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), unidade do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em Cachoeira Paulista/SP.

De acordo,

I - Edna Passos Pereira - **Siape: 1489538;**

II - Yasuo Kono - **Siape: 1154643;**

V - Mary Cleide Hernandez Mantovaneli - **Siape: 1365344.**

São José dos Campos, 23 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Edna Passos Pereira, Técnico**, em 07/01/2025, às 15:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yasuo Kono, Técnico**, em 13/01/2025, às 10:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mary Cleide Hernandez Mantovaneli, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 16/01/2025, às 14:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12520509** e o código CRC **D008FA63**.



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

COORDENAÇÃO DE ASSESSORAMENTO NORMATIVO E DOCUMENTAL

SERVIÇO DE ATOS NORMATIVOS E GESTÃO DOCUMENTAL

#### PORTARIA Nº 1481/2025/SEI-INPE

Dispõe sobre Equipe de Planejamento da Contratação.

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto na Portaria/MCT nº 407, de 29 de junho de 2006, e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 21 e art. 22, da Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º Designar os servidores a seguir como membros da Equipe de Planejamento responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, do Mapa de Riscos, Termo de Referência e do Documento de Formalização de Demanda relativo à aquisição das “Peças Sobressalentes” (em inglês: Spare Parts): EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do CPTEC (Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos), unidade do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em Cachoeira Paulista/SP, conforme Processo SEI nº 01340.005305/2024-03:

I - EDNA PASSOS PEREIRA, SIAPE: 1489538;

II - YASUO KONO, SIAPE: 1154643;

III - MARY CLEIDE HERNANDES MANTOVANELI - SIAPE: 1365344.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de assinatura.

*(Assinado Eletronicamente)*

*Clezio Marcos De Nardin*

*Diretor*

*SIAPE: 1466125*



Documento assinado eletronicamente por **Clezio Marcos De Nardin**, **Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 23/01/2025, às 17:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



**12561172** e o código CRC **F703DA26**.

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI nº 12561172



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 40.190.753/0001-21 DUNS®: 900697129  
Razão Social: SIMTECH REPRESENTACOES LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 22/12/2025  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	10/03/2025	Automática
FGTS	Validade:	02/02/2025	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	01/04/2025	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	10/03/2025
Receita Municipal	Validade:	17/04/2025

##### V - Qualificação Técnica

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

Emitido em: 27/01/2025 08:38

CPF: 411.XXX.XXX-56 Nome: RUTH DE CASSIA DIAS

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1

Parâmetros: CPF / CNPJ: 40.190.753/0001-21. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: Y2VhMTEzNDIyMzY0N2VjM2RmZjk0ZGMwOWNhOWIzNGQ4YzZiMDkwYzM2MTU5ZWl5M2QyMWQ3MWWlOTkxZjNlMg==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

Parâmetros: CPF / CNPJ: 693.866.687-34. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: NThmZjZmOWQwY2VhMDBlYTZyZzhOTk1NTQ3OWI4NWQ3YzVkM2lwNDQ2ZWQ1MjYxYjlyMTIxYjMzZDRiMTBiOQ==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios



EXTRATO PRÉVIO Nº 9951/2025

A Coordenação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que encontra-se em análise o processo a seguir discriminado:  
Processo: 01250.014837/2019-75  
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.  
CQB: 003/96  
Assunto: Relatório anual de 2023  
Ementa: O presidente da ClBio da Monsanto do Brasil Ltda. encaminha para a avaliação da CTNBio o relatório anual referente ao ano de 2023. O processo será examinado de acordo com as normas da CTNBio e um parecer será emitido.  
A CTNBio informa que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pela NOTA TÉCNICA Nº 103/2024/SEI-CTNBio - Membros, o Presidente da CTNBio deferiu o sigilo para as informações contidas no volume confidencial, processo: 01245.008321/2023-47.  
A CTNBio esclarece que este extrato prévio não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. Informações complementares poderão ser solicitadas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - FALA.BR, no site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: <https://www.gov.br/acessoinformacao/pt-br>

RUBENS JOSÉ DO NASCIMENTO  
Coordenador da Comissão

EXTRATO PRÉVIO Nº 9952/2025

A Coordenação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do inciso XVI do artigo 22 da Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que se encontra em análise o processo a seguir discriminado:  
Processo: 01245.000248/2025-27  
Requerente: Universidade Federal do ABC - UFABC  
CQB: 304/10  
Assunto: Solicitação de parecer para execução de atividade de pesquisa com Organismo Geneticamente Modificado - OGM da classe de risco 2.  
Ementa: A Comissão Interna de Biossegurança da Universidade Federal do ABC - UFABC solicita parecer técnico da CTNBio para execução de projeto de pesquisa com Organismo Geneticamente Modificado, denominado "Imunoterapia de nova geração - Direcionamento de linfócitos contendo receptores químicos para o combate ao câncer e bloqueio do checkpoint imunológico: eficácia terapêutica e estudos moleculares de mecanismos de exaustão de linfócitos", a ser desenvolvido nas instalações da instituição. O processo será examinado de acordo com as normas da CTNBio e um parecer será emitido.  
A CTNBio esclarece que este extrato prévio não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.  
A CTNBio informa que o público terá trinta dias para se manifestar sobre o presente pleito, a partir da data de sua publicação. Informações complementares poderão ser solicitadas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC ou pelo sistema FALABR, pelo sítio eletrônico <https://esic.cgu.gov.br/>.

RUBENS JOSÉ DO NASCIMENTO  
Coordenador da Comissão

EXTRATO PRÉVIO Nº 9953/2025

A Coordenação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do inciso XVI do artigo 22 da Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que se encontra em análise o processo a seguir discriminado:  
Processo: 01245.000354/2025-19  
Requerente: Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM  
CQB: 113/99  
Assunto: Solicitação de parecer extensão de Certificado de Qualidade de Biossegurança - CQB da instituição para inclusão de áreas com nível de biossegurança NB1.  
Ementa: A Comissão Interna de Biossegurança do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM solicita parecer para extensão de Certificado de Qualidade de Biossegurança da instituição para inclusão das áreas do Laboratório Nacional de Biorrenováveis-LNBR para execução das atividades de pesquisa em regime de contenção e ensino com organismos geneticamente modificados (OGM), com Nível de Biossegurança 1. O processo será examinado de acordo com as normas da CTNBio e um parecer será emitido.  
A CTNBio esclarece que este extrato prévio não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.  
A CTNBio informa que o público terá trinta dias para se manifestar sobre o presente pleito, a partir da data de sua publicação. Informações complementares poderão ser solicitadas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC ou pelo sistema FALABR, pelo sítio eletrônico <https://esic.cgu.gov.br/>.

RUBENS JOSÉ DO NASCIMENTO  
Coordenador da Comissão

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 620/2024 - UASG 240106

Nº Processo: 01340.005305/2024-03.  
Dispensa Nº 291/2024. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE PESQ. ESPACIAIS-INPE.  
Contratada: EX3613500 - ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION. Objeto: Aquisição das "Peças Sobressalentes" (em inglês: Spare Parts) EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulador, para serem empregadas ao sistema atuante da Estação Terrena GOES-R, localizada no prédio do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), Unidade do CONTRATANTE, em Cachoeira Paulista - SP, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (R.D. Nº 01.14.062.0/24).  
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: IV - Alínea: C. Vigência: 27/01/2025 a 16/07/2025. Valor Total: R\$ 324.455,86. Data de Assinatura: 27/01/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 28/01/2025).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2025 - UASG 240106

Nº Processo: 01340.006895/2024-83.  
Pregão Nº 90190/2024. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE PESQ. ESPACIAIS-INPE.  
Contratada: 74.224.643/0001-55 - C.B.T.I. - COURIER BRASIL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA. Objeto: Contratação de serviços nas áreas de Comércio Exterior e Logística para fins de importação, exportação e movimentação de materiais e equipamentos novos ou usados, em todo o território nacional, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (R.D. Nº 01.06.002.0/25).  
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 28 - Inciso: I. Vigência: 16/01/2025 a 16/01/2026. Valor Total: R\$ 1.585.200,00. Data de Assinatura: 16/01/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 28/01/2025).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2025 - UASG 240106

Nº Processo: 01340.010348/2024-01.  
Inexigibilidade Nº 79/2025. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE PESQ. ESPACIAIS-INPE.  
Contratada: 14.995.581/0001-53 - ÁGUAS CUIABÁ S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO. Objeto: Dar continuidade ao Contrato por prazo indeterminado com a empresa Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, para o abastecimento de água potável, para a Coordenação Espacial do Centro-Oeste (COECO), unidade do INPE em Cuiabá/MT, em atendimento ao art. 5º, da Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de abril de 2023, não havendo alteração dos dados do Contrato original (R.D. Nº 01.06.004.0/25).  
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 74 - Inciso: CAPUT. Vigência: 21/01/2025 a . Valor Total: R\$ 36.849,72. Data de Assinatura: 16/01/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 28/01/2025).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2025 - UASG 240106

Nº Processo: 01340.001716/2024-11.  
Dispensa Nº 296/2024. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE PESQ. ESPACIAIS-INPE.  
Contratada: EX3613387 - KEO SCIENTIFIC LTD. Objeto: Aquisição de 02 (dois) sistemas riômetros multicanal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (R.D. Nº 01.14.001.0/25).  
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: IV - Alínea: C. Vigência: 16/01/2025 a 15/07/2025. Valor Total: R\$ 214.689,04. Data de Assinatura: 16/01/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 28/01/2025).

OBSERVATÓRIO NACIONAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2025 - UASG 240126

Número do Contrato: 1/2024.  
Nº Processo: 01210.000284/2022-45.  
Pregão. Nº 284/2023. Contratante: OBSERVATORIO NACIONAL. Contratado: 36.338.387/0001-38 - PKP COMERCIO E SERVICOS LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do contrato nº 01/2024, por 12 (doze) meses,contemplando-se, nesta ocasião, o período de 07/02/2025 e encerramento em 06/02/2026 , nos termos do art. 57, da lei n.º 8.666, de 1993.  
reajustar o valor do contrato nº 01/2024, aplicando o acumulado do índice de preçosao consumidor amplo (ipca) dos últimos 12 (doze) meses (janeiro a dezembro/2024)percentual de 4,83%, conforme doc. Sei nº ( 12551864 ) sobre o valor total de r\$ 608.716,39(seiscentos e oito mil setecentos e dezesseis reais e trinta e nove centavos), resultando em umvalor total de r\$ 638.117,39 (seiscentos e trinta e oito mil cento e dezessete reais e novecentavos).. Vigência: 08/02/2025 a 07/02/2026. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 638.477,36. Data de Assinatura: 16/01/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 16/01/2025).

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 2/2025 - UASG 113201

Número do Contrato: 31/2023.  
Nº Processo: 01341.004942/2022-82.  
Contratante: COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. Contratado: 00.482.840/0001-38 - LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA. Objeto: Repactuação do contrato originário nº 31/2023, referente aos serviços contínuos de condução de veículos da frota oficial do distrito de caetitê (dicae), conforme o previsto na sua cláusula sexta e elaborado nos termos da convenção coletiva de trabalho 2025 e documento fap.. Vigência: 02/10/2023 a 02/10/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 118.145,64. Data de Assinatura: 27/01/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 27/01/2025).

DIRETORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2025 - UASG 113205

Nº Processo: 01344.001182/2024-93.  
Dispensa Nº 91531/2024. Contratante: COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-CDTN.  
Contratado: 23.540.547/0001-85 - LAVANDERIA TIRADENTES LTDA. Objeto: Prestação de serviços de lavanderia para atender a demanda da CNEN/CDTN.  
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: II. Vigência: 23/01/2025 a 23/01/2030. Valor Total: R\$ 126.999,60. Data de Assinatura: 23/01/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 28/01/2025).

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA CIENTÍFICA

RESULTADOS DE JULGAMENTOS  
CHAMADAS PÚBLICAS

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público, conforme Portaria CNPq Nº 1.299, de 08 de fevereiro de 2024, o resultado da Chamada Pública Universal 2021 - Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes (Prorrogação). As propostas aprovadas encontram-se no link: <http://resultado.cnpq.br/9131142189012039>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público, conforme Portaria CNPq Nº 1.299, de 08 de fevereiro de 2024, o resultado da Chamada Pública Universal 2021 - Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados (Prorrogação). As propostas aprovadas encontram-se no link: <http://resultado.cnpq.br/6213340499679573>

Em 28 de janeiro de 2025.  
OLIVAL FREIRE JUNIOR  
Diretor Científico - DCTI

DIRETORIA DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL,  
INTERNACIONAL E INOVAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO  
CHAMADA PÚBLICA

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público, conforme a Portaria CNPq Nº 1.299, de 8 de fevereiro de 2024, o resultado da Chamada APOIO A PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DE INOVAÇÃO - (Mudança de Titularidade).  
As propostas aprovadas encontram-se no link: <http://resultado.cnpq.br/4621869026370932>.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2025.  
DALILA ANDRADE OLIVEIRA  
Diretor(a) de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação - DCOI

RESULTADO DE JULGAMENTO  
CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2021

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público, conforme a Portaria CNPq Nº 1.299, de 8 de fevereiro de 2024, o resultado da Chamada CNPq nº 02/2021 - Bolsa de Doutorado - Ciclo 2021 - (Mudança de Titularidade). As propostas aprovadas encontram-se no link: <http://resultado.cnpq.br/4755404048330173>.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2025.  
DALILA ANDRADE OLIVEIRA  
Diretor(a) de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação - DCOI





**Data de Envio:**

29/01/2025 08:57:11

**De:**

INPE/Setor de Acompanhamento de Processos <seapr@inpe.br>

**Para:**

comercial@simtech.com.br  
bruno.cunha@simtech.com.br  
yasuo.kono@inpe.br  
ruth.dias@inpe.br  
angelita.tavares@inpe.br  
ana.azevedo@inpe.br

**Assunto:**

Contrato Publicado - INPE

**Mensagem:**

Prezados,

Encaminhamos, para conhecimento, acompanhamento e controle dessa empresa, uma via do Termo de Contrato de Aquisição, oriundo do Processo 01340.005305/2024-03, cujo objeto é a aquisição das Peças Sobressalentes (em inglês: Spare Parts) EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator, para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), unidade do CONTRATANTE, em Cachoeira Paulista SP, registrado neste SEAPR sob o R.D. Nº 01.14.062.0/24.

Na oportunidade, segue cópia da publicação do extrato do Instrumento no Diário Oficial da União, edição de 29/01/2025, Nº 20, Seção 3, Página 06.

Solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento deste e-mail.

A partir de agora, todas as tratativas relativas à execução contratual devem ser realizadas diretamente com a área requisitante, neste ato representada pela pessoa do Sr. Yasuo Kono, que nos lê em cópia.

Atenciosamente

Setor de Acompanhamento de Processos - SEAPR

**Anexos:**

Termo\_12236440\_22\_Termo\_de\_Referencia\_107.pdf  
Publicacao\_12583776\_Diario\_Oficial\_\_\_ENTERPRISE.pdf  
Contrato\_12496369.html

São José dos Campos, 29 de janeiro de 2025.

Ao Senhor Chefe do SEGCC

Assunto: **Acompanhamento de Contrato**

1. Encaminhamos, para conhecimento e acompanhamento, cópia do seguinte instrumento:

- Contrato de Compra firmado entre o INPE e a empresa **ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION**, registrado neste SEAPR sob o **R.D. Nº 01.14.062.0/24**, que tem como objeto a aquisição das “Peças Sobressalentes” (em inglês: *Spare Parts*) EEC *Capella*-GBR *Feed* e EEC100-RN GRB *Demodulator*, para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), em Cachoeira Paulista – SP.

2. O extrato do instrumento contratual foi publicado na edição do D.O.U. de 29/01/2025, Nº 20, Seção 3, Página 06, conforme doc. SEI nº 12583776.

Atenciosamente

**(assinado eletronicamente)**

Angelita Tavares – SIAPE 0664166

Setor de Acompanhamento de Processos – SEAPR



Documento assinado eletronicamente por **Angelita Tavares, Chefe do Setor de Acompanhamento de Processos**, em 29/01/2025, às 09:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12583943** e o código CRC **A8135868**.

São José dos Campos, 29 de janeiro de 2025.

Ao Senhor Chefe do SECOF

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

1. Trata-se do **Processo Nº 01340.005305/2024-03**, que deu origem à contratação da empresa **ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION**, cujo objeto é a aquisição das “Peças Sobressalentes” (em inglês: *Spare Parts*) EEC *Capella-GBR Feed* e EEC100-RN GRB *Demodulator*, para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), em Cachoeira Paulista – SP, registrado neste SEAPR sob o **R.D. Nº 01.14.062.0/24**, que ora encaminhamos para controle e providências que o SECOF julgar necessárias.
2. O extrato do instrumento contratual foi publicado na edição do D.O.U. de 29/01/2025, Nº 20, Seção 3, Página 06, conforme doc. SEI nº 12583776.

Atenciosamente

**(assinado eletronicamente)**

Angelita Tavares – SIAPE 0664166

Setor de Acompanhamento de Processos – SEAPR



Documento assinado eletronicamente por **Angelita Tavares, Chefe do Setor de Acompanhamento de Processos**, em 29/01/2025, às 09:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12583980** e o código CRC **F60BF793**.

\_\_\_ SIAFI2025-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL) \_\_\_\_\_  
29/01/25 11:37 NS USUARIO : CAROLINE  
DATA EMISSAO : 29Jan25 VALORIZACAO : 29Jan25 NUMERO : 2025NS000307  
UG/GESTAO EMITENTE: 240106 / 00001 - INSTITUTO NACIONAL DE PESQ. ESPACIAIS-INP  
FAVORECIDO : EX3613500 - ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
TITULO DE CREDITO : 2025RC000019 DATA VENCIMENTO : 16Jul25

OBSERVACAO

Registro do valor do Extrato de Contrato n° 620/2024, publicado no Diário Oficial da União em 29/01/2025 (SEI 12583776), aquisição de peças sobressalentes (spare parts) EEC Capella-GBR Feed e EEC100-RN GRB Demodulator, para serem empregadas no sistema atuante da Estação Terrena GOES-R, localizada no prédio do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), em Cachoeira Paulista /SP, Contrato RD n° 01.14.062.0/2024 (SEI 12496369)

CONTINUA...

LANCADO POR : 14747544810 - CAROLINE  
PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

29Jan25 11:20

\_\_\_ SIAFI2025-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL) \_\_\_\_\_  
29/01/25 11:37 NS USUARIO : CAROLINE  
DATA EMISSAO : 29Jan25 VALORIZACAO : 29Jan25 NUMERO : 2025NS000307  
UG/GESTAO EMITENTE: 240106 / 00001 - INSTITUTO NACIONAL DE PESQ. ESPACIAIS-INP  
FAVORECIDO : EX3613500 - ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION  
TITULO DE CREDITO : 2025RC000019 DATA VENCIMENTO : 16Jul25

L	EVENTO	INSCRICAO	CLAS.CONT	CLAS.ORC	V A L O R
01	541404 EX3613500		812310401		324.455,86

LANCADO POR : 14747544810 - CAROLINE 29Jan25 11:20  
PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF5=EVENTO/CONTA PF12=RETORNA



## **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

### **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

COORDENAÇÃO DE ASSESSORAMENTO NORMATIVO E DOCUMENTAL

SERVIÇO DE ATOS NORMATIVOS E GESTÃO DOCUMENTAL

#### **PORTARIA Nº 1308/2024/SEI-INPE**

Dispõe sobre a Gestão e Fiscalização de Contratos no INPE.

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto na Portaria/MCT nº 407, de 29 de junho de 2006, e tendo em vista o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, considerando ainda o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, na Portaria MCTI nº 7.184, de 27 de junho de 2023 e no Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, e alterações, resolve:

Art. 1º Estabelecer, subsidiariamente às disposições contidas no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, critérios e procedimentos a serem adotados para a gestão e fiscalização de contratos no INPE que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente a área de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

#### **Seção I Disposições Gerais**

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - área de contratos - unidade organizacional responsável por estabelecer procedimentos padronizados, orientar as atividades relacionadas à gestão e fiscalização de contratos, verificar e atestar a correta instrução processual dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à extinção dos contratos, entre outros, além de analisar pedidos de repactuação e reajustes, realizar a instrução processual para a apuração de faltas contratuais e aplicação de sanções, elaborar minutas de Termos de Apostilamento;

II – gestão de contrato – a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

III – fiscalização técnica – o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

IV – fiscalização administrativa – o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

V – fiscalização setorial – o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade; e

VI – área requisitante – unidade demandante do bem ou serviço contratado.

Art. 3º As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por servidores da ativa, formalmente designados por meio de Portaria específica.

§ 1º A Portaria de designação conterá a identificação dos servidores e respectivos substitutos que atuarão nas funções de gestor, fiscal técnico, fiscal administrativo e, opcionalmente, fiscal setorial de um determinado contrato.

§ 2º Os servidores designados para a função de gestor e substituto não poderão acumular as funções de fiscalização no âmbito de um mesmo contrato.

§ 3º A função de fiscal técnico e fiscal administrativo não poderá ser desempenhada pelo mesmo servidor, para os casos de contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

§ 4º Nas contratações formalizadas por nota de empenho ou outro instrumento hábil, a equipe de fiscalização será composta por fiscal técnico e gestor.

Art. 4º A indicação do gestor, fiscais e seus substitutos caberá, preferencialmente, ao titular da respectiva área requisitante dos bens ou serviços.

§ 1º Para o exercício da função, os servidores indicados deverão ser cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

§ 2º Na indicação de servidor devem ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por servidor e a sua capacidade para o desempenho das atividades.

§ 3º O encargo de gestor ou fiscal não pode ser recusado pelo servidor, por não se tratar de ordem ilegal, devendo o designado expor ao superior hierárquico as deficiências e limitações técnicas que possam impedir o diligente cumprimento do exercício de suas atribuições, se for o caso.

§ 4º As ações de capacitação em gestão e fiscalização de contratos deverão





encerramento dos contratos, encaminhar à área financeira as solicitações de baixa da garantia e baixa contábil, e encaminhar à área de atos normativos a solicitação de baixa na designação dos gestores e fiscais;

XIII - realizar providências e elaborar ofícios para atendimento de demandas externas de instâncias superiores e órgãos de controle; e

XIV - coordenar a contratação de prestação de serviços para apoio às atividades dos fiscais administrativos.

Art. 6º Caberá ao Setor de Acompanhamento de Processos (SEAPR), em especial, elaborar minutas de Termos Aditivos para prorrogações, reajustes, repactuações e outras alterações contratuais, quando for o caso.

Art. 7º Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;

II - elaborar, em conjunto com o fiscal técnico, administrativo e, quando aplicável setorial, o Plano de Fiscalização, contendo a metodologia, procedimentos, controles e recursos necessários à gestão e fiscalização dos serviços contratados;

III - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à instância superior e ao SEGCC aquelas que ultrapassarem a sua competência;

IV - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

V - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

VI - encaminhar formalmente as Ordens de Serviços ao preposto da Contratada, quando for o caso, e realizar reuniões periódicas com o mesmo, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços;

VII - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio tempestivo da documentação pertinente ao SEGCC para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso II do art. 2º;

VIII - elaborar o relatório final, com as informações obtidas durante a execução do contrato, sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

IX - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

X - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

XI - autorizar a emissão do documento fiscal;

XII - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

XIII - controlar os pagamentos efetuados em ordem cronológica e observar o saldo do contrato com auxílio da unidade de orçamento;

XIV - incluir os instrumentos de cobrança (Nota Fiscal/Fatura) no sistema Contratos.gov.br, em até 10 dias (úteis) após assinatura do Termo de Ateste, de maneira a permitir a realização de pagamentos;

XV - informar ao Serviço de Controle de Orçamento e Finanças (SECOF), até 15 de dezembro de cada ano, as obrigações não liquidadas no exercício, visando à obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à conta de restos a pagar;

XVI - emitir o Termo de Encerramento do contrato no sistema Contratos.gov.br e autuá-lo no processo SEI da contratação; e

XVII - atestar, expressamente, em caso de solicitação de renovação da vigência do contrato, a vantajosidade da prorrogação, fundamentando a mesma no histórico do gerenciamento do contrato em conjunto com pesquisas de mercado.

Art. 8º Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial;

IX - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

X - monitorar a satisfação dos usuários, sempre que a natureza do serviços exigir, demandando à contratada justificativa quando o desempenho dos serviços

prestados ficar abaixo do esperado;

XI – realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

XII – proceder com a pesquisa de preços nos moldes do normativo vigente que rege o tema, e suas alterações, dando prioridade para a utilização de sistemas informatizados de buscas do Governo Federal, quando da comprovação da vantajosidade dos preços praticados para prorrogação da vigência contratual, encaminhando ao Gestor do Contrato para ateste e prosseguimento do feito; e

XIII – representar o INPE, na qualidade de preposto, junto à Justiça do Trabalho nas audiências de Reclamações Trabalhistas que envolvam empregados da Contratada alocados nos postos de trabalho.

Art. 9º Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I – prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II – solicitar ao Serviço de Controle de Orçamento e Finanças (SECOF) a abertura de conta vinculada para contratos de prestação de serviços com cessão de mão-de-obra;

III – verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

IV – examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

V – atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

VI – participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;

VII – auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

VIII – estabelecer rotina para acompanhar a frequência, a jornada de trabalho, os serviços e funções exercidos pelos profissionais terceirizados, conforme regras estabelecidas no contrato;

IX – verificar a validade, a vigência e a liberação da garantia contratual;

X – analisar os pedidos formulados pela contratada relacionados à liberação de valores retidos em conta-depósito vinculada;

XI – cadastrar e manter atualizada a relação dos profissionais terceirizados que integrem o contrato no sistema Contratos.gov.br;

XII – acompanhar a vigência do contrato, encaminhando ao Gestor do Contrato, com base no Histórico de Gerenciamento do mesmo, em pesquisas de preços efetuadas e nos Princípios da Manutenção, da Necessidade, Economicidade e Oportunidade, a solicitação de prorrogação contratual devidamente motivada, pelo menos, 180 (cento e oitenta) dias antes do término da vigência do contrato; e

XIII – realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo

detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Art. 10. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o arts. 8º e 9º, no âmbito de sua unidade de lotação.

Art. 11. É vedado à Administração ou aos seus servidores, inclusive gestores e fiscais de contratos, praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

I – possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

II – exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever a notificação direta para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, tais como nos serviços de recepção, apoio administrativo ou ao usuário;

III – direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

IV – promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

V – considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do INPE, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

VI – definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente; e

VII – conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros.

### Seção III

#### Dos Aspectos Gerais e Iniciais da Gestão e Fiscalização de Contratos

Art. 12. O preposto da empresa deve ser formalmente designado pela contratada antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

Art. 13. Após a assinatura do contrato, sempre que a natureza da prestação dos serviços exigir, o gestor do contrato deverá promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Art. 14. No primeiro mês da prestação dos serviços continuados, ou conforme disposto no Termo de Referência, em contratos com cessão de mão-de-obra, o fiscal administrativo deverá solicitar à contratada a apresentação da seguinte documentação:

I – relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no

Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

II - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

III - exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

Art. 15. A fiscalização técnica deverá verificar, em conjunto com a Comissão Permanente de Prevenção de Acidente de Trabalho (CPPAT), as condições de segurança de trabalho, a documentação referente à saúde ocupacional e a entrega pela contratada dos Equipamentos de Proteção Individual aos empregados.

Art. 16. Quando se tratar de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais será efetuada em conformidade com o Anexo VIII-B, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, sem prejuízo das demais normas correlatas à matéria em destaque.

Art. 17. A documentação atinente à gestão e fiscalização contratual deve ser arquivada em autos apartados, apensados ou vinculados ao processo principal.

#### Seção IV

##### Do Procedimento para Recebimento Provisório, Definitivo e Pagamento

Art. 18. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo e fiscal setorial por meio de relatórios circunstanciados, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

Parágrafo único. Durante a execução de contratos de serviços continuados, para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada.

Art. 19. O recebimento definitivo, pelo gestor do contrato, é o ato que concretiza o ateste da execução dos serviços ou entrega do bem de acordo com as exigências contratuais, e obedecerá às seguintes diretrizes:

I - realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

II - emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados; e

III - comunicar à contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento substituto, se for o caso.

Art. 20. Após recebimento definitivo dos serviços, o gestor do contrato deve instruir processo de pagamento com a Nota Fiscal ou Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços e remetê-lo para conferência do SEGCC, área que o encaminhará, realizados eventuais saneamentos, à área competente para liquidação e pagamento.

## Da Apuração de Irregularidades Contratuais e Aplicação de Sanções

Art. 22. Uma vez instaurado o processo administrativo, caberá ao Gestor do Contrato a apuração dos fatos, a produção de provas e a elaboração de relatório final, a ser encaminhado à autoridade julgadora.

Art. 23. Para as hipóteses de aplicação de sanções administrativas de advertências, multas e impedimento de licitar e contratar, fica subdelegada:

II - ao Titular da Coordenação-Geral de Gestão Organizacional a competência para decidir e aplicar sanções em 2ª instância, no âmbito de contratos no montante de até R\$ 1.000.000,00.

§ 2º As decisões pela aplicação ou não de sanções deverão ser exaradas por intermédio de despachos fundamentados, de forma a contemplar as razões que levaram a autoridade a entender comprovada a existência ou não da violação às regras da licitação ou do contrato, rejeitando ou acatando a tese de defesa apresentada.

Art. 24. Caberá ao Serviço de Compras, Recebimento e Importação o registro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, a atualização das informações no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Parágrafo único. A aplicação da penalidade de advertência deverá perdurar somente enquanto durar a vigência do contrato ou da respectiva Ata de Registro de Preços.

## Seção VI

### Disposições Finais

Art. 25. Os contratos que foram celebrados antes da vigência desta Portaria deverão ter seus gestores e fiscais designados no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 26. Esta Portaria revoga a RE/DIR-583v02, RE/DIR-525v04 e a Portaria nº 1214/2024/SEI-INPE.

Art. 27. Esta Portaria entrará em vigor no prazo de uma semana, contados da data de sua assinatura, em atenção ao disposto no Art. 17 e Art. 18, do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

(Assinado Eletronicamente)

Clezio Marcos De Nardin  
Diretor  
SIAPE: 1466125



Documento assinado eletronicamente por **Clezio Marcos De Nardin**,  
**Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 26/09/2024,  
às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do  
[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**12277548** e o código CRC **FD5B37A0**.

**Referência:** Processo nº 01340.009095/2022-52

SEI nº 12277548

# **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
Coordenação-Geral de Gestão Organizacional  
Coordenação de Administração  
Serviço de Gestão de Contratos e Convênios

Memorando nº 1377/2025/INPE

São José dos Campos, 05 de fevereiro de 2025

Ao Sr.

**Mauricio Goncalves Vieira Ferreira**

Coordenador de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites (CORCR)

C.c. aos Srs.

**Geilson Loureiro**

Coordenador-Geral de Infraestrutura e Pesquisas Aplicadas (CGIP)

**Assunto: Indicação de Gestores e Fiscais do Contrato nº 01.14.062.0/24 -  
ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION**

Prezado Coordenador,

Considerando a assinatura do Contrato em referência (ref. SEI 12496369) e visando o atendimento à Portaria nº 1308/2024 de 26/09/2024 (ref. SEI 12591820), a qual regulamenta a Gestão e Fiscalização de Contratos no INPE, informamos que é necessária a indicação de servidores que atuarão como Gestores e Fiscais, incluindo respectivos substitutos, para o referido Contrato.

Destacamos os seguintes itens da Portaria nº 1308/2024:

*"Art. 3o As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por servidores da ativa, formalmente designados por meio de Portaria específica.*

*§ 1o A Portaria de designação conterá a identificação dos servidores e respectivos substitutos que atuarão nas funções de gestor, fiscal técnico, fiscal administrativo e, opcionalmente, fiscal setorial de um determinado contrato.*

*§ 2o Os servidores designados para a função de gestor e substituto não poderão acumular as funções de fiscalização no âmbito de um mesmo contrato.*

*§ 3o A função de fiscal técnico e fiscal administrativo não poderá ser desempenhada pelo mesmo servidor, para os casos de contratos de*



*serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.*

...

Art. 4º A indicação do gestor, fiscais e seus substitutos caberá, preferencialmente, ao titular da respectiva área requisitante dos bens ou serviços.

...

*§ 5º Nos casos de atraso ou falta de indicação, de desligamento ou afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou fiscais e seus substitutos, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá ao responsável pela indicação.*

...

*§ 8º As férias do gestor/fiscais e suplentes deverão ser escalonadas de modo a não ensejar ausência de gestão e fiscalização contratual."*

Conforme o §3º, como não se trata de um contrato com dedicação exclusiva de mão de obra, é possível indicar pelo menos um Gestor e o seu Substituto e também um Fiscal e um Substituto. Neste caso, o Fiscal irá assumir as atribuições de Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico previstas na Portaria e no Decreto nº 11246/2022.

Caso tenha dúvidas, permanecemos à disposição.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**Eliane Ayres Pereira**

Assistente em Ciência e Tecnologia  
Serviço de Gestão de Contratos e Convênios  
SEGCC - COADM  
SIAPE 1112438



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Ayres Pereira, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 05/02/2025, às 10:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12591825** e o código CRC **220DDEC7**.

## Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12591825

**Data de Envio:**

02/04/2025 16:23:04

**De:**

INPE/gco@inpe.br <segco@inpe.br>

**Para:**

mauricio.ferreira@inpe.br  
geilson.loureiro@inpe.br  
"Jose Daniel Reis Junior" <daniel.reis@inpe.br>  
eliane.pereira@inpe.br

**Assunto:**

Indicação de Gestores e Fiscais do Contrato nº 01.14.062.0/24 - ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION

**Mensagem:**

Prezados Senhores,

Reiteramos o solicitado via Memorando 1377 (SEI nº 12591825) a respeito da indicação de servidores que atuarão como Gestores e Fiscais, incluindo respectivos substitutos, para o Contrato RD nº 01.14.062.0/24 - ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION.

Permanecemos à disposição!

Atenciosamente,

Eliane Ayres Pereira  
Assistente em Ciência e Tecnologia  
Serviço de Gestão de Contratos e Convênios

**Anexos:**

Memorando\_12591825.html

# INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
Coordenação-Geral de Gestão Organizacional  
Coordenação de Administração  
Serviço de Gestão de Contratos e Convênios

Memorando nº 6233/2025/INPE

São José dos Campos, 28 de abril de 2025

Ao Senhor  
Fabio França Santos  
Chefe do Serviço de Atos Normativos e Gestão Documental - SEAND

Assunto: **Indicação de Gestores e Fiscais - Contrato nº 01.14.062.0/24 - ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION**

Prezado Senhor,

Considerando as informações contidas no Memorando nº 5092 (ref. SEI 12736006), encaminhamos o presente processo para conhecimento e providências acerca da elaboração da portaria de designação dos gestores e fiscais para o contrato em epígrafe, conforme indicado no referido memorando.

Ressaltamos que se trata de um Contrato por Escopo, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**Eliane Ayres Pereira**

Assistente em Ciência e Tecnologia  
Serviço de Gestão de Contratos e Convênios  
SEGCC - COADM  
SIAPE 1112438



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Ayres Pereira**, **Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 28/04/2025, às 17:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



**12796727** e o código CRC **F8064ED4**.

---

## **Anexos**

Não Possui.

---

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12796727

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**  
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Pesquisas Aplicadas  
Coordenação de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites

Memorando nº 6243/2025/INPE

São José dos Campos, 29 de abril de 2025

À Sra.

**Eliane Ayres Pereira**

Assistente em Ciência e Tecnologia

Serviço de Gestão de Contratos e Convênios

SEGCC – COADM

C.c. ao Sr.

**Geilson Loureiro**

Coordenador-Geral de Infraestrutura e Pesquisas Aplicadas (CGIP)

Assunto: **Indicação de Gestores e Fiscais do Contrato nº 01.14.062.0/24 - ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION**

Prezada Senhora,

Em referência ao memorando nº 1377 (12591825), encaminho abaixo os nomes do gestor e do fiscal, juntamente com seus respectivos substitutos, designados para acompanhar o Contrato nº 01.14.062.0/24 - ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION.

**Gestor de Contrato:** Luis Eduardo Carneiro Boa Sorte - Técnico - SIAPE 1359390

**Substituto do Gestor de Contrato:** Yasuo Kono - Técnico - SIAPE 1154643

**Fiscal de Contrato:** Yasuo Kono - Técnico - SIAPE 1154643

**Substituto do Fiscal de Contrato:** José Élio Martins - Técnico - SIAPE 664482

(Assinado eletronicamente)

**Mauricio Gonçalves Vieira Ferreira**

Coordenador de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites - CORCR  
SIAPE: 664283



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Gonçalves Vieira Ferreira, Coordenador de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites**, em 29/04/2025, às 09:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12797714** e o código CRC **E381A684**.

---

## **Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12797714

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS**

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
Coordenação-Geral de Gestão Organizacional  
Coordenação de Administração  
Serviço de Gestão de Contratos e Convênios

Memorando nº 6514/2025/INPE

São José dos Campos, 06 de maio de 2025

Ao Senhor

**Fabio França Santos**

Chefe do Serviço de Atos Normativos e Gestão Documental - SEAND

Assunto: **Indicação de Gestores e Fiscais - Contrato nº 01.14.062.0/24 - ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION**

Prezado Senhor,

Considerando que a área realizou nova indicação por meio do Memorando 6243 (SEI nº 12797714), encaminhamos novamente o presente processo para conhecimento e providências acerca da elaboração da portaria de designação dos gestores e fiscais para o contrato em epígrafe, conforme indicado no referido memorando.

Ressaltamos que se trata de um Contrato por Escopo, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**Eliane Ayres Pereira**

Assistente em Ciência e Tecnologia  
Serviço de Gestão de Contratos e Convênios  
SEGCC - COADM  
SIAPE 1112438



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Ayres Pereira, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 06/05/2025, às 17:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12811817** e o código CRC **6A0220F9**.

---

## **Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI-INPE nº 12811817





## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

COORDENAÇÃO DE ASSESSORAMENTO NORMATIVO E DOCUMENTAL

SERVIÇO DE ATOS NORMATIVOS E GESTÃO DOCUMENTAL

#### PORTARIA Nº 1575/2025/SEI-INPE

Dispõe sobre Gestão e Fiscalização de Contrato (ENTERPRISE 01.14.062.0/2024).

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto na Portaria/MCT nº 407, de 29 de junho de 2006, e tendo em vista o disposto no §3º, do art. 8º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, e ainda, considerando o Memorando nº 6243/2025/INPE, resolve:

Art. 1º Instituir a Equipe de Fiscalização e Acompanhamento do contrato celebrado entre o INPE e a empresa ENTERPRISE ELECTRONICS CORPORATION - R.D. nº 01.14.062.0/2024 (Dispensa de Licitação nº 90161/2024), bem como eventuais termos aditivos, referente a aquisição das “Peças Sobressalentes” (em inglês: *Spare Parts*) EEC *Capella*-GBR Feed e EEC100-RN GRB *Demodulator*, para serem empregadas ao sistema atuante da estação terrena GOES-R, localizada no prédio do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), sem dedicação de mão de obra exclusiva, conforme processo SEI nº 01340.005305/2024-03:

#### I - GESTOR DO CONTRATO

##### a) Titular: LUIZ EDUARDO CARNEIRO BOA SORTE

Matrícula SIAPE: 135\*\*\*\*

Lotação: Serviço de Rastreio, Controle e Recepção (SECOR)

##### b) Substituto: YASUO KONO

Matrícula SIAPE: 115\*\*\*\*

Lotação: Coordenação de Rastreio, Controle e Recepção de Satélites (CORCR)

#### II - FISCAL TÉCNICO e ADMINISTRATIVO

##### a) Titular: YASUO KONO

Matrícula SIAPE: 115\*\*\*\*

Lotação: Coordenação de Rastreio, Controle e Recepção de Satélites (CORCR)

##### b) Substituto: JOSÉ ÉLIO MARTINS

Matrícula SIAPE: 664\*\*\*\*

Lotação: Coordenação de Rastreo, Controle e Recepção de Satélites (CORCR)

Art. 2º O Gestor e os Fiscais do Contrato deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, conforme atribuições elencadas na Portaria nº 1555/2025/SEI-INPE, ou sua versão mais recente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

(Assinado Eletronicamente)  
Antonio Miguel Vieira Monteiro  
Diretor  
SIAPE: 0664462



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Miguel Vieira Monteiro, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, em 07/05/2025, às 15:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12797350** e o código CRC **00862B46**.

**Referência:** Processo nº 01340.005305/2024-03

SEI nº 12797350